

**UNIVERSIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO DO ESTADO E DA REGIÃO  
DO PANTANAL – UNIDERP**

**PROGRAMA DE MESTRADO EM MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO  
REGIONAL**

**ENILDA MARIA LEMOS**

**A FUNDAÇÃO PARA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA DE MATO GROSSO  
DO SUL (FUCONAMS) E AS ORIGENS DO MOVIMENTO AMBIENTALISTA NO  
ESTADO: 1979 A 1989**

**CAMPO GRANDE-MS**

**2004**

**ENILDA MARIA LEMOS**

**A FUNDAÇÃO PARA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA DE MATO GROSSO  
DO SUL (FUCONAMS) E AS ORIGENS DO MOVIMENTO AMBIENTALISTA NO  
ESTADO: 1979 A 1989**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em nível de Mestrado Acadêmico em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional da Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional.

Orientação:  
Professor Doutor Gilberto Luiz Alves  
Professora Doutora Vera Lúcia Ramos Bononi  
Professora Doutora Albana Xavier Nogueira

**CAMPO GRANDE-MS**

**2004**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da UNIDERP

**L557f** Lemos, Enilda Maria.  
A Fundação para Conservação da Natureza de Mato Grosso do Sul (FUCONAMS) e as origens do movimento ambientalista no estado: 1979 a 1989 / Enilda Maria Lemos. -- Campo Grande, 2004.  
151 f. : il.

Dissertação (mestrado)- Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal, 2004.  
Inclui bibliografia.

1. Meio ambiente 2. Fundação para Conservação da Natureza de Mato Grosso do Sul - FUCONAMS 3. ONG ambientalista.  
I. Título.

CDD 21.ed. 363.7

## **FOLHA DE APROVAÇÃO**

Candidata: **Enilda Maria Lemos**

Dissertação defendida e aprovada em 24/06/2004 pela Banca Examinadora:

---

Prof. Doutor **Gilberto Luiz Alves (orientador)**

---

Profa. Doutora **Maria Eugênia Carvalho do Amaral (UFMS)**

---

Prof. Doutor **Eron Brum (UNIDERP)**

---

Profa. Doutora **Mercedes Abid Mercante**  
**Coordenadora do Programa de Pós-Graduação**  
**em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional em Exercício**

---

Profa. Doutora **Lúcia Salsa Corrêa**  
**Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação da UNIDERP**

Ao papai, *in memoriam*.

À mamãe e a Marfati (minha irmã)  
que estiveram comigo.

À Giovanna e ao Lucas, minha  
alegria.

Ao Divá, Geni, Vadinho, Marilene, Nega,  
Luciano, Márcia, Oi, Érico, Alessandra,  
Juliano, Ellen, Carolina, Marcela, Juliana,  
Milena, Lucila, Joaquim, Leandro, Tiago,  
Douglas e Sthéfany.

## AGRADECIMENTOS

A Deus por este momento tão especial.

A Sueli Bacha pelas reflexões socioambientais, no PLANURB, que me conduziram ao movimento ambientalista de Mato Grosso do Sul, em 1993.

Ao professor doutor Gilberto Luiz Alves devo o reconhecimento, as exigências, a presença, o compromisso e o despertar para a busca das respostas às indagações socioambientais, na leitura de pensadores clássicos.

À professora doutora Maria Eugênia Carvalho do Amaral e ao professor doutor Erom Brum, pelos questionamentos e sugestões, desde o momento da qualificação.

Ao grupo de estudos da UEMS pela oportunidade de discutirmos aspectos do pensamento marxista e do pensamento gramsciano, imprescindíveis à pesquisa.

Aos ambientalistas que, na falta de registros, disponibilizaram conhecimentos, acerca de fatos memoráveis sem os quais não teria sido possível a pesquisa: Abílio Leite de Barros, Alcides Bartolomeu Faria, Allison Ishy, Arnaldo de Oliveira, Astúrio Ferreira dos Santos, Cândido de Castro Rondon, Francisco Anselmo Gomes de Barros, Maria Helena Brancher, Nilson de Barros, Paulo Robson de Souza e Walter Santos.

Pelas contribuições teóricas que recebi, dos professores doutores Osni Correa de Souza, Albana Xavier Nogueira e Vera Lúcia Ramos Bononi .

Aos professores doutores Francisco de Assis Pereira Rolim e Jesus Eurico Miranda Regina e à mestra Vivina Dias Sol Queiroz, pela carta de apresentação à coordenação do Mestrado.

Ao mestre Sérgio Seiko Yonamine, à especialista Berenice Maria Jacob Domingues de Paula Almeida e demais colegas do PLANURB.

A Maria de Fátima Lemos, pelos esclarecimentos quanto ao uso dos recursos de informática e pela dedicação e responsabilidade no tratamento informático do texto da dissertação.

A Rita Belleza Michelin agradeço a gentileza de rever cuidadosa e exaustivamente as referências.

Aos colegas do Mestrado, em especial, Elio de Castro Paulino e Simone Mamede, pelo incentivo e contribuições.

Pela colaboração de Ana Maria Silva, Aparecida da Silva Souza, Arlindo Paiva Neto, Benito Nestor Junior, Célia Castilhos Souza Umaki, Eliza de Oliveira Bittencourt, Edmilson Rodrigues de Oliveira, Edvar da Silva Lemos, Emilia Nakao, Fabio Junqueira da Silva, Francisca Iraci Bastos Ourives, Gerson Ferracini, Ieve Garcia da Silveira Martinez, Inaiá Telles Nepomuceno, Joaquim Nascimento da Silva, Joaquim Rosa da Silva, José Irani de Souza Fernandes, Lucia Helena da Silva, Margaret Palacio Tenório, Marília Costa Chinchilla, Marcelo Shinzato, Mirian Gualberto, Myrian Martinez Assad, Paola Ramos, Romansina Barbosa, Ruth Machado, Sônia Honorato de O. Carneiro, Sueli Benegas e Valdete de Barros Martins.

Ao Caminho Neocatecumenal, grupo de terapia, grupo de biodança por compartilharem comigo na realização desta proposta.

A todos que estiveram e estão comigo na trajetória ambiental.

## SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS .....	vi
RESUMO .....	vii
ABSTRACT .....	viii
INTRODUÇÃO .....	1
CAPÍTULO I - Os primórdios do movimento ambientalista em Mato Grosso do Sul e a criação da FUCONAMS .....	5
CAPÍTULO II - A FUCONAMS e o Comitê de Defesa do Pantanal: de 1979 até 1982 .....	26
CAPÍTULO III - A FUCONAMS após a desativação do Comitê de Defesa do Pantanal: de julho de 1982 a 1989.....	78
CAPÍTULO IV - O fortalecimento e o enfraquecimento da FUCONAMS .....	97
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	116
REFERÊNCIAS.....	138
ANEXOS	



## LISTA DE SIGLAS

ABES - Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental  
ASPADAMA - Associação da Pesca Amadora e de Preservação do Meio Ambiente  
CETESB - Companhia de Tecnologia de Saneamento  
CECA - Conselho Estadual de Controle Ambiental  
COGECOM - Coordenadoria Geral de Comunicação Social  
ECO A - Ecologia & Ação  
EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária  
SANESUL - Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul  
MSTUR - Empresa de Turismo de Mato Grosso do Sul  
FUCMT - Faculdades Católicas de Mato Grosso  
FUCONAMS - Fundação para Conservação da Natureza de Mato Grosso do Sul  
IBDF - Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal  
INAMB - Instituto de Preservação e Controle Ambiental  
PLANURB - Instituto Municipal de Planejamento Urbano e de Meio Ambiente  
ONG ambientalista - Organização não-governamental ambientalista  
SBB, Seccional Regional/MS - Sociedade Botânica do Brasil, Seccional Regional de Mato Grosso do Sul  
SEMA/MINTER - Secretaria Especial do Meio Ambiente, Ministério do Interior  
SEMA/MS - Secretaria de Estado Especial do Meio Ambiente  
SODEPAN) - Sociedade de Defesa do Pantanal  
SUDECO - Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste  
SUDEPE - Superintendência de Desenvolvimento da Pesca  
UEMS - Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
UEMT - Universidade Estadual de Mato Grosso  
UFMS - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
USP - Universidade de São Paulo

## RESUMO

O objeto desta pesquisa é a FUCONAMS e as origens do ambientalismo em Mato Grosso do Sul, de 1979 a 1989. A análise das fontes pesquisadas, publicações, documentos, matérias de imprensa, referentes ao período, entrevistas realizadas com ativistas e com pesquisadores científicos, indicaram que o ambientalismo emergiu de manifestações ocorridas na UEMT, coordenadas por Arnaldo de Oliveira, e de um movimento liderado por Astúrio Ferreira dos Santos, contra a caça e a pesca predatórias. Desse último nasceu, em 1979, a FUCONAMS, primeira ONG ambientalista do Estado. Do seu início até 1982, a entidade reuniu, no Comitê de Defesa do Pantanal, ativistas, pesquisadores científicos, frações da burguesia e diversas organizações sociais para a campanha vitoriosa contra a instalação da usina de álcool em Bodoquena. Sob a presidência de Francisco Anselmo Gomes de Barros, no período de 1983 a 1989, a FUCONAMS foi marcada por divergências entre seus membros, pelo afastamento de lideranças políticas e econômicas, e pelo fato de dois de seus integrantes terem ido para a assessoria ambiental do governo estadual. Com o enfraquecimento da FUCONAMS, formou-se a conjuntura necessária ao surgimento de novas ONGs ambientalistas e à atomização das forças ambientalistas do Estado. É perceptível a participação especial da FUCONAMS no movimento ambientalista. Esta pesquisa contribui para se compreender o papel que a FUCONAMS desempenhou no ambientalismo quando discute a determinação do capital na exploração dos recursos naturais e a relação dessa entidade com o Estado.

Palavras-chave: Meio ambiente, FUCONAMS, ONGs ambientalista, lutas ambientalistas, forças ambientalistas.

## **ABSTRACT**

The research focused on the FUCONAMS and the origins of the environmentalism in Mato Grosso do Sul state, in the period from 1979 to 1989. The analyses of the sources searched, printed materials, documents, press materials, referenced to the period, interviews with joining artists of environmental and with scientific researchers, indicated that environmentalism emerged the manifestations stroke in UEMT, coordinated by Arnaldo de Oliveira, and from a motion chieftain by Astúrio Ferreira dos Santos, against the predatory hunting and fishing. From this last one, in the year of 1979, the FUCONAMS, the first non-governmental environmentalism NGO of the State. From its beginning till the year 1982, the entity assembled, in the committee for defence of Pantanal, joining artists, scientific researchers, part of the high society and several social organizations to the victory campaign against the installation of an alcohol distillation in Bodoquena. In the period from 1983 to 1989, in which under Francisco Anselmo Gomes de Barros presidency, the FUCONAMS was stood out by divergences in its members, by the remoteness of political and economic leaderships, and by the fact that two of the members had gone to the environmental assessor of the state government. Weakening the FUCONAMS formed the necessary conjuncture to the emerging of new environmentalism non-governmental NGO and the fortification of the state environmentalist forces. It is perceptively the special participation of FUCONAMS in the environmentalist motion. This search contributed to understanding the role of FUCONAMS and its performance in the environmentalism when debates the capital determination in the natural resource exploration and the relation of this entity with the State.

Key words: environment, FUCONAMS, environmental NGOs, environmental disputes, environmental forces.

## INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem por objeto a Fundação para Conservação da Natureza de Mato Grosso do Sul (FUCONAMS), primeira organização não-governamental ambientalista (ONG)<sup>1</sup> no Estado, bem como as origens do ambientalismo em Mato Grosso do Sul, no período de 1979 a 1989. Entre outras coisas, esta discussão é importante porque busca evidenciar as origens do movimento ambientalista em Mato Grosso do Sul, então, Estado de Mato Grosso, e da FUCONAMS. As obras “O Paladino do Pantanal”, de autoria de Reginaldo Alves Araújo e “Terra, até quando?”, de Francisco Anselmo Gomes de Barros, bem como os poucos registros encontrados tiveram importância nessa investigação. Embora as fontes citadas tenham sido de grande relevo para a pesquisa, elas deixaram lacunas que foram preenchidas por depoimentos de pessoas, que, além de terem participado do movimento e constituírem a sua memória viva, carregam a raiz do ambientalismo e, ainda, continuam atuando.

A pesquisa baseou-se nas seguintes fontes: obras literárias, documentos, matérias publicadas pela imprensa, referentes ao período, entrevistas realizadas com ativistas de ONGs ambientalistas, pesquisadores científicos e fazendeiros do Pantanal. Dentre os documentos pesquisados estão: o Estatuto da FUCONAMS; o Manifesto Ecológico; discursos de políticos; cartas abertas ao povo; atas de criação da FUCONAMS, do Comitê de Defesa do Pantanal e de algumas reuniões realizadas, da criação da SODEPAN e da ECOA; o abaixo-assinado, realizado em 1978, denunciando a pesca e a caça predatórias, na região do Estado de Mato Grosso, onde, hoje, é Mato Grosso do Sul; o Diário Oficial do Estado de Mato Grosso do Sul; moções e, outros. Quanto às reportagens pesquisadas, ressaltam-se as que foram publicadas pela imprensa de Campo Grande, mais especificamente pelo Correio do Estado, Diário da Serra, Jornal da Cidade, O Repórter, Jornal de Domingo, Jornal do Povo, Correio Imobiliário, Tribuna e O Estado de Mato Grosso do Sul. Ressaltam-se, também, aquelas publicadas pela imprensa dos municípios do interior do Estado, como O Pantaneiro, de Aquidauana, O Progresso e O Panorama, de Dourados. Sem contar com a

---

<sup>1</sup> Doravante, a sigla ONG ambientalista será usada sempre que fizer referências às organizações não-governamentais ambientalistas.

participação da imprensa do Estado de São Paulo, como a Folha de São Bernardo, Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo e o Jornal da Tarde. E, do Estado do Rio de Janeiro, O Globo e o Jornal do Brasil. Vale destacar a cobertura das redes de televisão local e o Programa “O Globo Rural” da Rede Globo.

Também foram utilizadas na pesquisa a Revista CAMPO Agropecuária, cuja diretora e editora responsável foi Maria Helena Brancher, e a obra “Gente Pantaneira”, de Abílio Leite de Barros, além daquelas já citadas, “O Paladino do Pantanal”, de Reginaldo Alves Araújo e “Terra, até quando?”, de Francisco Anselmo Gomes de Barros.

As leituras indicadas pelo orientador e seus questionamentos bem como os depoimentos instigaram a busca das origens do ambientalismo e da FUCONAMS nas suas raízes. Portanto, o estudo constituiu um esforço em explicitar as relações sociedade e natureza calcadas nos fundamentos econômicos da sociedade capitalista. O contato com integrantes das outras entidades assim como a leitura do livro “Gente Pantaneira” ampliaram a percepção quanto às diferentes formas de analisar o Pantanal. Durante a pesquisa foram revelados vários pontos de vista sobre o Pantanal: da FUCONAMS, da Sociedade de Defesa do Pantanal (SODEPAN), da Ecologia&Ação (ECOIA) e de pesquisadores científicos.

O fato desse material estar disperso em vários locais e com diferentes pessoas, sem uma sistematização, dificultou o entendimento a respeito da FUCONAMS. Isso levou à construção de uma linha de tempo dos acontecimentos, na medida em que se iam tendo acesso às informações. A partir do estudo de cada documento pesquisado, procurando fazer conexões com os depoimentos, foram detectados dois momentos distintos da FUCONAMS, um em que a entidade esteve bastante atuante e outro em que passou a desenvolver suas lutas de forma mais branda.

Os objetivos do trabalho são definidos pela preocupação em investigar a FUCONAMS e o ambientalismo em Mato Grosso do Sul. Assim sendo, a pesquisa foi norteadada pelo objetivo geral de conhecer as origens do ambientalismo em Mato Grosso do Sul e o papel da FUCONAMS nele desempenhado, no período de 1979 a 1989 e pelos seguintes objetivos específicos: discutir o surgimento das preocupações ambientalistas, a atuação a FUCONAMS, de 1979 até 1989 e o

surgimento de novas ONGs ambientalistas com a preocupação de focar seus determinantes.

A estrutura do trabalho é composta de quatro capítulos e das considerações finais. O primeiro capítulo trata dos primórdios do ambientalismo em Mato Grosso do Sul e a criação da FUCONAMS, articulado ao surgimento das preocupações ambientalistas. Nele, são enfocadas, as primeiras iniciativas ambientalistas do grupo da sociedade civil e do meio acadêmico, simultâneas às do governo do Estado, que precederam a FUCONAMS. O segundo capítulo versa sobre as ações da FUCONAMS e do Comitê de Defesa do Pantanal, realizadas de 1979 a 1982. Já o terceiro capítulo discorre sobre as ações que a FUCONAMS desenvolveu após a desativação do Comitê de Defesa do Pantanal, de julho de 1982 a 1989. Esses dois capítulos estão articulados à discussão da atuação da FUCONAMS, de 1979 até 1989. O quarto capítulo trata do fortalecimento e enfraquecimento da FUCONAMS, articulado à discussão do surgimento de novas ONGs ambientalistas e à atomização das forças ambientalistas de Mato Grosso do Sul, com a preocupação de focar seus determinantes. Nas considerações finais, à luz de estudos dos pesquisadores científicos que desvelaram a realidade histórica bem como os da área ambiental, é feita uma discussão sobre: A) a composição social do movimento ambientalista; B) a forma como a historiografia tratou a figura do primeiro líder ambientalista; C) o direito ambiental e a FUCONAMS e, D) os conceitos de preservação e conservação da natureza.

A discussão versa sobre as primeiras manifestações ambientalistas feitas pelo grupo que criou a FUCONAMS e pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), ocorridas simultaneamente à implantação do governo do Estado. Na seqüência, foram analisadas algumas atividades empreendidas pela FUCONAMS que serão explicitadas no interior do trabalho, tais, como: a campanha contra a instalação da usina de álcool em Bodoquena; denúncias contra pesca e caça predatórias; denúncias contra outras usinas de álcool no Pantanal de Mato Grosso e, ações de acompanhamento das políticas públicas ambientais, bem como aquelas desenvolvidas em parceria com ONGs ambientalistas e com o governo estadual. Buscou-se também investigar as alianças e oposições circunstanciais desde o momento da criação da FUCONAMS, seu período de forte atuação até o surgimento de outras ONGs ambientalistas. Para apreender o modo de operar da FUCONAMS nos dois

momentos que a caracterizaram, foi necessária a efetivação de novos contatos com pessoas dessas organizações.

A pesquisa demonstrou que a FUCONAMS é reconhecida como a primeira ONG ambientalista de Mato Grosso do Sul, pelas conquistas e fragilidades, bem como pela maneira como encaminhou seus trabalhos. Por isso a FUCONAMS se constituiu, e permanece até hoje, como uma referência para o movimento ambientalista de Mato Grosso do Sul.

É importante esclarecer que os textos referentes às entrevistas foram assinados pelos entrevistados, após encaminhamento feito pela pesquisadora. À exceção de Walter dos Santos que quando concedeu a entrevista estava de passagem por Campo Grande.

Por fim, urge salientar que a pesquisa deu sua contribuição à sociedade sul-mato-grossense porque representou um esforço em pôr em evidência os elementos ocultados pela própria natureza do discurso oficial ambientalista. Aqueles fatos que ficaram em aberto poderão vir a suscitar em outros pesquisadores a motivação necessária ao aprofundamento do assunto.

## **CAPÍTULO I**

### **Primórdios do movimento ambientalista em Mato Grosso do Sul e a criação da FUCONAMS**

Este capítulo trata das primeiras manifestações ambientalistas que emergiram da sociedade civil e do meio acadêmico no Estado de Mato Grosso, em meados da década de 70. Parte do ambiente pantaneiro, que hoje pertence ao Estado de Mato Grosso do Sul, com sua vasta hidrografia composta pela bacia do Alto Paraguai e seus afluentes, foi alvo de preocupação de um grupo da comunidade que começava a dar timidamente os primeiros passos na luta em defesa do meio ambiente.

No meio acadêmico, liderou o movimento o engenheiro agrônomo, professor Arnaldo de Oliveira, que foi presidente da Sociedade Botânica do Brasil (SBB), de 1979 a 1980 e diretor da SBB, Seccional Regional de Mato Grosso do Sul, de 1981 a 1984. Arnaldo de Oliveira coordenou no Centro de Ciências Biológicas da Universidade Estadual de Mato Grosso (UEMT) as discussões iniciais sobre temas relativos ao ambiente rural e ao ambiente urbano, na segunda metade da década de 70. (Cf. Entrevista realizada em 18 jul. 2003).

Sua primeira ação ambientalista foi a coordenação da reunião com jardineiros e floricultores, promovida pelo Centro de Ciências Biológicas da UEMT, realizada no dia 18 de dezembro de 1976, com o objetivo de criar o Clube de Jardinagem de Campo Grande. (Cf. Entrevista realizada em 2 jul. 2003). No evento, a discussão versava sobre as áreas verdes em Campo Grande, tema este que à época não era tão debatido como nos dias atuais. O trecho, a seguir, de uma reportagem do jornal Diário da Serra fala sobre a reunião:

A idéia inicial do grupo, liderado pelo prof. Arnaldo de Oliveira, é sensibilizar a comunidade para a proteção das áreas verdes de Campo Grande com a possível implantação de novos parques e reservas para a cidade. (JARDINAGEM, p. 3, 1 dez. 1976).



No ano seguinte, de 4 a 12 de novembro de 1977, a UEMT<sup>2</sup> promoveu a Semana de Botânica e Ecologia, sob a coordenação dos professores Arnaldo de Oliveira, de Campo Grande, e Cláudio Almeida Conceição, de Corumbá. (SEMANA DE BOTÂNICA E ECOLOGIA, 4-12 nov. 1977). Este acontecimento foi de singular importância para o ambientalismo do Estado de Mato Grosso. O evento foi realizado com a colaboração do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, da Prefeitura Municipal de Campo Grande (Secretaria de Educação e Serviços de Parques e Jardins), da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), da Floricultura Arakaki e do Comando Aéreo do Rio de Janeiro e de Campo Grande (MT). No texto da programação constou a participação de botânicos e pesquisadores científicos, como Graziela Maciel Barroso, Elsie Franklin Guimarães, Irenice Alves Rodrigues, Haroldo Cavalcante, Briolango Corrêa de Souza e outros. Os pesquisadores científicos debateram os seguintes temas: importância da botânica e sua relação com a farmácia, medicina, veterinária, agronomia, arquitetura, alimentação, indústria, urbanismo e ecologia; preservação da flora; horto e reservas biológicas bem como coleta de material botânico para arquivo e estudos. Arnaldo de Oliveira assinalou que:

Os componentes do Clube de Jardinagem e as pessoas que vieram para o evento despertaram para a necessidade de reconstituição florística da Área de Jardinagem da UEMT. Estas discussões iniciais motivaram a vinda do paisagista Burle Marx a Campo Grande, em fevereiro de 1978, ocasião em que foram plantadas seis mudas de palmeira real, no "Campus" da UEMT. Tais palmeiras são netas da palmeira "mater" do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, plantadas na época do de D. João VI. (Cf. Entrevista realizada em 18 jul. 2003).

Como resultado dessas discussões, Arnaldo de Oliveira elaborou e apresentou o plano de trabalho referente à Área de Jardinagem do *Campus* da UEMT ao Diretor do Centro de Ciências Biológicas da UEMT, Hércules Maymone, no dia 29 de junho de 1978. (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO, 29 jun. 1978). O plano visava rearborear racionalmente a área, por meio de transferência de espécies da flora nativa do Planalto e do Pantanal. A realização do plano desencadeou ações que tornaram possível a criação da Reserva Biológica da UFMS, no dia 5 de junho de 1985, pela Resolução nº 095/85.

---

<sup>2</sup> Com a instalação do governo do Estado de Mato Grosso do Sul, a UEMT tornou-se UFMS.

À época, a imprensa de Dourados publicou matérias de denúncias e de alerta aos problemas decorrentes de ignorâncias para com o meio ambiente. No ano de 1975, a acadêmica de biologia, hoje, pesquisadora científica, professora doutora Maria Eugênia Carvalho do Amaral, em uma reportagem do jornal O Progresso, fez observações quanto à ação predatória da natureza:

O nosso imenso Estado com essas riquezas de flora e fauna, está tristemente sendo arrasado; temos aqui verdadeiros 'safaris' e somos procurados por avalanches de pescadores e caçadores, que enfatiados pela vida sedentária lançam a sua agressividade no massacre de animais que já estão na maioria das espécies, em números tão reduzidos, a ponto de uma próxima extinção. Os saudáveis pescadores e caçadores nos visitam sem algum respeito pelas épocas de procriação ou controle numérico de caça, arrasam tudo pelo prazer de novas emoções. (AMARAL, p. 1, 23 ago. 1975).

No ano seguinte, em 1976, o jornal O Progresso publicou uma reportagem em que Maria Eugênia Carvalho do Amaral informou que o Ministério da Educação e Cultura, através de seu departamento de ensino fundamental, havia concluído o currículo básico com a inclusão da cadeira de 'Ecologia e Conservação do Ambiente' em escolas de primeiro grau. Preocupada com a educação ambiental, Maria Eugênia Carvalho do Amaral chamou a atenção para a necessidade de se discutirem conceitos básicos de ecologia, em especial, com dois segmentos sociais, primeiro, com os alunos:

É de vital importância que noções de ecologia sejam absorvidas desde cedo pelos nossos alunos. O desenvolvimento do intelecto justamente com o aprendizado dos mecanismos da natureza, formarão jovens de visão crítica. Jovens que saberão os limites e os proveitos tirados de uma exploração racional dos nossos recursos naturais. (AMARAL, p. 1, 1 maio 1976).

O segundo segmento social, com o qual deveriam ser discutidos conceitos básicos de ecologia e formas de interação dos seres vivos com o meio ambiente, seria o dos agricultores. Havia necessidade de o agricultor, em sua prática, conhecer a ação dos inseticidas no solo uma vez que: "É doloroso ver uma safra perdida, todavia o uso desregrado e inconseqüente de inseticidas poderá levar a uma ausência de safras futuras." (AMARAL, p. 3, 17 jul. 1976).

No âmbito da sociedade civil, em Campo Grande, destacou-se Astúrio Ferreira dos Santos que foi representante do Laboratório Biosintético de Campo Grande, do Laboratório BYK, bem como proprietário da Distribuidora Mato Grosso, da farmácia Drogacentro e de uma chácara na região de Piraputanga. A chácara estava localizada no Distrito de Camisão, município de Aquidauana, às margens do rio Aquidauana, onde Astúrio Ferreira dos Santos passava os finais de semana com a família, segundo o autor Reginaldo Alves de Araújo, em sua obra “O Paladino do Pantanal”.

Tudo começou quando, no ano de 1974, Astúrio Ferreira dos Santos percebeu em sua chácara a presença de pescadores que praticavam a pesca sem observar os mínimos cuidados para não danificar o meio ambiente. Indignado com a situação, buscou providências na Superintendência de Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE) até que conseguiu autorização para realizar com alguns companheiros uma ação de fiscalização. (Cf. Entrevista realizada em 23 maio 2003).

Os prejuízos trazidos pela ação desses pescadores repercutiram de tal maneira no meio ambiente que Astúrio Ferreira dos Santos levou o assunto da pesca predatória a uma reunião da Loja Maçônica Estrela do Sul, a qual pertence. De imediato Astúrio Ferreira dos Santos conseguiu a adesão de Túlio Alves Filho, fazendeiro, e de outros integrantes desta Loja. Nessa reunião decidiu-se que a primeira medida para combater não só a pesca como também a caça predatória seria a realização de um abaixo-assinado denunciando tais práticas degradadoras do meio ambiente. O encaminhamento do documento ficou sob responsabilidade de Astúrio Ferreira dos Santos, Túlio Alves Filho e Kalil Abrão. Este não integrava a Loja Maçônica mas era um comerciante de venda de materiais de caça e pesca com interesse na preservação da natureza. (Cf. Entrevista com Astúrio Ferreira dos Santos, realizada em 23 maio 2003). Da pesquisa realizada, o documento, abaixo-assinado, foi considerado como a primeira grande ação desses pioneiros ambientalistas da região sul do Estado de Mato Grosso. A seguir, o texto do documento é transcrito na íntegra:

#### DENÚNCIA

Nós, os abaixo assinados, cidadãos representativos das mais variadas classes sociais, residentes e domiciliados nesta cidade de CAMPO GRANDE (MT), inspirados nos mais sagrados princípios da justiça, não só o do dever comunitário bem como o

de filhos do Criador e guardião responsáveis de sua maior obra – a natureza e, ao tomarmos o conhecimento de atos da mais nefanda vilania humana, não poderíamos ficar insensíveis diante de tão criminoso quadro!

Os fatos

Às autoridades competentes, levamos aos vossos conhecimentos que nas bacias pesqueiras do Aquidauana, Cachoeirão, Dois Irmãos, Taquarussu e Miranda – está se processando a pesca e a caça predatória!

Pescadores inescrupulosos estão usando todo tipo de material terminantemente proibido pela legislação em vigor, tais como: tarrafões, redes de arrastão e todo tipo de malha. E como se não bastasse o uso de material proibido, eles ainda procedem da seguinte forma: seguem o cardume e se antecipam ao mesmo colocando em sentido inverso ao cardume as redes de arrastão que vão de um extremo ao outro dos nossos estreitos rios, em números aproximados de três (3), a intervalos, uma da outra, de 100 metros.

E o pior é que não transportam tudo levam só os maiores, deixando o resto às margens dos rios apodrecendo e o que se vê, causa revolta e indignação à mais insensível das pessoas.

A fiscalização do órgão competente para a região citada é precária e deficiente; considerando que são apenas dois fiscais e sem aparelhagem adequada para fazer aos depredadores; que têm até vigias para avisá-los da aproximação dos mesmos.

Quanto ao tópico caça, não respeitam nem aos filhotes, matam tudo que aparece!

A êsse quadro dantesco dos depredadores profissionais, permanentes, soma-se ainda caravanas de outros Estados que para cá deslocam-se nos fins dos meses, nos feriados (semana Santa, por exemplo) e que procedem verdadeiros Átilas (a grande maioria) fazendo o que bem entendem!

Assim, à vista do exposto solicitamos:

A) – Providências urgentes das autoridades constituídas, no sentido de punir os infratores tomando-lhes todo material criminosos e interditar a pesca profissional na região em questão, pelo tempo que se fizer necessário, a não ser com vara e linhada!

B) – Requerer do Exército ajuda na fiscalização, como já se vem fazendo na região de Coxim, a qual aproveitamos para parabenizar a atitude patriótica, enobrecedora e digna de todo aplauso, do Comandante, Coronel Flávio Américo dos Reis, que tem efetuado um trabalho louvável, na fiscalização da bacia pesqueira do Rio Coxim, evitando assim a pesca criminosa!

Por ser de direito, esperamos J U S T I C A !!!  
 Campo Grande, 25 de Março de 1978. (ABAIXO assinado, 25 mar. 1978).

Como se vê, o texto denunciou a caça e a pesca predatórias nos rios Aquidauna, Cachoeirão, Dois Irmãos, Taquarussu e Miranda, detalhou a forma como os pescadores e caçadores desfaziam dos animais que não lhes interessavam e solicitou providências às autoridades. O abaixo-assinado foi

notícia de uma reportagem no jornal Correio do Estado, em junho de 1978, que anunciava que Harry Amorim Costa, indicado para ser governador do Estado de Mato Grosso do Sul, deveria

[...] receber um documento com cerca de 1.500 assinaturas, que denuncia os abusos que vem sendo praticados nos principais rios piscosos da região, bem como a matança indiscriminada de animais de todas as idades, numa verdadeira devastação da fauna do novo Estado. O documento, de 110 páginas será entregue pelos srs. Astúrio Ferreira dos Santos e Kalil Abrão, os principais idealizadores da denúncia e defensores da natureza matogrossense, que está sendo devastada por inescrupulosos. (GOVERNADOR..., p. 2, 20/21 maio 1978).

Nesta mesma edição, o jornal Correio do Estado informou que o documento, o abaixo-assinado, seria encaminhado “[...] ao comandante da 9ª Região Militar, general Hélio João Gomes Fernandes; comandante do 2º Exército, general Dilermando Gomes Monteiro; [...]” (GOVERNADOR..., p. 2, 20/21 maio 1978). Complementando os acontecimentos em torno do referido documento, Astúrio Ferreira dos Santos informou que, após ter sido concluído o abaixo-assinado, foram impressos 35 volumes e encaminhados às autoridades federais e estaduais da época, como o Presidente da República, General Ernesto Geisel; o futuro governador Harry Amorim Costa; o superintendente da SUDEPE, Neraldo Marques bem como aos Ministérios do Exército, da Marinha e Aeronáutica; o titular da Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA/MINTER),<sup>3</sup> Paulo Nogueira Neto e de outras instituições, solicitando providências para a situação. (Cf. Entrevista realizada em 23 maio 2003). O autor Reginaldo Alves Araújo assinala que receberam cópias órgãos oficiais, como

[...] o Ministério do Exército, o Ministério da Marinha e o Ministério da Aeronáutica, sem contar com os órgãos governamentais do Estado de Mato Grosso, isto porque o Estado de Mato Grosso do Sul seria inaugurado no dia primeiro de janeiro de 1979, fato ocorrido com a presença do Presidente da República, General Ernesto Geisel e o governador indicado, engenheiro Harry Amorim Costa. (ARAÚJO, 2002, p. 64-65).

---

<sup>3</sup> Após os efeitos da repercussão da posição oficial do governo brasileiro na Conferência de Estocolmo, o presidente Geisel criou, em 1973, a Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA), vinculada ao Ministério do Interior, (1981), tendo como titular o Dr. Paulo Nogueira Neto que a coordenou. (AQUINO Ana Lúcia Tostes de; MININNI-MEDINA, Nana, 2001, p. 49).

Enquanto o grupo ambientalista, liderado por Astúrio Ferreira dos Santos, concluía sua primeira grande ação, no mês março de 1978, a população do Estado foi agraciada com o anúncio da realização do XXX Congresso Nacional de Botânica em Campo Grande, pela imprensa local. (CAMPO..., p. 3, 14 mar. 1978). No final de 1978, a Revista CAMPO Agropecuária registrou que o Congresso tinha sido promovido pela SBB, sob a presidência do engenheiro agrônomo Arnaldo de Oliveira, realizado na UFMS, em Campo Grande, em janeiro de 1979. O Congresso objetivou um entrosamento entre botânicos e pesquisadores científicos

[...] com vistas de incrementar o reconhecimento da vegetação e o estudo da flora no estado do Mato Grosso do Sul, além de avaliar e debater os aspectos ecológicos das regiões do estado e acrescentar sugestões para um aproveitamento racional dos recursos naturais. (CONGRESSO..., p. 24, dez. 1978).

Dos primeiros fatos ambientalistas pesquisados, pode-se depreender que o movimento começou a se formar através de pequenas manifestações, ora em Campo Grande, ora em Dourados e, também, em Aquidauna, primeira cidade da estrada que vai de Campo Grande a Corumbá. Foi em Aquidauna que a SUDEPE promoveu reuniões nos dias 31 de maio e 1 de junho de 1978 em que as autoridades locais de Aquidauna, Anastácio, Bonito, Nioaque e cidadãos, sob a direção do Juiz de Direito da 1ª Vara de Aquidauna, Dr. Licínio Carpinelli Stefari, fizeram um requerimento e encaminharam aos governadores Harry Amorim Costa e Garcia Neto, senadores e deputados federais e estaduais. (AUTORIDADES..., p. 3, 27 maio 1978).

Realizou-se, também, uma reunião preparatória para a criação da Associação dos Pescadores Amadores de Aquidauna, com a presença do ex-prefeito de Anastácio, Alarico Medeiros e do ex-prefeito de Aquidauna, Rudel Trindade, além de outras autoridades. Mesmo sem as informações adicionais da referida Associação, a notícia da mobilização feita com apoio de segmentos da camada dirigente sugere que os problemas ambientais advindos da pesca predatória poderiam afetar interesses desses grupos. Disso resultou que a Câmara de Vereadores aprovasse projeto de lei, subscrito por todos os vereadores, estabelecendo normas para a atividade pesqueira no município, atendendo a uma pressão da população de Aquidauna e demais municípios da

bacia do rio Aquidauana e de seus afluentes. O projeto aprovado estabelecia a “[...] a proibição da saída de pescado do Município sem o visto do prefeito [...]” (PESCA..., p.3, 8 jul. 1978).

Um dos fatos que ocorreu antes da criação do Estado de Mato Grosso do Sul, de grande relevância para alguns setores do ambientalismo do Estado, foi o lançamento da Revista CAMPO Agropecuária, comentado por Maria Helena Brancher:<sup>4</sup>

Nós, jornalistas sulistas, Afonso Abraham Leureux e eu, editamos e fizemos o lançamento da Revista CAMPO Agropecuária, primeira revista agropecuária de Mato Grosso do Sul. O evento aconteceu na reunião coordenada pelos históricos cooperativistas Luiz Pachaly e Luiz Edmundo de Faro Freire, por ocasião da fundação da Federação das Cooperativas de Eletrificação Rural de Mato Grosso do Sul - FECOERMES, ocorrida em 23 de agosto de 1978, no auditório da Associação Comercial de Campo Grande, no ainda estado de Mato Grosso. A revista, embora tenha circulado apenas 18 números e até fevereiro de 1980, chamava a atenção por alguns detalhes editoriais que a colocava em condições de igualdade com a vanguarda nacional. Tocava em temas polêmicos ou novos para a época, como a degradação amazônica, ou os riscos ambientais no Pantanal e no Cerrado, denunciava os excessos do fogo e a destruição da natureza pela má utilização dos solos, de forma que ainda hoje os textos parecem atuais. (Cf. Entrevista realizada em 9 dez. 2002).

Apesar da revista ser de agropecuária, incorpora nos textos a dimensão ambiental, haja vista a reportagem sobre “Plantio Direto”, no primeiro número, baseada nos estudos do engenheiro Ruy Schardong, que mostra ao leitor uma das vantagens dessa técnica de agricultura, qual seja a de “[...] evitar erosão, proteger a vida do solo, aumentar matéria orgânica e a germinação.” (AGRICULTURA..., p.6, ago. 1978). Registrou posições de ‘alguns segmentos sociais acerca de problemas e/ou soluções técnicas de meio ambiente e divulga experiências de outros lugares, além de ter sido uma grande alimentadora de subsídios ambientais.

Tudo isso se convertia em contribuições de especialistas que expunham suas pesquisas científicas sobre questões ambientais, seja através de técnicas inovadoras, como plantio direto, ou por meio de alertas quanto a projetos que visavam somente ao lucro, e até mesmo faziam denúncias de problemas

socioambientais que ainda não eram de conhecimento da comunidade. Para tanto, as reportagens sobre políticos, empresariado, latifundiários, trabalhadores e outros segmentos sociais, que estiveram vinculados ao processo de construção de Mato Grosso do Sul, quando não abordavam diretamente as questões, levavam-nas a reflexões posteriores.

Merecem destaque a página denominada ecologia, presente em quase todos os números da revista, e o espaço em que os leitores se pronunciavam, com o propósito de provocar debates que pudessem contribuir com o desenvolvimento do Estado. Todos os números da Revista CAMPO Agropecuária, que foram pesquisados, continham esse último espaço. Somente a Revista número 14 não pôde ser verificada por não ter sido localizada durante a pesquisa.

A primeira CAMPO, do ano de 1979, reportou-se à vinda dos gaúchos que introduziram a lavoura de soja, arroz e a pecuária no Chapadão Gaúcho, hoje, Chapadão do Sul. (A FÉ..., p. 24, jan. 1979). Esta edição tornou-se muito interessante na medida em que transportou o leitor para uma nova região do Estado, localizada na bacia do Paraná. Em geral, o foco das notícias em Mato Grosso do Sul concentrava-se muito mais na região da bacia do Paraguai do que na bacia do Paraná. Também esteve em evidência, nessa revista, o assunto da tão esperada instalação do Governo do Estado de Mato Grosso do Sul, resultado da divisão territorial de Mato Grosso. Pois, o fato havia sido anunciado pelo Presidente da República Ernesto Geisel, no dia três de maio de 1977. Dia inesquecível para a população de Campo Grande que comemorou a criação do Estado de Mato Grosso do Sul com um carnaval que adentrou a madrugada do dia seguinte. Vale lembrar que o Estado de Mato Grosso do Sul foi criado pelo Presidente Ernesto Geisel.

Lei complementar nº 31, de 11 de outubro de 1977, cria o Estado de Mato Grosso do Sul. O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei complementar. Art. 1º É criado o Estado de Mato Grosso do Sul, pelo desmembramento da área de Mato Grosso. Ernesto Geisel. (BRASIL, 1977).

---

<sup>4</sup> Maria Helena Brancher passou a integrar a FUCONAMS a partir da campanha contra a instalação da usina de álcool em Bodoquena.



Outro registro da CAMPO refere-se à preocupação ambientalista do governador Harry Amorim Costa que afirmou ser necessário

[...] preservar esta riqueza extraordinária enquanto é tempo. Nada impede hoje que se tenha o desenvolvimento econômico com as práticas adequadas de preservação ambiental. Podemos muito bem harmonizar as duas coisas. Elas podem coexistir de maneira adequada. Vamos aproveitar os recursos naturais sem degradá-los. (AS IDÉIAS..., p. 15, jan. 1979).

Além disso, a revista anunciou a instalação do Estado de Mato Grosso do Sul, em janeiro de 1979, e que o engenheiro civil Harry Amorim Costa seria o primeiro governador. Harry Amorim Costa, sensível à preservação do ambiente natural, criou um órgão para gerenciar as ações de preservação ambiental no Estado, cujo primeiro diretor foi o Coronel Flávio Américo dos Reis, que fazia parte do grupo ambientalista, citado no abaixo-assinado de março de 1978. O Instituto de Preservação e Controle Ambiental de Mato Grosso do Sul (INAMB), criado pelo Decreto nº 9, de 1 de janeiro de 1979:

Dispõe sobre o Sistema Executivo para o Desenvolvimento Econômico, autoriza a criação das entidades que menciona e dá outras providências.

[...] Art 2º - Os seguintes órgãos e entidades integram o Sistema Executivo para o Desenvolvimento Econômico

I – Órgão Central

Secretaria do Desenvolvimento Econômico

II – Órgão Colegiado

Conselho de Coordenação do Sistema Executivo para o Desenvolvimento Econômico

III – Entidades Vinculadas e Supervisionadas

a) Departamento de Inspeção e Defesa Agropecuária de Mato Grosso do Sul (IAGRO)

b) Departamento de Terras e Colonização de Mato Grosso do Sul (TERRA-SUL)

c) Instituto de Preservação e Controle Ambiental de Mato Grosso do Sul (INAMB)

d) Junta Comercial do Estado de Mato Grosso do Sul (JUCEMS)

e) Empresa de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural de Mato Grosso do Sul

e) Empresa de Serviços Agropecuário de Mato Grosso do Sul (AGROSUL)

f) Companhia de Desenvolvimento da Indústria, Comércio e Mineração de Mato Grosso do Sul (CODESUL)

g) Empresa de Turismo de Mato Grosso do Sul (TURISUL). (Mato Grosso do Sul, Diário Oficial, ano 1, n. 1, p. 19, 1 jan. 1979).

Depois de instalado o governo do Estado de Mato Grosso do Sul, o grupo ambientalista passou a acompanhar e apoiar os trabalhos de fiscalização do INAMB. De acordo com a entrevista de Flávio Américo dos Reis, publicada na página Ecologia da Revista CAMPO Agropecuária, este órgão foi encarregado de executar a política de racionalização do uso e conservação dos recursos naturais e de controle ambiental de Mato Grosso do Sul. Seu primeiro enfoque foi o da fiscalização da caça e pesca e, posteriormente, o problema de desmatamento e poluição dos rios, em decorrência do mau uso de defensivos agrícolas. A entrevista abordou questões relativas às medidas de controle que deveriam ser adotadas pelas indústrias e informou também que o INAMB encaminharia um projeto de criação do Conselho Estadual de Conservação Ambiental à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, para que fosse discutido na Assembléia Legislativa. A proposta era de que o Conselho devesse englobar várias entidades interessadas no setor de desenvolvimento e as oito empresas vinculadas à Secretaria e que todos os problemas apontados pelo INAMB seriam levados ao Conselho para que este fizesse as apreciações. Assim, o executivo estadual começava a elaborar raciocínios que esboçariam a primeira versão do Decreto que criou o Conselho Estadual de Controle Ambiental (CECA).

Vale informar que, no final de 1979, o governador Marcelo Miranda Soares que tomou posse do cargo de governador do Estado de Mato Grosso do Sul, no dia 28 de junho de 1979, já havia substituído Harry Amorim Costa.<sup>5</sup> (SENADO..., p. 11, 28 jun. 1979). Alguns meses após a posse do segundo governador do Estado de Mato Grosso do Sul, Marcelo Miranda Soares<sup>6</sup> assinou o Decreto nº 337, de 7 de novembro de 1979 que cria na Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral, o Conselho Estadual de Controle Ambiental (CECA) e dá outras providências

[...] Art. 1º - Fica criado, na Secretaria de Planejamento e Coordenação-Geral, o Conselho Estadual de Controle Ambiental – CECA, com atribuição de exercer as atividades definidas no

---

<sup>5</sup> Harry Amorim Costa foi exonerado do cargo de governador do Estado de Mato Grosso do Sul, no dia 12 de junho de 1979, pelo Presidente da República João Baptista Figueiredo. No dia 13 de junho de 1979, Londres Machado foi empossado no cargo de governador de Mato Grosso do Sul. (FIGUEIREDO demite Harry, p.1, 13 jun. 1979).

<sup>6</sup> Marcelo Miranda Soares teve seu nome aprovado pelo Senado da República, no dia 27 de junho de 1979 e tomou posse no Gabinete do Ministro da Justiça, Petrônio Portella. (SENADO aprova Marcelo e M.S. já tem governador, p. 11, 28 jun. 1979).

presente Decreto. (Mato Grosso do Sul, Diário Oficial, ano 1, n. 214, p. 4, 7 nov. 1979).

Porém, dois dias depois, o governador assinou um Decreto revogando o anterior: Decreto nº 340, de 9 de novembro de 1979:

[...] Art. 1º - Fica revogado expressamente o Decreto nº 337 de 7 de novembro de 1979, que 'cria na Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral, o Conselho Estadual de Controle Ambiental – CECA e dá outras providências'. (Mato Grosso do Sul, Diário Oficial, ano 1, n. 216, p.2, 7 nov. 1979).

Finalmente, no ano seguinte, o governador Marcelo Miranda Soares criou na Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral, o Conselho Estadual de Controle Ambiental (CECA), pelo Decreto nº 537, de 30 de abril de 1980 e dá outras providências

[...] Art. 1º - Fica criado, na Secretaria de Planejamento e Coordenação-Geral, o Conselho Estadual de Controle Ambiental (CECA), com função normativa, de coordenação, controle e retroalimentação da política de utilização dos recursos naturais e a preservação da qualidade do meio ambiente no território do Estado de Mato Grosso do Sul. (Mato Grosso do Sul, Diário Oficial, ano 2, n. 330, p. 2, 2 maio 1980).

Voltando às ações da UFMS, como havia sido anunciado pela imprensa local, foi realizado em Campo Grande, de 22 a 27 de janeiro de 1979, o XXX Congresso Nacional de Botânica, promovido pela SBB, que, sob a presidência de Arnaldo de Oliveira, teve a participação de mais de

[...] 700 congressistas, dos 22 estados da Federação, além de representantes de outros países (Argentina, Colômbia, Estados Unidos, Holanda, França, Inglaterra, Uruguai e Paraguai) apresentaram teses, debateram problemas referentes à Botânica, conservação e preservação da natureza, plantas forrageiras, os cerrados, paisagismo, ecologia, poluição, etc. (CONGRESSO..., p.5, fev. 1979a).

Sobre o evento, Arnaldo de Oliveira informou que:

Durante o XXX Congresso Nacional de Botânica, realizado em Campo Grande, em janeiro de 1979, um grupo participou das sessões plenárias e dos cursos do evento. Outro grupo realizou

uma expedição pelo rio Paraguai, saindo de Campo Grande, passando por uma área de recursos naturais, Passo do Lontra, Porto da Manga, às margens do rio Paraguai, até Corumbá. Na expedição foi feita coleta de material para estudos em laboratórios. Participaram da expedição, o paisagista Roberto Burle Marx, botânicos como professor Mário Guimarães Ferri, Graziela Maciel Barroso, Ariane Luna Peixoto, além de estudantes do curso de Farmácia e da Biologia da UFMS. Também integraram o Congresso pesquisadores como Paulo Günter Windisch, do CNPq, Marcelo Ataíde Silva, da Universidade Federal Rural de Pernambuco, Berta Lange de Morretes, Nanuza Luiza de Menezes e Dora Romaris, da USP. (Cf. Entrevista realizada em 18 dez. 2003).

O botânico Mario Guimarães Ferri, doutor em Ciências Naturais pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, pesquisador científico do cerrado brasileiro desde 1939, proferiu palestra sobre Ecologia e Poluição, bem como apresentou um trabalho sobre o aproveitamento racional do cerrado. Em entrevista à CAMPO, o conferencista abordou temas do máximo interesse dos pecuaristas e agricultores, como: devastação da Amazônia, queimadas, uso de praguicidas. Sobre a preservação das áreas existentes em reservas de cerrado, fez a seguinte declaração: “[...] não aconselho de forma alguma que se faça uma devastação no cerrado. É uma área extensa demais. Não precisa ser destruída mais do que já foi.” (CONGRESSO..., p. 5, fev. 1979b).

Uma das atividades do Congresso foi a exposição de artes plásticas com diversos trabalhos de artistas de outros lugares e de Mato Grosso do Sul. Dentre eles, o botânico Mario Guimarães Ferri que transpõe “[...] para a pintura aquarela o tema que sempre o empolgou: Ecologia.” (CONGRESSO..., p. 6, fev. 1979). Roberto Burle Marx, paisagista, defensor da Ecologia; Marina Gatass, artista plástica e escultora sul-mato-grossense; Nelly Martins; e “[...] as lagoas, a beleza da flora do pantanal nas telas de Jorapimo, corumbaense.” (CONGRESSO..., p. 9, fev. 1979a). Esteve presente também Margareth Mee, pintora inglesa, apreciadora da Floresta Amazônica. Ela observou na viagem que fez pelo rio Negro, em 1977 que “[...] as árvores que eu conheci pessoalmente (quando a gente viaja muito pelo Rio Negro a gente guarda certas árvores como referência) não estavam mais lá. Só a marca de motosserra. Nem uma árvore para amarrar o meu barco.” (CONGRESSO..., p. 9, fev. 1979b).

Outro fato que despertou atenção à época foi a destruição, em Campo Grande, a mais nova capital brasileira, de belíssimos mangueirais, apesar da

campanha empreendida pelo Centro de Ciências Biológicas da UFMS, na defesa do meio ambiente. É o que noticiou a reportagem do jornal Diário da Serra:

Arnaldo de Oliveira citou um exemplo que pode ser mencionado como clássico para a Capital Sulmatogrossense: a destruição dos frondosos mangueirais que existiam até bem pouco tempo no cruzamento da rua do Mangue com a Anhanduí, ao lado do Horto Florestal. `Depois de oferecerem tanta sombra, lazer e alimentação para muitos e durante tanto tempo, os mangueirais foram eliminados', lembrou o presidente da SBB. `Cederam lugar para um feio e perigoso terreno baldio, aliás, mais um espaço central abandonado, quando se tenta tornar mais humana a Capital', continuou. Diante do exposto, Arnaldo de Oliveira preveniu que 'ainda há tempo para preservar a natureza', assegurando que basta somente que os desejosos de lucros imediatos reflitam sobre o crime que estão cometendo. ("XERIFES...", p. 8, 24 abr. 1979).

Na mesma edição do jornal Diário da Serra, Arnaldo de Oliveira ressaltou que o XXX Congresso Nacional de Botânica, realizado de 22 a 27 de janeiro de 1979, na Universidade Federal, foi "[...] o grande despertar, como o próprio presidente da SBB (a entidade promotora do evento) teve a oportunidade de sentir." ("XERIFES...", p. 8, 24 abr. 1979). A reportagem também informou que a SBB contava com um departamento instalado no Centro de Ciências Biológicas da UFMS:

Enquanto aconteciam as lutas preservacionistas na UFMS, os ambientalistas buscavam um rumo para o movimento, pois a situação ambiental requeria por parte do grupo uma certa organização. Assim, de acordo com Astúrio Ferreira dos Santos, o assunto foi discutido em uma reunião da Loja Maçônica Estrela do Sul em que se sugeriu a criação de uma associação que pudesse falar em nome de todos e que tivesse a finalidade de combater a caça e a pesca predatórias. (Cf. Entrevista realizada em 23 set. 2003). Desta forma, se deu o processo de formação da primeira ONG ambientalista de Mato Grosso do Sul, a princípio uma Associação dos Defensores do Meio Ambiente, registrada pouco depois com o nome de FUCONAMS. Foram necessárias duas reuniões para se consolidar a proposta da criação da entidade, conforme as atas descritas a seguir:

Ata número um do dia treze de novembro de um mil e novecentos e setenta e nove. Da era cristã (013-011-1979). Reunião na residência do Senhor Astúrio Ferreira dos Santos os seguintes

preservacionistas: Chafic Basmage, Realino Rodrigues Monteiro, Genésio José Veloso, Enio Bittencourt, Dionízio Walter Machado do Nascimento, Carlos Eduardo Paitl, Antonio de Castro Texeira, Celso Massaschi Ynouye, Birajar Landim Bacargi e Astúrio Ferreira dos Santos. Tema: A finalidade da reunião é de fundar uma associação de defensores do meio ambiente, que terá como meta principal a defesa do meio ambiente em nosso Estado e ainda colaborar com o poder público na defesa da nossa fauna, flora e tudo que relaciona ao meio em que vivemos. Ficou decidido que tudo faremos para evitar uma catástrofe futura em nosso Estado, com instalações de usinas e altos corrosivos que sem dúvida contaminará o solo do Estado e principalmente o “pantanal”. Por unanimidade, ficou aprovado que para a próxima reunião será discutido o nome da associação, e que a associação terá abrangência em todo o Estado de Mato Grosso do Sul. Também ficou discutido e aprovado que na próxima reunião os estatutos e subsídios para criação da associação assim como a eleição da diretoria. Ficamos portanto combinados que a próxima reunião será às 20:00hs do dia 03 de dezembro de 1979, na Associação Comercial desta Capital. Para tratar das primeiras providências relacionadas com o futuro da associação, foi eleita uma diretoria provisória que ficou assim constituída: Presidente - (Astúrio Ferreira dos Santos digo em tempo) Antonio Castro Texeira, Secretário - Genésio José Veloso, Tesoureiro – Chafic Basmage. Nada mais havendo a tratar, encerramos a reunião que a denominamos “Dos Preservacionistas”, agradecendo uns a outros, por tão importante discussão. (GRUPO EM DEFESA DO MEIO AMBIENTE DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, 13 nov. 1979).

De início, o texto definiu como bandeira da associação a luta contra usinas e altos corrosivos, a defesa do meio ambiente e a colaboração com o poder público na defesa da fauna e flora. Aqui, foram identificados dois aspectos: um certo entrosamento com o poder público, advindo daí, talvez, o fato de a ONG ambientalista incluir, entre os participantes, um representante do poder público municipal; o outro refere-se à ênfase na defesa da fauna e flora, em acordo com a finalidade exposta no artigo primeiro do estatuto, qual seja a de “[...] atuar na conservação dos recursos naturais renováveis e não renováveis, especialmente a flora e fauna do Estado, [...]” (ESTATUTO DA FUCONAMS, p.16, 6 maio 1980). Por último, deu o tom de sua atuação ao denominar o grupo de “Dos Preservacionistas”. De acordo com Astúrio Ferreira dos Santos, a FUCONAMS espelhou-se na Fundação Brasileira para Conservação da Natureza (FBCN), da qual fizeram parte Roberto Marinho, Ibsen Gusmão Câmara, Professor Paulo Nogueira Neto e outros. (Cf. Entrevista realizada em 23 maio 2003). Alguns dias depois, aconteceu a segunda reunião

Ata número 02 (dois). De 03 – 12 – 1979, (três de dezembro de um mil novecentos e setenta e nove). Aos três dias de dezembro de um mil novecentos e setenta e nove, às 20:00hs, do grupo denominado de fundadores da associação dos defensores do meio ambiente, reuniram-se na Associação Comercial desta Capital os fundadores da associação dos defensores do meio ambiente... 1º) – Abertura da reunião feita pelo Sr. Presidente provisório Antonio de Castro Texeira, que com prévias formalidades saudou os presentes à reunião. 2º) - Leitura da ata da sessão anterior feita pelo secretário. 3º) – O Sr. Presidente dirigiu a palavra a Assembléia – se alguém teria alguma observação. 4º) – A ata foi aprovada por unanimidade. 5º) – Expedientes: não houve. 6º) – Ordem do Dia: O Sr. Presidente fez apresentação do Sr. Diretor Geral do Inamb, Coronel Flávio Américo dos Reis, que dirigira palavras aos presentes: O Sr. Diretor Geral fez explanação do que seja o INAMB no âmbito do estado, falando mais demoradamente sobre a criação da Associação de Defesa do Meio Ambiente. Diz que a idéia partiu do Inamb, aproveitando a boa vontade de alguns cidadãos de nossa comunidade que sempre colaboraram com a entidade governamental, o Sr. Flávio Américo, falou sobre a dificuldade que o Inamb tem em cumprir sua missão, daí portanto a necessidade da comunidade em participar de uma forma mais efetiva no controle do nosso meio ambiente. Palavra Livre: O plenário fez uso da palavra; vários dos presentes perguntaram ao Sr. Diretor do Inamb com relação ao futuro da Associação ora fundada, sendo todas as perguntas respondidas, 'que, sem dúvida foi uma grande iniciativa da parte dos homens com idéias preservacionistas', em participar de uma forma mais efetiva no controle do nosso meio ambiente. A seguir o Presidente provisório apresentou e indicou o Sr. Astúrio Ferreira dos Santos, para presidente da Associação ora fundada. O plenário manifestou por aclamação sendo desta forma eleito o Sr. Astúrio Ferreira dos Santos, que doravante presidirá os trabalhos da Associação. O plenário decidiu também que o presidente ora eleito fará escolha de seus auxiliares. O Sr. presidente nomeou para 1º secretário, o Sr. Genésio José Veloso; para 2º secretário, o Sr. Antonio de Castro Texeira; para 1º Tesoureiro, o Sr. Zeno V. Schwengher e para 2º Tesoureiro o Sr. Enio Bittencourt Dionizio. Os demais cargos serão preenchidos na próxima sessão. Por unanimidade – o plenário decidiu ainda que se recolha a importância de CR\$500,00 (quinhentos cruzeiros), dos presentes para despesas iniciais da Fundação. O Sr. Presidente mandou constar em ata o nome dos presente, pois serão eles tido como fundadores, o que será feito após o encerramento da presente ata. Designação da Comissão: O Sr. Presidente nomeou uma comissão, aprovada pelo plenário, para elaborar o estatuto e regimento interno da Associação que ficou assim constituída: - Presidente = José Geraldo de Lima, membros: Flávio Américo dos Reis, Nelsom Borges de Barros Filho, Celso Massaschi Ynouye, Carlos Eduardo Paitl e Senhor Paulo Goulart. Encerramento: nada havendo a tratar o Sr. Presidente agradeceu a presença de todos, conclamou-os à luta em prol do nosso meio ambiente e marcou a nova reunião neste mesmo local para o dia 14 de janeiro de 1980. Segue a relação dos presentes nesta sessão: [...] (GRUPO EM

DEFESA DO MEIO AMBIENTE DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, 3 dez. 1979).

Nessa reunião, foi designada uma comissão, aprovada em plenário, para elaborar o estatuto e o regimento da entidade cujos extratos publicados pelo Diário Oficial, são transcritos a seguir:

EXTRATO DE ESTATUTO DA FUNDAÇÃO PARA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

A FUNDAÇÃO para conservação da Natureza do Estado de Mato Grosso do Sul, entidade privada, sem fins lucrativos, com finalidade de atuar na conservação dos recursos naturais renováveis e não renováveis, especialmente a flora e fauna do Estado, terá sede e foro na cidade de Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul. Para a consecução de seus objetivos, a FUCONAMS deverá:

- a) promover o intercâmbio cooperativo entre os governos estaduais e municipais, instituições públicas e privadas, pessoas físicas e jurídicas interessadas na conservação da Natureza;
- b) realizar campanhas educativas em âmbito comunitário, difundindo conhecimentos sobre princípios de defesa e conservação dos recursos naturais;
- c) recomendar e pleitear reservas de áreas que tenham valor histórico científico ou que se constituam em monumentos naturais;
- d) estimular os proprietários de fazendas, chácaras e sítios a requererem ao órgão competente o apoio oficial para que suas propriedades sejam consideradas refúgio e reserva da flora e fauna nativa;
- e) promover ou patrocinar, através de reuniões, simpósios, congressos, e seminários a participação de cientistas, professores e pesquisadores dedicados às ciências da Preservação da Natureza;
- f) Sugerir à Secretaria Estadual de Educação, a inclusão da disciplina em seu currículo escolar.

Os bens e direitos da Fundação serão aplicados, exclusivamente, na consecução de seus objetivos, podendo ser alienados com autorização do Conselho Diretor e aprovado pela Assembléia Geral. A Fundação será dirigida por um Conselho Diretor composto por um Presidente, um Vice-Presidente, um Secretário, um Tesoureiro e um representante do INAMB, da Prefeitura Municipal de Campo Grande, da Fundação Universitária Federal de Mato Grosso do Sul, e da Acrissul. O Presidente e o Vice-Presidente serão eleitos em Assembléia Geral e terão mandato de 02 (dois) anos podendo ser reconduzidos por igual período. Os casos omissos neste Estatuto serão resolvidos pelo Conselho Diretor. (ESTATUTO DA FUCONAMS, p.16, 6 maio 1980).

EXTRATO DE REGIMENTO

A Fundação para a Conservação da Natureza do Estado de Mato Grosso do Sul (FUCONAMS), instituída nos termos da legislação em vigor, com duração indeterminada, sede e foro na



cidade de Campo Grande, neste Estado, conforme registro cartorial, reger-se-á pelo Estatuto complementado pelo presente regimento, destinando-se à conservação e recuperação da flora, fauna, ar, água e solo do Estado.

Para a consecução de seus objetivos, a Fundação deverá:

- a) promover campanhas de divulgação sobre a conservação dos recursos naturais renováveis e preservação da fauna e flora nativos do Estado;
- b) propugnar pela criação de entidades filiados ou não, com objetivos semelhantes, em todos os municípios do Estado;
- c) fomentar o intercâmbio com instituições congêneres públicas privadas, nacionais ou internacionais;
- d) colaborar com as autoridades constituídas, especialmente as responsáveis pela proteção do meio ambiente;
- e) participar, como observador, de torneios de caça e pesca esportivas permitidos por lei;
- f) outorgar títulos honoríficos às pessoas que se destacaram em atividades protecionistas e conservacionistas do meio ambiente;
- g) imprimir e divulgar trabalhos de entidades científicas relacionados com a Natureza que possibilite a motivação sobre o futuro e responsabilidade consciente de todos na preservação do meio ambiente;
- h) custear, quando possível, total ou parcialmente, promoções, cursos e outras atividades que visem à preservação e conservação do meio ambiente;
- i) conceder prêmios anuais para os alunos do 1º, 2º e 3º graus do Estado que se destacarem em trabalhos sobre a preservação e conservação dos recursos naturais.

Constituem patrimônio da Fundação os bens móveis ou imóveis doados pelos sócios fundadores, honorários, efetivos, e aspirantes e os que vier a adquirir, para melhor atender seus objetivos.

São órgãos da Administração Superior da Fundação:

I – Assembléia Geral

II – Conselho Diretor

III – Conselho Fiscal

As eleições para o Conselho Diretor realizar-se-ão bianualmente, em Assembléia Geral ordinária, convocada com antecedência mínima de 8 dias pelo Presidente do Conselho, através de Edital publicado em jornal de grande circulação na cidade.

§ 1º - Esta Assembléia reunir-se-á, em primeira convocação, com a maioria dos sócios quites com as obrigações regimentais e em segunda convocação, 30 minutos após, com qualquer número de sócios em dia com os deveres para com a Fundação.

§ 2º - Poderão votar os sócios, cujas propostas forem aceitas, no mínimo 90 dias antes da data da eleição.

Os casos omissos serão resolvidos pelo Conselho Diretor. (REGIMENTO DA FUCONAMS, p.14, 9 maio 1980).

No texto do extrato do estatuto, foram definidas algumas diretrizes para a FUCONAMS atuar na conservação dos recursos naturais renováveis e não renováveis, especialmente a flora e fauna do Estado. Dentre elas, ressaltam-se: a realização de campanhas educativas em âmbito comunitário, difundindo

conhecimento sobre princípios de defesa e conservação dos recursos naturais; sugestão à Secretaria Estadual de Educação de incluir a disciplina Ecologia em seu currículo escolar; e a participação de um representante da prefeitura municipal e do INAMB no conselho diretor.

No decorrer da pesquisa, foram identificadas duas vertentes na origem do ambientalismo de Mato Grosso do Sul: uma, no âmbito da sociedade civil, outra, no meio acadêmico, destacando-se dois atores, Astúrio Ferreira dos Santos e Arnaldo de Oliveira.

O primeiro, Astúrio Ferreira dos Santos, ao se deparar com a ação de pescadores inescrupulosos em sua propriedade, onde, aos finais de semana, desfrutava com a família daquele ambiente, sentiu-se lesado nos seus direitos, que hoje seriam direitos ambientais. Isso o moveu a realizar com a autorização da SUDEPE uma primeira ação de fiscalização, com alguns companheiros, e a discutir o assunto da pesca predatória em uma reunião da Loja Maçônica Estrela do Sul, onde a causa ganhou adeptos, como Túlio Alves Filho, fazendeiro, e outros que também se sentiam prejudicados pelos degradadores do meio ambiente. Nessa reunião foi deliberada a realização de um abaixo-assinado, denunciando a caça e a pesca predadoras na região sul do Estado de Mato Grosso. O documento ficou sob responsabilidade de Astúrio Ferreira dos Santos, Túlio Alves Filho e Kalil Abrão, conforme foi comentado no início do capítulo. Em outra reunião entre os maçons da Loja Estrela do Sul, chegou-se à conclusão de que era necessário criar uma Associação dos Defensores do Meio Ambiente, a FUCONAMS, para representar o grupo ambientalista. Segue na nota uma relação de alguns pioneiros ambientalistas, fornecida por Astúrio Ferreira dos Santos, e que consta da ata das duas primeiras reuniões que os ambientalistas realizaram para criar a FUCONAMS.<sup>7</sup> (Cf. Entrevista realizada em 23 set. 2003).

---

<sup>7</sup> Astúrio Ferreira dos Santos, preocupado com a defesa da fauna aquática, pois à época não havia controle dessas atividades; Realino Rodrigues Monteiro, fazendeiro; Genesio José Veloso, major da Aeronáutica, integrante da Loja Maçônica Estrela do Sul; Luiz Nogueira Sobrinho, advogado; Enio Bittencourt, funcionário público, pertencente à Loja Maçônica Estrela do Sul; Dionisio Walter Machado do Nascimento, militar reformado, também da Loja Maçônica Estrela do Sul; Celso Massachi Ynoue, médico; Birajar Sandin Bacardi, fazendeiro e gerente comercial; Neraldo Marques, agrônomo; Chafic Basmage pescador amador; Antonio de Castro, amigo de um fazendeiro; Túlio Alves Filho, fazendeiro, integrante da Loja Maçônica Estrela do Sul, Kalil Abrão, comerciante e .o Coronel do Exército, Flávio Américo dos Reis, que foi a mola propulsora da fiscalização nos rios na região de Coxim e Taquari.

O segundo ator do ambientalismo de Mato Grosso do Sul foi Arnaldo de Oliveira, coordenador de eventos que trouxe para Mato Grosso do Sul pesquisadores científicos reconhecidos nacionalmente, que influenciaram na conformação do movimento. Embora o movimento tenha se concentrado na bacia do Paraguai, houve contribuições que atraíram os olhares para a bacia do Paraná. Esta região foi marcada pelo uso desordenado de tecnologias na agricultura provocando estragos no meio natural. Daí a importância da abrangência dos temas debatidos em eventos na defesa do meio ambiente, como a Semana de Botânica e Ecologia que aconteceu no ano 1977, sob a coordenação de Arnaldo de Oliveira e Cláudio Almeida Conceição. Assim como a divisão do Estado de Mato Grosso, a passagem da UEMT para UFMS teve grande relevo para o ambientalismo do Estado. Tão logo se implantou o governo de Mato Grosso do Sul, a UFMS foi palco de atuação de inúmeros pesquisadores científicos e estudiosos que colocavam em cena a produção de conhecimentos ambientais, possibilitando a interação com os participantes.

Mas não foi só em Campo Grande que houve manifestações do meio acadêmico. Como já foi observado, lá pelos idos de 1975, Maria Eugênia Carvalho do Amaral, de Dourados, demonstrou sua preocupação com a educação ambiental em razão da caça e pesca predadoras do ambiente bem como pela ação dos inseticidas na agricultura. Tais assuntos converteram-se em várias reportagens publicadas na imprensa douradense, descritas de uma forma muito especial para mostrar à comunidade a importância da natureza no meio social.

Na medida em que os ambientalistas desenvolviam suas ações, eram criados fatos para a imprensa divulgar à comunidade. Vale destacar a contribuição da Revista CAMPO Agropecuária que expressava uma preocupação ambientalista por parte da diretora e editora Maria Helena Brancher. A Revista não só divulgava as experiências e os conhecimentos produzidos pela comunidade científica, como também dava oportunidade aos leitores de se posicionarem sobre as matérias publicadas. No último número da publicação, o editorial fez uma crítica ao INAMB por ter liberado a caça ao jacaré e à capivara, cujo projeto estava sendo analisado em conjunto com o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF). O editorial conclui com os seguintes dizeres:

Se necessário, sairemos às ruas em passeata, portando cartazes e faixas, apelaremos a quem quer que seja, mas não podemos deixar que isso aconteça. E, antes de qualquer atitude e antes que isso seja preciso, cobramos, antecipadamente, uma posição de cada deputado de nossa Assembléia Legislativa, pois eles serão chamados a aprovar esse projeto, e, se isso acontecer serão cúmplices. Acreditamos ainda, que o governador do Estado poderá impedir que esse crime ecológico aconteça, suspendendo esse projeto e cortando o mal pela raiz. Ainda é tempo. (EDITORIAL..., p.3, fev. 1980).

O texto deste editorial parecia preparar a sociedade para uma grande mobilização popular que aconteceria no ano seguinte contra a implantação da usina de álcool em Bodoquena, cujo tema será discutido no segundo capítulo. Vale lembrar que a Revista CAMPO Agropecuária circulou 18 números, por três anos, pois teve seu início em agosto de 1978 e seu término em fevereiro de 1980.

Sintetizando, este capítulo buscou analisar as primeiras iniciativas ambientalistas desde a época do Estado de Mato Grosso até a criação e implantação do governo do Estado de Mato Grosso do Sul. Essas iniciativas originaram-se na sociedade civil e deram origem à FUCONAMS. No meio acadêmico, o outro movimento foi deflagrado por meio de eventos com a participação da comunidade sul-mato-grossense e de pesquisadores científicos de outras localidades. O movimento criado pelo grupo da sociedade civil e pela ação que emergiu do meio acadêmico criou as condições para que fosse realizada uma luta em conjunto.

## **CAPÍTULO II**

### **A FUCONAMS e o Comitê de Defesa do Pantanal: de 1979 até 1982**

Nesta pesquisa, que cobriu o período de 1979 a 1989, foi possível identificar dois momentos de atuação da FUCONAMS: o que vai do início de sua atuação até o final de 1982 e o que se estende de 1983 até 1989. No primeiro desses períodos, a FUCONAMS coordenou uma ampla campanha ambiental e desenvolveu outras ações de menor abrangência. Astúrio Ferreira dos Santos foi seu presidente nessa fase em que a entidade foi bastante atuante. No segundo período, de 1983 a 1989, a FUCONAMS, sob a presidência de Francisco Anselmo Gomes de Barros, passou por um esvaziamento, concentrando suas ações em denúncias e formulações de propostas para o poder público e para o empresariado. Este capítulo trata da atuação da FUCONAMS em sua primeira fase, enfocando a criação e a desativação do Comitê de Defesa do Pantanal.

Alguns acontecimentos antecederam a mobilização da comunidade ambiental em Mato Grosso do Sul que começou em meados da década de 70 com as denúncias feitas contra a caça e a pesca predatórias, com os eventos promovidos pela UEMT e a publicação de fatos ambientais pela imprensa de Campo Grande, Dourados e Aquidauana. Um deles foi a criação da FUCONAMS, fruto da movimentação de um grupo da sociedade civil que, ao realizar a primeira reunião para tratar das providências de sua formação, previu a luta contra usinas de álcool. Outro acontecimento foi a informação dada pelo governo federal sobre a construção de 35 barragens no rio Paraguai:

No início da década de 80, explodiu a notícia espantosa, da intenção do Governo Federal de construir 35 barragens de grande, médio e pequeno portes no Rio Paraguai, e em seus principais tributários, como forma de controlar as enchentes do Pantanal e, como respaldo à construção da mega-usina de álcool da Bodoquena, produzir energia elétrica para tal iniciativa. (ARAUJO, 2002, P. 80).

O assunto da usina de álcool em Bodoquena foi amplamente discutido no XXXI Congresso Nacional de Botânica, promovido pela SBB e realizado em Itabuna, na Bahia, no período de 20 a 22 de janeiro de 1980, conforme assinalou Arnaldo de Oliveira. Foram debatidos os problemas que a implantação da usina de álcool em Bodoquena, já anunciada, poderiam causar ao ambiente pantaneiro. Nesse Congresso foi feita uma “Moção” para a Estação Ecológica do Pantanal – Sul, vinculada à UFMS. (CONGRESSO NACIONAL DE BOTÂNICA, 31., 1980, .Itabuna-BA). Esta “Moção” de autoria de Arnaldo de Oliveira contou com mais de 30 assinaturas dos diversos estados e foi aprovada por unanimidade de votos, durante a Assembléia Geral Ordinária, deste Congresso.

Ao retornar do Congresso, Arnaldo de Oliveira, procurando pessoas que se dedicavam à causa ambientalista, encontrou Astúrio Ferreira dos Santos que estava interessado em empreender uma luta contra a instalação da usina de álcool em Bodoquena. Ele e Astúrio Ferreira dos Santos começaram a fazer articulações políticas em torno da mobilização pública para a campanha contra a instalação da usina de álcool em Bodoquena. (Cf. Entrevista realizada em 18 de jul. 2003). Do interesse desses dois líderes surgiu a possibilidade conjuntural de somarem esforços para desenvolver uma luta ambiental. Vale lembrar que, na ata da primeira reunião para criação da FUCONAMS, registrou-se

[...] que tudo faremos para evitar uma catástrofe futura em nosso Estado, com instalações de usinas e altos corrosivos que sem dúvida contaminam o solo do Estado e principalmente o ‘pantanal’ [...] (GRUPO EM DEFESA DO MEIO AMBIENTE DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, 13 nov. 1979).

Conta Astúrio Ferreira dos Santos que ele se reunia com Arnaldo de Oliveira em sua farmácia, denominada Drogacetro, a fim de discutirem as ações que seriam desenvolvidas para envolver a opinião pública em um movimento contra o Projeto Bodoquena. (Entrevista realizada em 16 jul. 2003). Em uma dessas reuniões, os dois ambientalistas tiveram a idéia de encaminhar ofício convidando representantes de sessenta entidades para discutirem estratégias de mobilização social. A reunião foi realizada no Clube de Diretores Lojistas, cujo presidente era Arnaldo Molina e coordenada por Antonio de Castro, o mais idoso dos integrantes da FUCONAMS. Dentre os presentes destacaram-se Wilson Barbosa Martins, Harry Amorim Costa, Valter Pereira, que, com os demais

participantes, deliberaram por criar o Comitê Defesa do Pantanal. (Cf. Entrevista realizada em 19 set. 2003). Astúrio Ferreira dos Santos fez o seguinte comentário sobre Wilson Barbosa Martins:

Dois anos antes de ser eleito governador do Estado de Mato Grosso do Sul, pela primeira vez, Wilson Barbosa Martins participou da primeira reunião das entidades convidadas para a criação do Comitê de Defesa do Pantanal. Ele exerceu a função de diretor jurídico do Comitê de Defesa do Pantanal, do início ao término do movimento. (Cf. Entrevista realizada em 19 set. 2003).

Arnaldo de Oliveira assinalou que o Comitê de Defesa do Pantanal foi criado dentro da FUCONAMS, com apoio da SBB, como um movimento, um espaço aberto para abrigar as ONGs ambientalistas e diferentes segmentos da sociedade sul-mato-grossense, e que, portanto, não tinha poderes jurídicos. (Cf. Entrevista realizada em 2 jul. 2003). Na opinião de Maria Helena Brancher:

A FUCONAMS, primeira ONG ambientalista do Estado, formada por um grupo de pessoas preocupadas em defender o meio ambiente do Estado, priorizou naquele momento a luta em defesa do Pantanal. Utilizou-se como estratégia a formação dessa frente ampla com a FUCONAMS na retaguarda, dando-lhe sustentação logística, técnica e política. (Cf. Entrevista realizada em 18 dez. 2002).

Com a decisão de instalar o Comitê de Defesa do Pantanal, que fazia parte da FUCONAMS, os ambientalistas prepararam-se para entrar em um embate contra o grupo dominante que pretendia implantar o Projeto Bodoquena. O projeto visava à implantação da usina de álcool em Bodoquena, no grande campo aberto pantaneiro para despejar o vinhoto “in natura”, trazendo conseqüência danosa para o frágil ecossistema do, então desconhecido, Pantanal sul-mato-grossense. O funcionamento da usina implicava a utilização de mão-de-obra barata dos índios que poderia descaracterizar culturalmente as populações indígenas ali existentes: Kadwéu e Terena, é o que afirmou Maria Helena Brancher. (Cf. Entrevista realizada em 18 dez. 2002). A fazenda onde seria instalada a usina era dos grupos Ometto, Dedini, Votorantim, Atlântica Boavista, The Diamond A Cattle Company e Rockefeller. A seguir, é transcrito um texto de uma notícia da imprensa paulistana, uma das fontes consultadas, que dá uma idéia da dimensão do projeto:

O empreendimento alcooleiro, segundo consta nos documentos apresentados ao governo do Mato Grosso do Sul, tem um capital social de CR\$ 490 milhões de dividido em 34% do grupo Ometto, 22% do grupo Dedini, 22% da Votorantim e 22% da Atlântica Boavista. Contudo, segundo a ata da assembléia geral extraordinária publicada no Diário Oficial do Estado, em 21/7/80, a constituição acionária oficial da empresa é surpreendentemente diversa: Das 490 milhões de ações, 249,9 milhões (51%) são da Empresa Brasil Warrant – Sociedade de Comércio e Participação Ltda, pertencente aos quatro investidores nacionais, enquanto o restante é dividido igualmente pelos grupos de David Rockefeller, domiciliado em Nova York, e The Diamond A Cattle Company, com sede no Novo México, Estados Unidos. (BODOQUENA..., 8 fev. 1981).

Simultaneamente ao início da organização da luta ambientalista em torno do Projeto Bodoquena, o governo estadual publicou a Lei nº 90, de 2 de junho de 1980, que dispõe sobre as alterações do meio ambiente, estabelece normas de proteção ambiental e dá outras providências.

[...] Art. 1º Define-se meio ambiente como sendo o conjunto do espaço físico e dos elementos naturais nele contidos, passível de ser alterado em razão de atividades humanas.[...]

Art 6º A política estadual que controla a poluição ambiental compreenderá o conjunto de diretrizes técnico-administrativa, destinadas a fixar a ação governamental no campo da utilização racional do meio ambiente. Parágrafo único – Caberá à Secretaria de Planejamento a Coordenação Geral, através do CECA em função do que compete ao INAMB, coordenar a política de preservação do meio ambiente e da utilização dos recursos naturais do Estado.

Art 7º O INAMB será o órgão executor da política estadual de controle da poluição ambiental e atuará harmonicamente com o CECA e demais organismo voltados à preservação. (Mato Grosso do Sul, Diário Oficial, ano 2, n. 352, p.1, 3 jun. 1980).

Essa foi mais uma iniciativa governamental que se inseriu no bojo das manifestações ambientalistas que, em conjunto com a FUCONAMS e a UFMS, compuseram o ambientalismo sul-mato-grossense.

Como uma das primeiras ações contra a instalação da usina de álcool em Bodoquena, a FUCONAMS e a Comissão Pró-Meio Ambiente/MS encaminharam mensagens ao General João Baptista de Oliveira Figueiredo, Presidente da República e ao Engenheiro Marcelo Miranda Soares, governador de Mato Grosso do Sul. A mensagem diz o seguinte:



Campo Grande, 2 de junho de 1980

Exmo. Sr.

Gal. João Baptista de Oliveira Figueiredo

DD. Presidente da República Federativa do Brasil

Palácio do Planalto – Brasília, DF.

Senhor Presidente

Quando se comemora a 5 de junho o “DIA MUNDIAL DO MEIO AMBIENTE”, o santuário do Pantanal está com os dias contados para consumir a extinção de sua fauna em nome de um programa de desenvolvimento, o PROÁLCOOL, que deveria ser implantado no Nordeste, onde os rios são temporários, há carência de empregos e já se planta cana desde os primórdios de nossa civilização.

A instalação das usinas de álcool nos municípios de Pedro Gomes, Sidrolândia, (ambas em funcionamento), e a da Bodoquena em Miranda, a maior do mundo, a ser construída, cercaram a bacia do Pantanal e estão com suas baterias estrategicamente instaladas nos picos das serras, ao Leste, ao Sul e ao Nordeste da grande planície pantaneira. Há poucos meses quando de Quebra-Coco, distrito de Sidrolândia, lançou seus detritos no Rio Dois Irmãos, a mortandade de peixes e outros seres vivos foi tão intensa que revoltou os matogrossenses do Sul. Quando as três usinas, das dezenas que pretendem instalar neste Estado, começarem a operar, não teremos mais os peixes de nossos rios, os jacarés que se alimentam das piranhas, mantendo o equilíbrio ecológico, não teremos mais as capivaras, as ariranhas, as aves e outros animais que habitam o último paraíso terrestre.

As enchentes que sempre trouxeram o humus para rejuvenescer as pastagens que sustentam o rebanho bovino da imensa planície, d’aqui por diante estão trazendo o vinhoto que mata e um grande cemitério, à semelhança do Tietê, se formará nos rios, nos corixos e nas baías, grandes criadouros naturais de peixes, onde o homem e as aves pescadoras como o Colhereiro, o Jaburú, o Biguá, a Garça de tantos matizes e outros muitos, ficarão privados de seu principal alimento – o peixe, e morrerão de fome.

Senhor Presidente, Vossa Excelência pode mudar o destino desses milhares de seres vivos que precisam viver, por eles e por nós. Há tantos lugares neste País continente, onde a arma atroz da civilização já exterminou a floresta e os animais, onde não existe mais nenhum passarinho para entreter as crianças da nova geração, mas no Pantanal ainda existe Vida, o bem supremo da Humanidade e não podemos permitir que aconteça esse crime porque muitos de nós morreremos com Eles. (FUCONAMS e Comissão Pró-Meio Ambiente/MS, 5 jun. 1980).

Como foi observado, o executivo estadual, vez por outra, inseria nas políticas governamentais do novo Estado ações ambientalistas. Contudo, houve manifestações também em outras esferas de governo, como o pronunciamento do então senador Pedro Pedrossian feito na Tribuna do Senado Federal, em junho de 1980, contra o projeto Bodoquena.

O Sr. PRESIDENTE (Gabriel Hermes) – Concedo a palavra ao nobre Senador Pedro Pedrossian,

O SR. PEDRO PEDROSSIAN (PDS-MS. Lê o seguinte discurso) - Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Quando nos encontramos como nação civilizada, no limiar de um novo ciclo histórico, onde nossas paisagens se redesenham na substituição de ambientes virgens, por geométricos traçados técnicos de exploração da nossa fértil superfície, é que venho registrar a apreensão vivida nos dias de hoje pelo meu Estado de Mato Grosso do Sul.

Mato Grosso do Sul, que com seu vizinho Mato Grosso, possui 200 mil quilômetros quadrados de ricas terras da região do Pantanal. Estas terras constituem-se, sem sombra de dúvidas, numa das mais importantes reservas de vida de todo o nosso Planeta e são em nosso País a maior bacia de proteínas, com seu rebanho de milhões de cabeças de gado bovino, sua fauna e sua flora incomparáveis.

Mas neste verdadeiro 'asilamento' de nossa natureza, a harmonia só é possível quando o homem adapta-se a ela, respeitando-a no seu todo, permitindo ao Pantanal o raro privilégio de ser hoje o maior viveiro natural sobre a face da Terra. À beleza de sua fauna junta-se uma flora variadíssima, sedimentada ao longo dos séculos pelo fluxo e refluxo das águas, tão vitais para a sobrevivência da grande planície pantaneira.

Os pioneiros, que no início de nossa História adentraram os majestoso e serenos rios do Pantanal, dividindo com os valentes índios Guaicurus e Guatós, a posse de tão extraordinária natureza, entenderam a vocação da magnífica planície, e moldaram-se a ela.

Talvez tenha o Pantanal um tipo único de colonizador dentre todos os protagonistas das grandes arrancadas e conquistas que fizeram e fazem a História Universal – um conquistador respeitando e entendendo a terra conquistada.

Na paradoxal convivência com as cheias e as secas, que se alternam permanentemente, moldou-se este homem na tenaz luta para proteger seus rebanhos.

Não foi difícil ao homem do Pantanal descobrir nele a pecuária como natural vocação. Rejeitando o rasgo do arado em suas entranhas, o Pantanal exerce esta vocação natural, apascentando os rebanhos com suas fartas pastagens que os ciclos da natureza tão bem sabem revigorar a cada ano.

Nesta região criou-se uma resistência que desviou, graças ao respeito devotado pelo homem à natureza ao longo de sua secular ocupação, às arrancadas de expansão econômica, através da agricultura, que transformaram São Paulo e Paraná em Estados economicamente fortalecidos, mas geraram tristes dividendos, como a poluição ambiental e a erosão incontrolável.

Esta ocupação pela agricultura, muitas vezes desordenada, avançou para Mato Grosso, Rondônia e Acre. E o nosso Extraordinário Pantanal, verdadeiro patrimônio de todos os brasileiros, permaneceu intocado, absoluto e exuberante, como um santuário da fauna e da flora de nosso País.

Sr. Presidente, e Srs. Senadores:

Quando tivemos a honra de governar o Estado de Mato Grosso, então ainda uno e indiviso, defrontamo-nos com ameaças de

agressões irracionais à natureza do Pantanal. As obras realizadas por meu Governo, entretanto, objetivaram sempre, dotar de infraestrutura adequada as regiões diferentes com características e potenciais peculiares. Respeitou-se esta extraordinária região, no que ela tem de mais puro.

Mas hoje, é com profunda apreensão que meu Estado constata a existência de um grande projeto para a implantação de uma usina de álcool em plena serra da Bodoquena, um dos maiores nichos ecológicos do Pantanal, plantado em mancha de terra que acusa os melhores índices de fertilidade do País.

É de todo sabido que os crescentes aumentos do preço do petróleo que estavam conduzindo o Brasil para perigosas situações de estrangulamento econômico, na área das importações, levaram o Governo, acreditando na resposta do empresariado brasileiro, a lançar o Programa Nacional do Alcool, abrindo espaços para o surgimento de fontes alternativas de energia que impedissem maiores sacrifícios ao desenvolvimento nacional.

A política do Governo Presidente João Figueiredo no campo da energia, incluindo-se evidentemente a nuclear – pode até ser objeto de ajustamentos, determinados pela própria dinâmica dos avanços técnicos e científicos, nunca do descrédito dos mais apressados e dos céticos.

Porém, estudos racionais e tecnicamente dirigidos para a criação de pólos produtores do álcool tão necessários, em regiões apropriadas e onde o meio ambiente não seja atingido por resíduos como o vinhoto, ao lado de uma legislação específica e eficaz para um efetivo controle sobre poluentes, originários da usinagem da cana-de-açúcar se tornam, Sr. Presidente e Srs. Senadores, medidas da maior urgência, diríamos mesmo, de responsabilidade histórica.

O vinhoto, como se sabe, altera de forma intensa o equilíbrio ecológico das águas interiores e causa sérios prejuízos aos recursos pesqueiros, conforme reconhece a própria Portaria nº 323, de 29 de novembro de 1978, do Ministério do Interior, que proíbe o lançamento do vinhoto em qualquer coleção hídrica.

Por outro lado, não se desconhece que projetos de grande porte no setor trazem, obrigatoriamente, dispositivos de prevenção à descarga dos efluentes tóxicos pelas águas de superfície.

Entretanto, Sr. Presidente, Srs. Senadores, a planície do Pantanal é completamente indefesa a esse tipo de agência, e mesmo que se cuide da constituição de mecanismos de retardamento ou de redução das descargas poluentes, pela própria configuração fisiográfica da região, as descargas irão proliferar com rapidez incomum, transportadas livremente pelas águas das cheias que alagam os pastos e os viveiros, e aprofundam os criadouros naturais.

Desta forma, com a responsabilidade que trazemos como delegado do povo de nosso Estado nesta augusta Casa, temos de perguntar se existem garantias técnicas e práticas que evitem definitivamente os danos irreparáveis que se poderão causar ao patrimônio ecológico nacional e ao ambiente saudável para a vida humana.

A nós Senadores, aos Poderes Constituídos do País cabe a responsabilidade histórica, inarredável de definir já uma filosofia

de defesa do meio-ambiente, que bloqueie qualquer possibilidade de extermínio, ainda que parcial, das qualidades naturais de nossa dádiosa terra.

Esta é, talvez, a última oportunidade histórica que ainda nos resta como brasileiros, de cumprirmos nosso dever, criando sistemas que evitem definitivamente o fim dos nossos recursos naturais, estendidos do pequeno Chuí à Floresta Amazônica, do Majestoso Pantanal à Caatinga do Nordeste, protegendo a superfície física do País das explorações desordenadas e maléficas.

Registro aqui, para que conste dos Anais desta Casa, como evidência de nossa preocupação com os destinos de nosso meio-ambiente, a própria advertência das seccionais da Sociedade Botânica do Brasil e da Fundação para Conservação da Natureza em meu Estado que, em nota conjunta, destacam que 'precisamos lutar agora pela preservação de nosso meio-ambiente, e continuar no tempo, para que gerações futuras não nos culpem por crime de omissão e sofram as conseqüências de nosso descaso'.

Assim, Sr. Presidente, nobres pares, desejamos levantar nossa vozes para que o Brasil se volte para si, proteja seu cenário verde, preserve seu patrimônio natural, e conserve o nosso Pantanal.

Ao convocar desta tribuna os mais diversos segmentos pátrios, as instituições científicas, os políticos, os administradores, todos enfim, para que apontem caminhos na conservação de nosso ecossistema, para que o Brasil cresça, gere cada vez mais riquezas sem prejudicar ou destruir seus recursos naturais.

Creemos, Sr. Presidente e Srs. Senadores, ser a instituição de garantias, ao lado da evidência histórica que hão de caracterizar nossa tomada de posição no Senado Federal, diante de tão transcendente problema, o primeiro passo para que possamos legar à Nação instrumentos eficazes para que deixemos às gerações vindouras uma pátria que evoluiu, que expandiu suas fronteiras de produção sem escorraçar sua natureza.

Uma pátria que permitiu que a exuberância e a riqueza de seu ambiente natural se mantivessem intactas ao longo dos anos, uma pátria que, ao equipar-se industrialmente, soube evitar a destruição da vida. (Muito bem!). (PEDROSSIAN, 27 jun. 1980).

Tudo indicava que o Estado de Mato Grosso do Sul estava bem amparado na luta contra o Projeto Bodoquena, pois, enquanto a FUCONAMS e a Comissão Pró-Meio Ambiente/MS encaminhavam mensagem ao executivo federal e estadual, o senador Pedro Pedrossian fazia um pronunciamento contra o Projeto Bodoquena. Ocorre que tão logo Pedro Pedrossian foi para o governo estadual ficou a favor da implantação da Projeto Bodoquena, postura esta totalmente contrária a que expressou em sua fala na tribuna do Senado Federal. Com as duas posições opostas, a dos setores do governo e a da sociedade civil, no cotidiano dos sul-mato-grossenses pairavam notícias vindas ora do governo ora da sociedade civil.

Foi marcante para Astúrio Ferreira dos Santos a forma como Avelino dos Reis se integrou à campanha. Locador do prédio onde funcionava a Drogacentro, era também proprietário de vários imóveis no centro da cidade e da ótica mais famosa de Campo Grande, que levava seu nome. Avelino dos Reis envolveu-se a tal ponto com a causa ambiental que cedeu o prédio da esquina da rua 14 de Julho com a rua Barão do Rio Branco, para o Comitê. A sede ficou permanentemente aberta, vindo a ser um ponto de encontro dos ativistas ambientalistas. Por causa dessa atitude do empresário, os ambientalistas que participaram do Comitê de Defesa do Pantanal referem-se a Avelino dos Reis com muito apreço, pela colaboração e participação especial no movimento. Astúrio considera que o lugar onde funcionou o Comitê, "[...] até hoje por nosso pioneirismo, é local de concentração das manifestações sociais do campo-grandense." (Cf. Entrevista realizada em 23 maio 2003). Depois da desativação do Comitê de Defesa do Pantanal ficou sendo o Bar do Zé, um referencial da cidade. (Cf. Entrevista realizada em 16 jul. 2003).

O Comitê ampliou o número dos voluntários e o aprofundamento da luta com a participação de personalidades históricas, como o, então, deputado federal, Wilson Barbosa Martins, que era o consultor jurídico do Comitê de Defesa do Pantanal. Na Assembléia Legislativa de Mato Grosso do Sul, o interlocutor do movimento foi o deputado Roberto Orro e sua esposa Yonne Ribeiro Orro, ambientalista de grande atuação. O Deputado fez um pronunciamento contra o projeto que, segundo ele, provocaria a devastação ecológica, afirmando ser prioridade a defesa do Pantanal em vez da produção de energia. Dentre os integrantes, destacavam-se Astúrio Ferreira dos Santos e Arnaldo Oliveira como coordenadores do movimento, Harry Amorim Costa e Francisco Anselmo Gomes de Barros<sup>8</sup> que se envolveram na causa. Tinham funções específicas: os advogados, Valter Pereira e Augusto Assis Filho; Sérgio Cruz e Camerino Vargas, responsáveis pela mobilização da sociedade; Maria Helena Brancher, pela divulgação do movimento; o músico e compositor Geraldo Espíndola e o Grupo Acaba, que, liderados por Chico Lacerda, faziam shows para garantirem as finanças do movimento; Ilton Silva, o artista plástico, e o Zé da Gruta, que, através da pintura de quadros, faixas e murais criavam a ambientação do movimento.

---

<sup>8</sup> Francisco Anselmo Gomes de Barros é administrador de empresa.

Aderiram à causa João Pedro Cuthy Dias, Egon Krakhecke, Ademir Zimmer e outras lideranças da Associação dos Agrônomos que discutiam e lutavam pela implantação de técnicas, como o plantio direto, receituário agrônômico e outras que visavam à sustentabilidade da agricultura, sem necessidade de agredir o meio ambiente. (Cf. Entrevista realizada em 18 dez. 2002).

O Jornal Independente publicou uma matéria sobre a reunião realizada entre os membros do Clube de Diretores Lojistas de Campo Grande com a finalidade de congregar entidades de classe, estudantes, clubes de serviço e outros segmentos sociais na luta contra a exploração econômica e irracional dos recursos naturais. A notícia também informa que:

Como início dessa campanha está fixado para o próximo dia 5 de agosto a realização de um show e manifestação pública, tendo como local a rua 14 de Julho (esquina com a Barão do Rio Branco) [...] (LOJISTAS..., p. 1, 31 jul./1 ago. 1980).

Tal reportagem também elenca os outros participantes desta reunião, Arnaldo de Oliveira, diretor da SBB, Seccional Regional/MS, Astúrio Ferreira dos Santos, presidente da FUCONAMS, representantes de entidades interessadas na preservação, entre os quais, Ademir Hugo Zimmer, da Associação de Engenheiros Agrônomos de Mato Grosso do Sul, Gerson Ferreira da Silva, da Associação dos advogados e pessoas ligadas ao meio ambiente e empresarial. A manifestação pública marcou a abertura do Comitê de Defesa do Pantanal, abrilhantada por artistas plásticos e pelo conjunto musical Grupo Acaba.

Ao longo do texto, é feito o registro de algumas dessas manifestações, procurando seguir a ordem dos acontecimentos, iniciando com a notícia, na imprensa local, sobre o impasse entre o INAMB e a SBB, Seccional Regional/MS:

Dois dias antes da inauguração oficial do Comitê Pró-Defesa do Pantanal, surgiu ontem o impasse entre o Inamb e um dos principais organizadores daquela entidade civil, professor Arnaldo de Oliveira, diretor da seccional de Mato Grosso do Sul da Sociedade Botânica do Brasil e membro da Fundação para Conservação da Natureza, que apontara 'conflitos de interesses' entre o Inamb e a Codesul, apontada como responsável pela implantação de indústrias polidoras. (IMPASSE..., p. 1, 4 ago.1980).

Não só por essa notícia como por aquelas que informavam a população acerca de fatos ambientais, em geral, a imprensa local falada, escrita e televisionada, teve uma expressiva participação no movimento. Vez por outra o Comitê de Defesa do Pantanal e a FUCONAMS eram manchetes dos jornais, Correio do Estado e Diário da Serra, bem como daqueles que circulavam em âmbitos menores. Presume-se que o assunto da usina de álcool, do Comitê de Defesa do Pantanal e da FUCONAMS acabara por constituir um atrativo para os leitores da imprensa local, tal era a freqüência com que se dava publicidade aos fatos. As notícias estenderam-se à imprensa de outros estados e, até, à internacional. No caso da campanha de Bodoquena, a imprensa local permitiu que a sociedade tomasse conhecimento do lançamento do Comitê de Defesa do Pantanal:

As entidades preservacionistas, apoiadas por diversos segmentos da Capital e do Interior do Estado, lançaram ontem oficialmente, o Comitê Pró-Defesa do Pantanal. Assim, aquela que é considerada uma das mais ricas regiões faunísticas do mundo ganha um novo aliado. E, ao que parece, voltou a reinar a 'paz' entre os órgãos oficiais do setor e as entidades conservacionistas. (PANTANAL..., p. 1, 8/14 jun. 1980a).

Foi assim que o Comitê de Defesa do Pantanal, ligado à FUCONAMS, deu início à campanha contra a instalação da usina da Bodoquena, transformando-se em um grande movimento social em defesa do patrimônio natural, o ambiente, é o que afirmou Astúrio Ferreira dos Santos. (Cf. Entrevista realizada em 23 maio 2003). Francisco Anselmo Gomes de Barros, em livro de sua autoria, descreve entusiasticamente o movimento:

Iniciava-se em Campo Grande um movimento popular contra a instalação da usina de álcool na Bodoquena. Para isso, criou-se dentro da Fundação para a Conservação da Natureza de Mato Grosso do Sul, o Comitê em Defesa do Pantanal; não esse comitê novo, pessoa jurídica, mas o comitê movimento, que concretizou toda a luta contra os interesses dos poderosos grupos financeiros. (BARROS, F., 1992, .p. 65).

A campanha exigia a realização de várias reuniões, ocasião em que os integrantes do Comitê de Defesa do Pantanal estabeleciam o planejamento das

ações. Os registros desses encontros estão em um livro ata que faz parte dos documentos da FUCONAMS, em cujo primeiro texto consta o seguinte:

Aos cinco (05) dias do mês de agosto de 1980, a Fundação para a Conservação da Natureza do Estado de Mato Grosso do Sul – FUCONAMS, a Sociedade Botânica do Brasil – SBB Seccional Regional de Mato Grosso do Sul, o Movimento Estudantil Pró-Pantanal, a Comissão Alfa de Ecologia e outras entidades conservacionistas, deram por inaugurada a sede do Comitê de Defesa do Pantanal, situado na esquina das ruas 14 de Julho com Barão do Rio Branco, na cidade de Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul, Brasil, destinado a receber assinaturas de pessoas que se fizerem presentes neste Comitê e estejam solidárias com as reivindicações contra as indústrias de álcool e outras instaladas ou a serem instaladas em regiões que venham atingir direta ou indiretamente o Santuário do Pantanal. (COMITÊ DE DEFESA DO PANTANAL, 5 ago. 1980).

O conteúdo dessa ata ressalta a presença das entidades conservacionistas, bem como o início do abaixo-assinado realizado pelos ambientalistas de Mato Grosso do Sul em prol da campanha contra a instalação da usina de álcool em Bodoquena. Vale lembrar que o primeiro abaixo-assinado foi uma iniciativa do grupo ambientalista denunciando a caça e a pesca predatórias no Estado de Mato Grosso e data de 23 de março de 1978. A Grande Loja Maçônica, com o abaixo-assinado, encampou a idéia, criando uma comissão composta por Gilberto da Silva Castro, hoje Desembargador, Luiz Nogueira Sobrinho, Astúrio Ferreira dos Santos e Túlio Alves Filho, incumbidos de divulgar o movimento nas lojas maçônicas. (Cf. Entrevista com Astúrio Ferreira dos Santos, realizada em 12 ago. 2003).

Astúrio Ferreira dos Santos afirmou que aderiram ao movimento cidadãos do interior do Estado, ONGs ambientalistas e sociais de várias partes do Brasil e do exterior. Ele ressaltou que o cantor de renome nacional, Gilberto Gil, ao passar por Campo Grande, visitou o Comitê de Defesa do Pantanal e escreveu seu nome no abaixo-assinado dessa campanha. O mesmo aconteceu com Sérgio Chapelin, da Rede Globo. (Cf. Entrevista realizada em 23 maio 2003).

O pronunciamento do senador Pedro Pedrossian era quase sempre citado pelos ambientalistas em cartas, manifestos ecológicos e outras formas de manifestação. Alguns trechos do discurso foram publicados pelo Jornal da Cidade:



A nós senadores, aos poderes constituídos do País, cabe a responsabilidade histórica, inarredável de definir já uma filosofia de defesa do meio-ambiente, que bloqueie qualquer possibilidade de extermínio, ainda que parcial, das qualidades de nossa dadivosa terra. (PEDROSSIAN..., p. 7, 16/22 nov. 1980).

Este Jornal informou que Pedro Pedrossian considerava a usina tão devastadora quanto as barragens que a Superintendência para o Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO) pretendia construir na região, como medida para conter as enchentes, e que as entidades esperavam ansiosamente uma ação enérgica do governador em relação à construção das barragens e da usina de álcool em Bodoquena.

Nessa luta contra a instalação da usina de álcool em Bodoquena, Arnaldo de Oliveira, representante da SBB, Seccional Regional/MS, atuava em conjunto com Astúrio Ferreira dos Santos, presidente da FUCONAMS, no envio de correspondências e nas demais providências. (Cf. Entrevista realizada em 15 jul. 2003). Como se vê, estava consolidada a coordenação do movimento a cargo das duas entidades. Nesse sentido, Arnaldo de Oliveira afirmou que:

Durante a campanha de Bodoquena, Astúrio Ferreira dos Santos, presidente da FUCONAMS e eu como diretor da SBB, Seccional Regional/MS, atuávamos em conjunto, no envio de correspondências e nas demais providências. (Cf. Entrevista realizada em 15 jul. 2003).

Desse modo, várias correspondências foram expedidas pela FUCONAMS e pela SBB, Seccional Regional/MS, assim como muitas outras vieram de diversos lugares do país e do exterior. A exemplo disso, as duas entidades encaminharam um folheto explicativo ao povo, contendo frases como “diga não às usinas de álcool, ao desmatamento para plantar cana-de-açúcar na Fazenda Bodoquena”; “exija a Estação Ecológica do Pantanal-Sul”, “participe do Comitê de Defesa do Pantanal”. Em prol da campanha, foi expedida uma carta ao povo:

A Fundação para Conservação da Natureza do Estado de Mato Grosso do Sul, a Seccional Regional de Mato Grosso do Sul da Sociedade Botânica do Brasil, o Movimento Estudantil pró Pantanal, a Comissão Pró - Meio Ambiente, o Grupo Alfa de Ecologia e outras entidades que lutam para preservar e conservar a Natureza, diante do prenúncio de dias sombrios para o Pantanal, ocasionados pela implantação da destilaria de álcool

nas serras que circundam a grande planície, vêm convidar você mato-grossense, de nascimento ou por adoção, para participar do Comitê de Defesa do Pantanal, uma das mais belas áreas naturais do mundo, o último paraíso terrestre, onde os animais e as aves precisam viver, por Eles e por Nós. (COMITÊ DE DEFESA DO PANTANAL, carta ao nosso povo, 1980).

Vale lembrar que a FUCONAMS e a SBB, Seccional Regional/MS ou o Comitê de Defesa do Pantanal encaminhavam cartas abertas, boletins, notas ao povo e aos meios de comunicação municipal, estadual e nacional. Prestavam esclarecimentos sobre os prejuízos ambientais que a usina de álcool poderia causar ao ambiente pantaneiro e enfatizavam a necessidade de a sociedade se envolver na luta em defesa do Pantanal e a importância da população participar do abaixo-assinado contra a instalação da usina de álcool em Bodoquena e de outras atividades concernentes à campanha.

Quando Arnaldo de Oliveira, diretor da SBB, Seccional Regional/MS, participava de encontros em âmbito nacional, como o do Simpósio sobre Parques Nacionais, fazia um alerta aos participantes quanto aos problemas que poderiam advir do empreendimento alcooleiro. O jornal Folha de São Paulo publicou uma matéria em que Arnaldo de Oliveira denunciava

[...] que os poderosos da economia e da política, os bárbaros da industrialização indisciplinada, sob o pretexto de executar um programa energético, montam suas máquinas nas grimpas da serra da Bodoquena, em Miranda, na serra das Araras, em Pedro Gomes e na serra de Maracaju, em Sidrolândia, onde lançam o veneno destilado (o vinhoto), que mais dia menos dia chegará pelo rio à bacia do Pantanal. E aí se este crime não for evitado poderemos dizer: 'adeus Pantanal'. (VINHOTO..., 9 jul.1980).

Na mesma reportagem, Arnaldo de Oliveira explicava que não era contra o Proálcool, mas aos danos que o vinhoto e os pesticidas, no plantio da cana-de-açúcar, provocariam ao ambiente pantaneiro. Sem contar, ainda, com o fato de os recursos naturais do Pantanal não terem sido de todo identificados.

Também destacaram na segunda quinzena de agosto de 1980 dois acontecimentos. O primeiro constituiu-se em um documento que o Comitê de Defesa do Pantanal recebeu da Associação Brasileira de Caça, aderindo ao movimento em prol da preservação do Pantanal da catástrofe ecológica. (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CAÇA, 20 ago. 1980). O segundo referiu-se a

um debate aberto promovido pelo INAMB e realizado na Associação Comercial de Campo Grande-MS:

Esse debate, a ser coordenado pelo Inamb e promovido por aproximadamente 15 entidades de classe, terá como objetivo principal proporcionar uma oportunidade, na qual a comunidade, através de suas associações, possa apontar os problemas e suas prováveis soluções, o que resultará posteriormente, em medidas a serem tomadas pelo Instituto de Preservação e Controle Ambiental. (INAMB..., p. 6, 21/28 ago. 1980).

Nesse debate, as entidades de Mato Grosso do Sul e de outros estados “[...] foram unânimes em condenar a construção projetada do complexo alcooleiro da Serra da Bodoquena [...]” antes que o assunto fosse amplamente debatido. (NO DEBATE..., p.1, 26 jun. 1980).

Durante o desenrolar da campanha, o Comitê de Defesa do Pantanal recebeu adesão à campanha do deputado federal de Mato Grosso do Sul, Antonio Carlos de Oliveira, que encaminhou um documento ao deputado Flávio Marcílio, presidente da Câmara dos Deputados, requerendo

[...] que seja submetida ao plenário a convocação do Sr. Ministro do Interior Coronel Mário David Andrezza para que S. Ex<sup>a</sup> compareça a esta Casa a fim de prestar esclarecimentos sobre a instalação de uma usina de álcool na Fazenda Bodoquena, em Mato Grosso do Sul. (OLIVEIRA, Antonio Carlos, requerimento n. 98, 19 80).

Outra ação marcante do Comitê foi a Ação popular, contra o Excelentíssimo governador do Estado de Mato Grosso do Sul, Marcelo Miranda Soares, em 1980. A Ação Popular do Comitê de Defesa do Pantanal, de autoria do advogado Valter Pereira de Oliveira, integrante do departamento jurídico da FUCONAMS, visava a impedir judicialmente a implantação da usina de álcool no Pantanal. O processo deu entrada no Tribunal de Justiça em meados do ano 1980, mas só entrou em julgamento no dia 15 de outubro de 1981 e que a decisão final foi prorrogada para o dia 9 de novembro de 1981. (A USINA..., p. 1, 23 out. 1981). Conforme Astúrio Ferreira dos Santos, a vitória do movimento deu-se antes da Ação Popular ter sido julgada. (Cf. Entrevista realizada em 23 maio 2003).

À época, pesquisadores científicos que passavam por Campo Grande respaldavam o movimento dando seu parecer e deixando suas impressões sobre o movimento: o ecólogo José Lutzenberger e o cientista Mário Schemberg, por exemplo. José Lutzenberger firmou posição contra a usina de álcool e as queimadas, em sua primeira visita ao Pantanal:

[...] A experiência foi muito importante e valiosa, mas saí triste, pois me dei conta de que o Pantanal está muito mais avariado, demolido, prejudicado, e ameaçado do que se supunha. Se é verdade que pesam tremendas ameaças sobre o Pantanal, tais como o gigantesco esquema Bodoquena, que certamente desencadeará uma série de outros esquemas semelhantes, caso ele vier a se concretizar, a situação deverá se agravar ainda mais. É necessária a conscientização da população que os sulmatogrossenses, lutem para impedir a gigantesca agressão ecológica e social, como a que está sendo praticada pela empresa Camargo Correa, no Norte do Pantanal, por exemplo, e outras agressões que já circulam em muitas cabeças poderosas. (PANTANAL..., p.3, 28 set. 1980b).

José Lutzenberger afirmou que as práticas de queimadas exercidas por fazendeiros concorrem para provocar danos irreparáveis ao ecossistema regional. Além disso, no ano 1980, conclamou os agrônomos de Mato Grosso do Sul para a necessidade de se unirem contra o uso de inseticidas. Ele observou que o Pantanal, uma das últimas áreas belas do mundo, está ameaçado e que o homem moderno não faz nada para prevenir e/ou mesmo impedir, por isso é:

[...] é necessário, que grande campanha seja feita no sentido de orientar o homem do campo para como proceder. Mas, para isso, o povo deve se unir. Quando se une, o povo tem força. Os governos só agem quando há pressão. Até mesmo alguns 'democráticos', passam para o lado do povo, quando isso acontece. (PANTANAL..., p. 3, 28 set. 1980b).

O cientista Mário Schemberg, membro da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência,

[...] manifestou ontem, em entrevista exclusiva que é contra qualquer projeto que fale de grandes ou super-usinas de álcool, por entender que, além de desnecessárias, as estruturas gigantes elevam, de forma considerável, os riscos de contaminação ambiental em grande escala. (CIENTISTA..., p. 3, 31 out. 1980).

Também a comunidade científica dava sua contribuição, disponibilizando à imprensa subsídios teóricos para embasar o movimento. A exemplo disso, o Jornal da Tarde publicou uma reportagem com a opinião de pesquisadores científicos sobre o Pantanal sul-mato-grossense:

‘Uma catástrofes ecológica’. Isto é o que ocorrerá no Pantanal mato-grossense se forem construídas barragens para tentar evitar as enchentes periódicas na região, segundo o professor José Galizia Tundisi, titular do departamento de Ciências Biológicas da Universidade Federal de São Carlos, especialista em liminologia, (estudo de lagos) e oceanografia, e autor de 60 trabalhos sobre o assunto, publicados no Brasil e no exterior.

Outro especialista contrário às projetadas barragens é o professor Aziz Ab’Sáber, diretor do Instituto de Geografia da Universidade de São Paulo e uma das mais respeitadas autoridades brasileiras em geomorfologia e preservação ambiental. É ele quem argumenta: É possível que os planejadores que anunciam as barragens no Pantanal estejam bem avisados da reação em cadeia que destruirá a funcionalidade da natureza na área, modificando de modo negativo as condições ecológicas. No entanto, temos o direito de ter dúvidas sobre o teor de seus conhecimentos, em face dos homéricos erros já cometidos contra a natureza em nosso País.

Para o professor Tundisi, existem três razões básicas para que o Pantanal seja preservado em suas condições naturais: 1) a possibilidade de ser explorado economicamente sem que se alterem as condições ecológicas fundamentais; 2) o fato de constituir-se numa área extremamente desconhecida do ponto de vista científico; 3) por ser a única região do mundo que, na latitude em que se encontra no hemisfério, apresenta por tão vasta extensão territorial este tipo especial de ecossistema. (AB’SÁBER, p. 13, 7 nov. 1980).

Como foi observado, algumas vezes, o governo federal pronunciava-se contra ações de degradação ambiental como as usinas projetadas para o rio Paraguai e o próprio Projeto Bodoquena. As 35 barragens projetadas para o rio Paraguai foram comentadas por Paulo Nogueira Neto, Secretário do Meio Ambiente,<sup>9</sup> advertindo que

[...] o projeto acaba de ser encaminhado ao Ministério do Interior pela Sudeco – Superintendência de Desenvolvimento do Centro Oeste e pretende conter as enchentes periódicas no pantanal. Mas, segundo Paulo Nogueira Neto, as barragens se

---

<sup>9</sup> Após os efeitos negativos da repercussão da posição oficial do governo brasileiro na Conferência de Estocolmo, o presidente Geisel criou, em 1973, a Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA), vinculada ao Ministério do Interior (Monteiro, 1981), tendo como titular o Dr. Paulo Nogueira Neto, que a coordenou. (AQUINO; MININNI-MEDINA, 2001, p. 49).

transformação numa nova Assuã, referindo-se à represa construída no rio Nilo que cortou o fluxo milenar de sedimentos despejados pelo rio em seu vale. Isso, lembra o secretário, obriga hoje o Egito a importar fertilizantes, para compensar a ausência de humus. (O ESTADO, 29 out. 1980).

Novamente o Pantanal foi manchete da imprensa paulistana. O jornal O Estado de São Paulo informou que o Projeto de Desenvolvimento do Pantanal mato-grossense e o Plano de Desenvolvimento para a Amazônia seriam enviados ao Congresso para serem discutidos e votados. Temendo a aprovação dos projetos, Paulo Nogueira Neto deixou transparecer sua intenção de se afastar do cargo. A seu ver, se não fossem observadas as devidas cautelas, aqueles dois projetos poderiam modificar drasticamente a geografia brasileira. Ele afirmou que das 35 barragens projetadas para conter as cheias anuais do Pantanal, somente três ou quatro eram prioritárias, e anunciou para a semana seguinte “[...] a análise do plano das barragens, que serviriam ainda para iluminar as poucas cidades pantaneiras e gerar eletricidade para as destilarias que estão se instalando lá.” (SOBRE..., 6 nov. 1980).

Em Campo Grande, o assunto da usina compôs a agenda da I Semana de História e Geografia, promovida pela Fundação Universidade Católica do Mato Grosso (FUCMT). Durante o evento, o deputado federal Ramez Tebet assinalou que “[...] falta uma política ecológica da parte dos legisladores que não conhecem os problemas do assunto com profundidade.” (ÁLCOOL..., p. 5, 4 nov. 1980). Por sua vez, o ex-governador Harry Amorim Costa considerou que falta “[...] a criação de uma real consciência dos políticos, das comunidades e empresas.” (ÁLCOOL..., p. 5, 4 nov. 1980). Logo, recomendou que fosse firmada a posição de se trabalhar no Pantanal de forma racional e preservacionista, posicionando-se contra a instalação das 35 barragens de grande, médio e pequeno porte no rio Paraguai e nos principais tributários, com a justificativa de controlar as enchentes do Pantanal. Harry Amorim observou que “[...] há quatro anos os gringos queriam grandes, médias e pequenas barragens e nunca desistiram da idéia, porque ela implica, evidentemente, no ganho de muito dinheiro por um grupo interessado.” (ÁLCOOL:..., p. 5, 4 nov. 1980). Durante o Encontro, o acadêmico Tito Costa fez o seguinte pronunciamento:

[...] com a inevitável morte dos peixes, os habitantes da região, que em sua maioria vivem da atividade pesqueira, deverão deixar o local com destino à Capital, gerando assim graves problemas sociais como a prostituição, o roubo e a desocupação. Isto, segundo ele, está também no quadro apresentado em decorrência do êxodo rural, uma das preocupações governamentais, sem solução, o que vai acabar criando mais problemas ainda. (ÁLCOOL..., p. 5, 4 nov. 1980).

Vale observar que a FUCONAMS, no dia 22 de janeiro de 1981, elaborou um relatório das atividades, realizadas no ano de 1980, fase em que o movimento ganhava adeptos a cada dia. (COMITÊ DE DEFESA DO PANTANA, Campo Grande-MS, 1981).

Quando da passagem do Presidente João Baptista de Oliveira Figueiredo pelo Estado de Mato Grosso do Sul, o Comitê de Defesa do Pantanal encaminhou-lhe uma carta, da qual são registrados alguns trechos:

[...] Senhor Presidente, nossa luta é contra a instalação de usinas de álcool no Pantanal e regiões que direta ou indiretamente possam atingi-lo, citando, como exemplos, as Usinas de Sidrolândia e Pedro Gomes (em funcionamento), Bodoquena, Anglo, Redondo e outras (em projeto). É do conhecimento de Vossa Excelência que muitas pessoas defendem a instalação de tais usinas afirmando que a ecologia do Pantanal não será afetada, mas a usina de Sidrolândia causou um desastre ecológico no Rio Dois Irmãos e provocou uma revolta da população, e a Usina de Pedro Gomes vem provocando sucessivos acidentes. Por outro lado, a cada dia que passa, noticiam-se desastres ecológicos onde existem as usinas de álcool. Nesse sentido, as leis do meio ambiente são desrespeitadas, sendo mais fácil aos industriais pagar irrisórias multas e continuar poluindo e destruindo os recursos naturais. Senhor Presidente, não podemos nos esquecer dos desastres ecológicos provocados pelo despejo de resíduos industriais (água da lavagem de cana, vinhoto, defensivos agrícolas e outros poluentes) nem podemos dissociá-los dos problemas econômicos, como a troca das áreas de produção de alimentos por áreas para implantar a agricultura canavieira. Iguamente desastroso será o êxodo rural dos que vivem da pesca e das lides agropecuárias. Senhor Presidente, Vossa Excelência pode mudar esse destino do Pantanal, determinando a regionalização de áreas para a produção de cana, 'zoneamento industrial', e salvar o último 'paraíso terrestre'. (COMITÊ DE DEFESA DO PANTANAL, carta, 12 fev. 1981).

A carta fez alusão aos prejuízos causados pelas usinas em operação, em Mato Grosso do Sul, haja vista que os ambientalistas não se preocupavam somente com o megaprojeto, mas também com aquelas usinas existentes no

Estado que apresentavam problemas ambientais, como a Destilaria Aquarius, a Destilaria de Pedro Gomes, a Destilaria RS, no município de Sidrolândia e com as madeiras. Registra-se o desastre ecológico provocado por um acidente na usina de álcool Quebra Coco, R.S. S/A, no município de Sidrolândia. O acidente repercutiu na imprensa carioca quando o Jornal do Brasil noticiou o despejo de sete milhões de litro de vinhoto pela usina de álcool Quebra Coco, causando a morte de gado, lontras, capivaras e grande quantidade de peixes. O grupo de fazendeiros da região e de pescadores atingidos diretamente agregaram-se ao Comitê de Defesa do Pantanal em uma campanha feita com a participação da imprensa:

A opinião pública está se mobilizando em torno de um objetivo: a transferência da usina para um outro local, já que a colônia Quebra-Coco, no Município de Sidrolândia, é rodeada 'por caminhos fluviais, que terminam no pantanal sul-mato-grossense, e é também muito habitado por animais nativos e de consumo humano que correm risco de vida com o funcionamento da usina'. (VINHOTO..., 4 set.1981).

A reportagem informava, ainda, da presença de 25 fazendeiros e 63 pescadores profissionais numa reunião em que se discutiria uma forma de fechamento da usina do Quebra-Coco. Segundo o Jornal do Brasil, o objetivo da reunião era de

[...] fazer com que o Executivo Estadual tome providências urgentes e enérgicas contra a usina já que ela foi responsável pela mortandade de milhares de peixes naquela região, em decorrência do derramamento de quase sete milhões de litros de vinhoto, já por duas vezes, em apenas um mês. Apenas multas, conforme Astúrio, não resolvem o problema, nem mesmo as exigências feitas. (VINHOTO..., 4 set. 1981).

Embora a campanha não tenha sido exitosa, uma vez que não conseguiu a viabilização da transferência da usina Quebra-Coco para outra área, teve sua importância para o movimento ambientalista do Estado por ter mobilizado principalmente a comunidade afetada pelo dano ecológico, os fazendeiros e os pescadores.

Em meio à movimentação da campanha contra a instalação da usina de álcool em Bodoquena, a Câmara Municipal de Campo Mourão (PR), através de



um Ofício, solidarizou-se com a campanha, oferecendo “[...] apoio, no sentido de defender da devastação o extraordinário reservatório de animais e vegetais que é o pantanal mato-grossense.” (FABRI, José Pedroso, ofício n. 21-81/82, 24 mar. 1981).

O mês de março do ano de 1981 foi marcado pela participação da comunidade douradense na campanha por meio da Maçonaria, bem como da Associação dos Engenheiros Agrônomos da Grande Dourados e do Rotary Clube de Dourados. A Maçonaria de Dourados, representada pelas Lojas Maçônicas Antonio João, Estrela de Dourados e Justiça, Liberdade e Disciplina, com a adesão unânime de seus membros, realizou um manifesto público, solidarizando-se com a campanha para conservação do pantanal sul-mato-grossense. Pela relevância desta instituição no movimento, o texto é registrado na íntegra:

MANIFESTO PÚBLICO – DEFESA DO PANTANAL  
SULMATOGROSSENSE – BACIA DO PRATA -

A MAÇONARIA douradense, representada pelas Lojas  
Maçônicas:

ANTONIO JOÃO, nº 5;

ESTRELA DE DOURADOS, nº 2.015; e

JUSTIÇA, LIBERDADE E DISCIPLINA, nº 23, --

---- por decisão unânime dos seus membros, imbuídos do mais sublime espírito de brasilidade -- solidária incondicional com a ‘SERENÍSSIMA GRANDE LOJA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL’ e com o ‘GRANDE ORIENTE DO BRASIL’, na campanha patriótica que se desenvolve PRÓ-CONSERVAÇÃO DO PANTANAL SULMATOGROSSENSE, neste momento difícil em que a natureza pede socorro e nossos filhos, angustiados, nos olham com desconfiança, e cujo episódio, por certo, será grafado nas páginas da história enaltecendo a alguns e amaldiçoando a outros, através seus presidentes infra-firmados, com poderes para tal, vêm, palmilhando a mesma trilha de TIRADENTES, BOLIVAR, CAXIAS, JOSÉ BONIFÁCIO, PEDRO I E RIO BRANCO, sem contar os nomes de outros milhares de maçons ilustres que forjaram a América em que vivemos, PROTESTAR, VEEMENTEMENTE, contra a irresponsável e criminosa intenção empresarial que, protegida e conivente com aqueles que tem por obrigação e por juramento defender e preservar o solo pátrio, pretende implantar em toda auréola do PANTANAL SULMATOGROSSENSE, inúmeras usinas para produção de álcool carburante.

A gananciosa e incoseqüente empreita, financiada, na sua maior parte, por capital alienígena, conforme noticiou a ‘FOLHA DE SÃO PAULO’, edição de 08.2.1981, demagogicamente, através seus prosélitos interesseiros, engoda a opinião pública, mata o sonho e o futuro dos nossos filhos e, sobretudo, desagrada a Deus, Supremo Criador dos Mundos que do PANTANAL

MATOGROSSENSE fez a Pátria da Nação Guaicurur e o viveiro ideal para todas as criaturas do céu e das águas.

O povo sulmatogrossense e demais brasileiros de todos os quadrantes do Brasil, já se manifestaram, por todos os meios acessíveis, o seu repúdio a tão ousada agressão ao solo de sua Pátria, não obstante, o malfadado e nefasto 'PROJETO BODOQUENA' vem progredindo a passos regulares e seguros. Desafia-se acintosamente a opinião pública e põe em dúvida a soberania nacional. Inverte-se os valores, derroga-se princípios constitucionais e escarnece os nossos mais profundos sentimentos nacionais. Despreza-se nossa tradição, trai nossos antepassados e deixa órfãos e apátridas nossos filhos.

O povo está reduzido a mero expectador, impotente, diante da manobra criminosa que, a cada dia que passa, mais se consolida e acabará, se providências honestas não forme tomadas, redundando numa hecatombe só comparável aos crimes cometidos na II GRANDE GUERRA MUNDIAL.

A FLORESTA AMAZÔNICA definha a cada dia, embora se multipliquem as explicações dos órgãos públicos. Agora é a vez do PANTANAL SULMATOGROSSENSE e o povo, tendo como exemplo a AMAZONIA, já se manifestou claramente contra a manipulação criminosa desta fração considerável do nosso território. Há que se respeitar a opinião pública, há que se respeitar a Constituição Federal quando estabelece em seu parágrafo 1º do artigo 1º: 'TODO O PODER EMANA DO POVO E EM SEU NOME É EXERCIDO'. Não ouvir o povo -- senhor absoluto do poder --- é subverter a ordem legal e desafiar a razão e o bom senso. E o povo exige que os vândalos que assolam nosso País sejam contidos para que sobreviva a natureza e o homem do amanhã.

É chegado o momento dos homens esclarecidos deste País tomarem uma atitude honesta e racional diante da situação que nos se nos apresenta. Basta de omissão, chega de aceitar o inaceitável. Há de prevalecer, pelo menos neste capítulo da nossa história, a vontade e o nobre sentimento de cada brasileiro, na defesa daquilo que é seu. É hora de cada um encarar seus filhos de frente e a eles deixar um exemplo, uma atitude, uma herança pautada nos são princípios de moral e da razão.

Diante de tão apreensiva circunstância, a MAÇONARIA douradense, dentro de sua tradicional conduta de liderar os movimentos de interesse da humanidade, traduzindo a vontade do povo sulmatogrossense, diante da massa estupefata, convoca todas as forças vivas da coletividade nacional para essa luta que é de todos os brasileiros. A história exige de cada um, uma parcela de esforço para que não se cometa mais este hediondo e odioso crime contra o solo Pátrio.

Outrossim, um acurado exame da situação levado a efeito pela MAÇONARIA, revelou os seguintes fatos:

- 1.º - O PANTANAL SULMATOGROSSENSE, ocupando uma área aproximada de 200.000 (duzentos mil) quilômetros quadrados, é uma das mais importantes reservas ecológicas do Mundo;
- 2.º - que essa reserva é a mais completa e complexa combinação de vidas animais e vegetais, formando uma perfeita simbiose;
- 3.º - que se quebrar qualquer elo dessa união, provoca-se seu total desequilíbrio e auto destruição;

- 4.º - que provocado seu desequilíbrio torna-se irreversível sua recuperação;
- 5.º - que em sua forma natural, o PANTANAL SULMATOGROSSENSE dá grande contribuição econômica e social à região, ao Estado e ao País;
- 6.º - que destruindo-se a sua forma natural não se sabe se continuará prestando seu papel econômico e social;
- 7.º - que a monocultura de cana-de-açúcar é altamente destruidoras das demais formas de vida em seu pelo desequilíbrio da micro-flora do solo, pelo uso, em grande escala de fungicidas no tratamento das mudas, pela aplicação de grande quantidade de herbicidas altamente tóxicos a animais aquáticos e pela aplicação de inseticidas também da grande toxicidade;
- 8.º - que o desmatamento de grandes áreas contínuas provoca erosão, tecnicamente sem controle eficiente, prejudicando o solo, poluindo e assoreando os cursos d'água e soterrando outras áreas, considerado o fato de que em qualquer circunstância o PANTANAL está topograficamente, em plano inferior à área de cultivo da matéria prima;
- 9.º - que uma grande usina de álcool produz enorme volume de vinhoto altamente poluente, de vez que absorve todo o oxigênio da água e mata, por asfixia, todos os animais aquáticos. Se aplicado ao solo, por outro lado, na região chega-se rapidamente à saturação passando a prejudicar as formas de vida microbiana do solo e infiltrando no lençol freático de pouca profundidade na área;
- 10.º - que além do vinhoto, a usina lança grande quantidade de outros poluentes como: água de lavagem de cana, detergentes e anti-corrosivos usados para lavagem e conservação do equipamento da usina no final e início de cada safra;
- 11.º - que as usinas de beneficiamento da cana-de-açúcar trazem consigo problemas sociais, com a utilização de mão-de-obra somente em determinado período do ano e que não vai além de 150 (cento e cinquenta) dias;
- 12.º - que a cada safra convergirão para a área cerca de 5.000 (cinco mil) brasileiros migrantes e finda a safra eles se dispersarão na região e fatalmente, premidos pela miséria, a fim de mitigar a fome acabarão por concorrer com depredação da fauna da região acabando por se envolverem em conflitos com proprietários locais;
- 13.º - que o álcool somente poderá amenizar o problema de combustível para motores à explosão, e que, além do mais, dispõe o País de vasta área de serrados inexplorados, próprios para o cultivo da cana-de-açúcar, que se utilizados não trarão nenhum problema para a preservação da fauna e flora do PANTANAL SULMATOGROSSENSE;
- 14.º - que as grandes usinas, beneficiam, em suma, tão-somente os grandes grupos econômicos nacionais e estrangeiros, cujo desinteresse pelos problemas sociais já é sentido, de há muito, em todos os quadrantes da nossa Pátria;
- 15.º - que a zona pantaneira tem demonstrado, através dos tempos, ser extremamente viável na produção de proteínas, sendo altamente aproveitada para a pecuária e na produção natural de peixes que abastecem todo o mercado nacional;
- 16.º - que poluído o PANTANAL SULMATOGROSSENSE, poluída estará a bacia do rio Paraguai, podendo gerar conflito regional

com os demais países da área: Bolívia, Paraguai, Argentina e Uruguai que se beneficiam do manancial e suas riquezas naturais;e

17.º - que o PANTANAL, além de tudo, é o território natural dos ÍNDIOS GUAICURURUS que ali vivem há séculos, devidamente entrosados com a natureza.

Pelo exposto, está firmada a posição clara e incondicional da Maçonaria douradense em apoio aos movimentos populares, na defesa da fauna e flora pantaneiras, indispensáveis à sobrevivência do próprio homem.

DOURADOS (MS), 13 DE MARÇO DE 1981.

LOJA MAÇÔNICA JUSTIÇA, LIBERDADE E DISCIPLINA, nº 23

LOJA MAÇÔNICA ANTONIO JOÃO, nº 5;

LOJA MAÇÔNICA ESTRELA DE DOURADOS, nº 2.015;

RELATOR DA COMISSÃO:

JOSÉ ALBERTO VASCONCELLOS. (LOJA MAÇÔNICA JUSTIÇA, LIBERDADE E DISCIPLINA; LOJA MAÇÔNICA ANTONIO JOÃO; LOJA MAÇÔNICA ESTRELA DE DOURADOS, 13 mar. 1981).

O segundo manifesto público em defesa do Pantanal vindo de Dourados foi realizado pela Associação dos Engenheiros Agrônomos da Grande Dourados (AEAGRAN) e pelo Rotary Clube de Dourados. Serão destacados alguns trechos deste manifesto, visto que o relato de todo o conteúdo tornar-se-ia repetitivo:

A AEAGRAN – Associação dos Engenheiros Agrônomos da Grande Dourados e o ROTARY CLUBE DE DOURADOS, fiéis a seu propósito maior de servir à comunidade, vem, de público, manifestar sua profunda apreensão e seu protesto veemente contra a intenção e as iniciativas criminosas e irresponsáveis de poderosos grupos econômicos nacionais e estrangeiros, que, movidos pela gula insaciável do lucro, pretendem instalar inúmeras e gigantescas usinas de produção de álcool na borda do Pantanal Sulmatogrossense, pondo na iminência de destruição uma das últimas e maiores reservas ecológicas do mundo ainda a salvo da sanha predadora do homem.

A AEAGRAN e o ROTARY CLUBE DE DOURADOS, assim como toda a comunidade sulmatogrossense, vêem com extrema preocupação o avanço célere e acintoso do funesto PROJETO BODOQUENA, que, com total desprezo à opinião pública e ao futuro desta terra, pretende, através da tática de criar fatos consumados, forçar a implantação definitiva de sua mega-usina de poluição.

Vêem, também, com extrema preocupação o silêncio e a passividade da autoridade pública, que ou não se manifesta ou não impede, quando pode, o avanço sem pudor do desnaturado PROJETO.

Assim é que já assistimos, com profundo pesar, a atitude subserviente da CENAL - Comissão Executiva Nacional do Álcool, dando o sinal verde aos designos sombrios dos grupos econômicos envolvidos, ao aprovar, sem escrúpulos, o infame

empreendimento. Assistimos, com igual pesar, a omissão conivente da SEMA - Secretaria Especial do Meio Ambiente, ligada ao Ministério do Interior. Resta a última barreira oficial, a palavra do INAMB e do Governo do Estado, onde o Projeto hoje tramita.

A sociedade sulmatogrossense, angustiada, está, pois, à espera da manifestação do Sr. governador e da confirmação, na prática, do pronunciamento que fez sua Excelência, em data de 27 de junho passado, no Congresso Nacional, quando, como Senador ainda, condenou a instalação de grandes usinas de alcooleiras no Pantanal. Confia, o povo que a palavra do governador seja a mesma do Senador. É preciso, finalmente, que a palavra se materialize, com urgência, em atos concretos.

Ainda é tempo de impedir a consumação do crime hediondo. Toda comunidade científica nacional e internacional e nossa população inteira são contrários ao Projeto. A consciência nacional e o decoro público já não admitem que o poder econômico continue sua trilha de rolo compressor, a cuja passagem se abrem magicamente as portas dos gabinetes e se vergam espinhas serviçais. É hora de unir todas forças e reunir todos os recursos disponíveis para evitar o fim trágico de nosso Pantanal.

Como detentores transitórios desse imenso e rico tesouro natural, cabe às gerações atuais a responsabilidade superior e intransferível de zelar e lutar por sua preservação, tratando de explorá-lo em regime de desfrute e não de predação, para que as gerações futuras não nos venham a imputar a culpa de lhes legar um patrimônio acabado, destruído, pagando a conta de um crime que não cometeram. A AEAGRAN e o ROTARY CLUBE DE DOURADOS, assumindo sua parcela da responsabilidade, manifestam-se solidários com os cientistas e técnicos, as entidades de classe e de proteção ao meio ambiente, a Maçonaria, a igreja e a população em geral, na sua luta em defesa do Pantanal matogrossense [...].(ASSOCIAÇÃO DOS ENGENHEIROS AGRÔNOMOS DA GRANDE DOURADOS - AEAGRAN; ROTARY CLUBE DE DOURADOS, 31 mar. 1981).

O jornal Correio do Estado publicou uma matéria em que Marcos Marques, diretor de financiamento para o Proálcool, informava “[...] que foram suspensos todos os contratos do programa porque os planos já aprovados ultrapassam o valor dos recursos disponíveis, [...]” necessitando de uma redefinição das obras prioritárias. (A USINA..., p.1, 17 jun. 1981).

Dando prosseguimento ao relato sobre a campanha de Bodoquena, serão descritas algumas decisões que foram tomadas durante a reunião realizada pelo Comitê de Defesa do Pantanal, no dia 9 de abril de 1981. Participaram da reunião, entre outros, Ayrton Teixeira Gomes, as biólogas Regina A. Godoy de Mesquita e Doroty M. Dourado, o advogado Valter P. Oliveira e o jornalista João Alfredo dos Santos. O assunto principal da reunião foi a publicação de um

boletim: “Sugeri-se um jornal pequeno (tamanho ofício), de forma que possa ser distribuído graciosamente. Tornou-se importante salientar que haja regularidade de emissão.” (COMITÊ DE DEFESA DO PANTANAL., 9 abr. 1981). De acordo com o texto, João Pedro Cuthy Dias foi encarregado por Astúrio Ferreira dos Santos de estudar a viabilidade jornalística e orçamentária da impressão para uma tiragem de 10.000 exemplares. Astúrio Ferreira dos Santos responsabilizou-se por entrar em contato com a Rádio Educação Rural ou Cultura, para verificar a possibilidade de se instituir um programa sobre o Pantanal. Enivaldo Carneiro Bucker assumiu o encaminhamento de uma correspondência para o “Globo Rural”.

Também fizeram parte das ações, realizadas pelos integrantes do Comitê de Defesa do Pantanal, as palestras proferidas por Arnaldo de Oliveira sobre a campanha, na UFMS, e Astúrio Ferreira dos Santos, na Faculdades Unidas Católicas de Mato Grosso (FUCMT).

Uma reportagem, feita pela TV Globo acerca da campanha de Bodoquena, e que foi essencial para a divulgação do movimento, deu-se quando Astúrio Ferreira dos Santos estava no comitê e recebeu a visita do repórter José Hamilton Ribeiro, que, ao passar pela sede do comitê, entrou para conhecê-la. Na oportunidade entrevistou Astúrio Ferreira dos Santos que fez uma exposição do movimento. Isso resultou em uma reportagem no Programa “Globo Rural” da Rede Globo, que fez uma divulgação ampla da campanha, tornando o assunto conhecido nacionalmente. A partir daí, o Comitê de Defesa do Pantanal passou a receber cartas vindas de todo o país. (Cf. Entrevista com Astúrio Ferreira dos Santos, realizada em 16 jul. 2003).

Durante a pesquisa, foi localizado um texto de autoria de Jeronimo Inácio Bonfim, de 28 de abril de 1981, que cobra do governador Pedro Pedrossian<sup>10</sup> “[...] medidas de maior urgência, diríamos mesmo, de responsabilidade histórica [...]” (PEDROSSIAN, 27 jun. 1980). O texto inicia mostrando a indignação do povo do Estado:

Causou verdadeiro impacto na opinião pública sulmatogrossense a insólita e apressada decisão da CENAL – Comissão Executiva Nacional do Alcool que, em reunião realizada em Brasília no dia

---

<sup>10</sup> Pedro Pedrossian governou o Estado de Mato Grosso do Sul de outubro de 1980 a dezembro de 1982.

14 deste mês, aprovou o já famigerado Projeto Bodoquena, o maior projeto de destilaria de álcool de que se tem notícia neste País. Impacto, sim, porque os matogrossenses, inclusive os do Norte, sabem do perigo que a instalação dessa megausina representa para toda bacia do baixo Pantanal. (BONFIM, 1981).

Jerônimo Inácio Bonfim também fez alusão ao capital alienígena, aos estragos que o vinhoto poderia causar à flora e à fauna pantaneira, ao trabalho do Comitê de Defesa do Pantanal e ao apoio da Maçonaria. O texto fez, ainda, breve comentário sobre as vantagens que o empreendimento traria ao Estado:

Todos sabem que a instalação de uma usina do porte da que se pretende instalar no Município de Miranda trará benefícios ao Estado, gerando empregos e permitindo uma expressiva arrecadação de impostos com reais vantagens como fator de progresso da região. Ninguém é contra a instalação de indústrias, pura e simplesmente, em lugar nenhum. O que se combate, o que se tenta impedir, é a instalação indiscriminada, em locais inadequados, fora de zoneamento industrial e sem a necessária proteção ao meio-ambiente. Pergunta-se. Porque produzir álcool e não grãos na Bodoquena, quando estamos importando trigo, feijão, etc.? (BONFIM, 1981).

Os ativistas do Comitê de Defesa do Pantanal elaboraram o folheto explicativo, "Falso defensor do Pantanal", com a opinião de Paulo Nogueira Neto, titular da SEMA/MINTER, sobre o Pantanal, após sua visita ao Estado para implantar a Estação Ecológica do Pantanal-Sul, região do rio Negro, com base no Programa de Estações Ecológicas da SEMA/77. (FALSO Defensor do Pantanal, Campo Grande-MS, 1981). Apesar da SEMA "[...] ter sido criada para ser uma agência de controle da poluição, estabeleceu programa de estações ecológicas e deixou as bases das leis ambientais." (AQUINO; MININNI-MEDINA, 2001, p. 49). Paulo Nogueira Neto posicionou-se contra a proposta do Diretor Geral da UNESCO, M'Bow, de transformar o Pantanal em Reserva Universal.<sup>11</sup> Em resposta a uma carta que o grupo ambientalista havia encaminhado à SEMA/MINTER, fazendo um apelo contra a instalação de usinas de álcool do Pantanal matogrossense, declarou-se a favor do Projeto Bodoquena, enaltecendo o interesse conservacionista da entidade. Transcrevo a carta de Paulo Nogueira Neto a Astúrio Ferreira dos Santos, presidente do Comitê de Defesa do Pantanal:

Ministério do Interior  
SECRETARIA ESPECIAL DO MEIO AMBIENTE

<sup>11</sup> NOTÍCIAS UNESCO - Dezembro de 2000. Brasil tem mais dois sítios na Lista do Patrimônio Mundial Pantanal recebe dois títulos internacionais O Pantanal, uma das maiores concentrações de terras úmidas do planeta, recebeu em novembro dois títulos da UNESCO: o de Reserva da Biosfera e o de Patrimônio Natural da Humanidade. O primeiro foi conferido no dia 9 de novembro. O segundo, 20 dias depois. NOTÍCIAS UNESCO, dez. 2000. Disponível em: <<http://www.unesco.org.br/noticias/un1200/pantanal.asp>>. Acesso em: 9 abr. i 2004.

Brasília-Brasil  
CARTA/SEMA/Nº104  
Ilmo. Sr.  
Astúrio Ferreira dos Santos  
M.D. Presidente do Comitê de Defesa do Pantanal  
Rua Dom Aquino, 1354 – 1º andar Conj.11  
Campo Grande – MS  
Cep. 79100  
Prezado Senhor

Através da Presidência da República, recebemos a sua carta de 12 de fevereiro último, em que nos faz um apelo contra a instalação de usinas de álcool do Pantanal Matogrossense.

Informamos a vossa senhoria, que o Projeto Bodoquena não prevê a instalação de destilarias nem plantações de cana de açúcar dentro da área do Pantanal. Com o INAMB, estamos exigindo todas as precauções para que não haja poluição, inclusive no que se refere medidas severas de proteção de acidentes, para que o Pantanal não venha a ser atingido.

Manifestamos a nossa satisfação pelo interesse conservacionista dessa Presidência, com a certeza de que pelo esforço conjunto de todos, atingiremos os objetivos que constituem a nossa maior preocupação de preservar e de defender o meio ambiente, proporcionando à coletividade uma melhor qualidade de vida. A nossa luta tem sido árdua, mas de Deus quiser, venceremos essa batalha.

Somos gratos pela sua atenção.

Muito cordialmente,

Paulo Nogueira Neto

Secretário do Meio Ambiente. (BRASIL. Ministério do Interior, Secretaria Especial de Meio Ambiente, 10 abr. 1981).

Em uma reunião do Comitê de Defesa do Pantanal, informou-se que a Rádio Educação Rural se dispôs a realizar um programa sobre o Pantanal, aos domingos, e que a TV Morena se colocou à disposição da campanha. A reunião contou com a presença de um estudante de publicidade do Instituto Superior de Comunicação Social de São Paulo que se prontificou em fazer contatos para divulgar o movimento em logradouros públicos, como o Jardim Botânico e na USP. (COMITÊ DE DEFESA DO PANTANAL, 14 abr. 1981).

Outras ações de caráter oficial foram desenvolvidas pelo executivo estadual, legislativo municipal e estadual. O governo estadual assinou, no dia 6 de maio de 1981, a Lei nº 218 que:

Extingue o Sistema Executivo para o Desenvolvimento Econômico e o Sistema Estadual de Comunicação Social, dispõe sobre o Sistema Estadual de Planejamento, o Sistema Executivo para o Desenvolvimento da Indústria, Comércio e Turismo, o Sistema



Agropecuário e a Secretaria Especial do Meio Ambiente e dá outras providências.

[...] Art. 9º À Secretaria Especial do Meio Ambiente tem por objetivo formular e executar a política de racionalização do uso e conservação dos recursos naturais, bem como da preservação e controle ambiental, visando o desenvolvimento econômico e social do Estado de Mato Grosso do Sul.

Art. 10 A Secretaria Especial do Meio Ambiente terá como órgão colegiado o Conselho Estadual de Controle Ambiental e como entidade vinculada e supervisionada o Instituto de Preservação e Controle Ambiental de Mato Grosso do Sul (INAMB). (MATO GROSSO DO SUL, Diário Oficial, ano 3, n. 581, p. 3/4, 7 maio 1981).

O legislativo municipal apoiou o movimento contra a instalação da usina de álcool em Bodoquena por meio de uma solicitação da Vereadora Nelly Elias Bacha:

Indico à mesa, na forma regimental, seja feita moção de apoio, ao Comitê de Defesa do Pantanal, pela passeata ecológica que pretende promover nesta cidade no dia 5 de junho próximo Dia do Meio Ambiente. Sala das sessões, 12 de maio de 1981. Nelly Elias Bacha. (BACHA, Nelly Elias, indicação nº 770, 12 maio 1981).

O presidente da Câmara de Vereadores de Campo Grande encaminhou a Astúrio Ferreira dos Santos um ofício informando que o requerimento nº 134, de autoria da vereadora Nelly Elias Bacha, aprovado pelos vereadores, fora subscrito por Plínio Barbosa Martins, Aurélio Cance Júnior, Armando Tibana, Ramão Alcides Achucarro, Sebastião Barbosire e José da Cruz Bandeira. No texto do requerimento consta uma “[...] moção de apoio, ao Comitê de Defesa do Pantanal, pela campanha desenvolvida com o intuito de preservar da ação de fatores nefastos, uma das mais belas regiões naturais ainda existentes na face da Terra.” (CARDOSO, Valdir Pires, ofício n. 0349-Sec, 4 maio 1981). O legislativo estadual publicou uma matéria na imprensa local em que o deputado Roberto Orro, do PMDB, fazia alusão ao apoio que a campanha recebeu:

Hoje os mais diversos setores da sociedade já estão conscientes do risco que representa ao equilíbrio ecológico do Pantanal a instalação da Usina de Álcool na Bodoquena. Engenheiros Agrônomos, Lojas Maçônicas, Organismos Internacionais, Associações de Classe e grande parte da população sul-matogrossense, já se manifestaram inequivocamente contra a instalação de usinas poluentes no solo pantaneiro.

Nós da oposição também assim pensamos. E não estamos – assim como todos os demais – movidos pelo alarmismo. Na verdade o que estamos assistindo em nosso estado é a mais grave e irresponsável investida dos grupos econômicos nacionais e estrangeiros contra o nosso solo. Sabemos de longa data – e exemplos não faltam para comprová-lo – da falta de preocupação desses grupos com relação à preservação do meio ambiente e aos problemas sociais. A eles só interessa o lucro, planejado de forma imediatista e irresponsável, quando se diz respeito ao meio ambiente. (PANTANAL..., p. 4, 10 maio 1981).

Por ocasião do I Encontro Nacional de Engenheiros Florestais, realizado em Campo Grande, o “[...] Comitê de Defesa do Pantanal ganhou ontem mais um forte aliado na luta contra a implantação da usina Bodoquena [...]”, a Sociedade Brasileira de Engenheiros Florestais. (COMITÊ..., p.1, 15 maio 1981).

Nesse mesmo dia, 14 de maio de 1981, a FUCONAMS recebeu uma correspondência do diretor da Escola de 1º e 2º Graus São Luis ao Comitê de Defesa do Pantanal, solicitando materiais sobre o Pantanal, para serem expostos na Semana da Cultura, promovida por esta instituição. (OLIVEIRA, Lafayette Câmara. ofício n. 32/81, 14 maio 1981).

Além das notícias publicadas na imprensa, o autor Reginaldo Alves Araújo assevera em sua obra que o Comitê de Defesa do Pantanal recebeu cartas:

Dos Estados brasileiros choviam cartas de apoio ao Comitê, porém o entusiasmo dos ambientalistas acendeu quando as Nações Unidas (ONU) e a Unesco, além da Confederação Maçônica dos Estados Unidos e entidades ligadas ao meio ambiente de grande parte do mundo, anunciaram a participação na luta em defesa do Pantanal do Mato Grosso do Sul. O Comitê recebeu correspondências destas organizações manifestando total apoio ao movimento, face à ameaça que representa a ‘Úsina da Morte’. (ARAÚJO, 2002, p. 83-84).

Depois de ter recebido apoio da imprensa, de ONGs ambientalistas e sociais de atuação em âmbito local, nacional e internacional, de empresários, políticos e de outros segmentos da sociedade civil, bem como do povo sul-mato-grossense que se expressou por meio das assinaturas, começou a fase das mobilizações populares nas cidades de Dourados e Campo Grande. Para tal, componentes do Comitê de Defesa do Pantanal elaboraram um folheto explicativo que foi distribuído à população contendo desenhos de pessoas com cartazes e convidando os cidadãos a comparecerem à sede do Comitê de Defesa do

Pantanal para assinarem o livro do abaixo-assinado, dizendo: “não à destruição do Pantanal”. Na mesma folha, fez-se uma montagem com uma matéria do Jornal do Brasil informando que a CETESB, após investigação técnica, multou a usina de álcool no município de Barra Bonita, responsável pelo desastre ecológico que ocorrera em um trecho do rio Tietê. (CETESB..., 20 maio 1981).

Em meio aos preparativos da mobilização popular, o grupo do Comitê de Defesa do Pantanal reuniu-se e Alfredo Sulzer relatou os trabalhos desenvolvidos, bem como a possibilidade da formação de um Comitê em Corumbá no Museu do Pantanal.

Falou-se sobre as pessoas em Ponta Porã que estão trabalhando em prol da Defesa do Pantanal. Ressaltou-se a presença e a participação dos estudantes secundaristas na panfletagem das ruas e na coleta de material para o passeio ecológico. Comentou-se sobre a deficiência da comissão de finanças e foram propostas maneiras de arrecadar dinheiro; falou-se sobre o show a realizar no dia do passeio ecológico. Ficou definida a programação do dia 05 de junho, ressaltando a sua importância, o percurso e seu término. (COMITE DE DEFESA DO PANTANAL, 21 maio 1981).

Astúrio Ferreira dos Santos informou, através do jornal Correio do Estado, que “[...] Guia Lopes da Laguna e Jardim enviaram documentos contendo centenas de assinaturas de alunos e professores das redes municipal e estadual de ensino.” (AUMENTA..., p. 5, 22 maio 1981).

O enfoque da reunião seguinte foi a manifestação da população. Alfredo Sulzer fez uma explanação de como seria a caminhada ecológica e o trabalho desenvolvido pelo Comitê de Defesa do Pantanal. Ele ressaltou

[...] a importância da manifestação da população; realização de panfletos, contatos em Corumbá, contatos com a Maçonaria, igrejas, estudantes, contato com rádios e jornais. Falando Augusto Assis Filho, explicou seu trabalho de participação. Comentou sua visita em Corumbá quando fez uma entrevista com a T.V., fazendo um chamamento à população. E sobre a montagem de um grupo de apoio ao Comitê [...] (COMITE DE DEFESA DO PANTANAL., 28 maio 1981).

Uma carta endereçada ao presidente do Comitê de Defesa do Pantanal, Astúrio Ferreira dos Santos, de Nova Friburgo, do dia 2 de junho de 1981, dava conta que o autor fizera contatos com D. Clemente José Carlos Isnard, bispo da

Diocese de Nova Friburgo e vice-presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). O bispo, que tem, como um de seus amigos, o professor Cândido Mendes, presidente da Comissão de Justiça e Paz, ao tomar ciência, decidiu levar o assunto para a reunião dos bispos do centro-oeste, que se realizaria em Brasília, em agosto de 1981. Em vista das conseqüências do problema serem imprevisíveis, o assunto teve repercussão na área internacional, por isso era necessário tomar uma posição. O professor Candido Mendes afirmou que faria “[...] os pronunciamentos em defesa do Pantanal, na UNESCO, em Paris.” (CORRESPONDÊNCIA , Nova Friburgo-RJ, 1981). No texto da carta, o autor reforça a importância de se registrar a passeata do dia 5 de junho através de fotos que poderiam ser mostrados tanto na CNBB como na UNESCO.

Nesse ínterim agregou-se ao movimento o Sindicato de Empregados do Comércio. (SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DE CAMPO GRANDE, ofício n. 80/81, 2 jun. 1981).

Na I Semana Estadual de Meio Ambiente, realizada no Paço Municipal, Paulo Nogueira Neto que tinha sido convidado para proferir palestra sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, foi substituído por Leonardo Milazo que asseverou: “O verdadeiro desenvolvimento – explicou ele – só tem sentido quando o seu objetivo é o bem estar do povo.” (O MEIO..., p. 5, 2 jun.1981). O evento governamental foi criticado em uma matéria, publicada pelo jornal Diário da Serra, por não haver incluído na agenda de discussões da Semana do Meio Ambiente, realizada no Paço Municipal, a instalação da usina de álcool em Bodoquena. O titular do órgão, Adoni Collaço Sottovia, declarou que não haveria um debate específico sobre a instalação da usina de álcool em Bodoquena, “[...] mas outros temas que serão abordados no decorrer da I Semana, dão margem para que se entre no assunto.” (NA SEMANA..., p.4, 3 jun. 1981).

O Comitê de Defesa do Pantanal elaborou um folheto que continha um chamamento à população, com os seguintes dizeres: “Você pode salvar o Pantanal”. Continha, ainda, o folheto, um mapa de orientação e informações sobre o horário da concentração, sobre a parada em frente à Assembléia Legislativa e destino final na Praça Ary Coelho. No dia anterior à passeata, o Comitê realizou

[...] a última reunião geral de preparação para a realização do passeio ecológico, a realizar-se amanhã dia 05 de junho, por ser este o dia mundial da Ecologia. Sobre a programação do passeio ecológico, ficou resolvido sobre: entrada do caminhão para palanque às 14:00hs, instalação dos microfones, a organização dos trabalhos por Alfredo Sulzer, a colaboração dos carros com px, o acompanhamento dos guardas de trânsito, a entrega de um documento na Assembléia Legislativa escrito pelo professor Arnaldo de Oliveira, agradecendo e exigindo um projeto Lei do Deputado Ary Rigo, proibindo a construção de Usinas da Região do Pantanal, a manifestação da praça com a programação a ser desenvolvida pelo Luiz Carlos de Barros; colaboração da imprensa [...] (COMITE DE DEFESA DO PANTANAL, 4 jun. 1981).

As manifestações contra a instalação da usina, no dia 5 de junho de 1981, aconteceram em Campo Grande e Dourados. Em Campo Grande, a concentração se deu na sede do Comitê de Defesa do Pantanal, na esquina da rua 14 de julho com a rua Barão do Rio Branco, com a organização do trânsito a cargo da Companhia de Policiamento de Trânsito, conforme registro em ata de uma das reuniões preparativas.

O autor Reginaldo Alves de Araújo, na sua obra, faz alusão aos pronunciamentos de líderes, como, o vereador e ex-prefeito Plínio Barbosa Martins, o futuro governador Wilson Barbosa Martins, ex-governador Harry Amorim Costa, senador Ramez Tebet e outros. Também menciona o show feito pelo Grupo Acaba quando Chico Lacerda cantou “[...] canções relacionadas com a fauna, a flora e a cultura sul-mato-grossense [...]” (ARAÚJO, 2002, p. 87).

A imprensa local noticiou que o Comitê de Defesa do Pantanal recebeu 312 telegramas de entidades de diversos lugares do país e que durante o Ato Público, “[...] a ausência quase total de políticos, principalmente do Partido Democrata Social - PDS também não impediu que aproximadamente 10 mil pessoas se concentrassem na frente da sede do Comitê de Defesa do Pantanal, [...]”, muitas portavam cartazes e faixas com dizeres protestando contra a implantação da usina. (POVO..., p.9, 6/7 jun. 1981). Em outra página este jornal assim se pronunciou:

Ontem o Comitê comemorava seu primeiro ano de existência, mas mesmo assim, o presidente, Astúrio Ferreira dos Santos, afirmava que ‘nossa luta parece estar iniciando hoje, pois somente hoje temos quase 10.000 vozes vivas gritando ao nosso lado, e a luta continuará cada vez mais aguerrida e forte, pois essa

manifestação foi uma injeção de ânimo para nós todos. Espero inclusive, que no próximo dia cinco de junho, no Dia Mundial do Meio Ambiente de 1982, não estejamos aqui lutando pela não implantação da usina de álcool da Bodoquena, mas sim por outras metas, sempre visando a preservação do meio-ambiente.' Por duas vezes apenas, Astúrio se dirigiu aos manifestantes, ambas vezes, muito rapidamente mas de forma bastante objetiva, arrancando aplausos e gritos de apoio da população presente. (POVO..., p. 9, 6/7 jun. 1981).

No dia das passeatas, 5 de junho daquele ano, o Diário da Serra publicou matéria sobre o passeio ecológico:

Apesar da chuva que caiu de maneira esparsa, ontem, na Capital, mais de 10 mil pessoas estiveram presentes ontem no passeio ecológico, promovido pelo Comitê de Defesa do Pantanal, nas principais ruas da Capital. O evento, mostrou o pensamento das principais entidades de classe e povo, a respeito da instalação da usina do Pantanal. Inúmeras declarações de apoio ao pensamento popular, referente ao assunto, foram feitas por autoridades que se fizeram presentes, dentre elas o ex-governador Harry Amorim Costa. Iniciada defronte à sede do Comitê, na 14 de Julho, o passeio foi pela Cândido Mariano até a 13 de Maio, saindo até a Barão do Rio Branco em direção à Assembléia Legislativa onde fizeram concentração durante 20 minutos, seguindo logo após para a Praça Ary Coelho de Oliveira, onde permaneceram durante cerca de hora e meia com apresentação de cantores e pessoas interessadas em manifestar publicamente contra a implantação. (POVO..., p. 1, 6 jun. 1981).

Os ambientalistas do Comitê de Defesa do Pantanal enviaram uma mensagem a todos os deputados solicitando uma legislação de proteção ao Pantanal, é o que informou o jornal Correio do Estado. A FUCONAMS, através do Comitê de Defesa do Pantanal,

[...] enviou mensagem a todos os deputado estaduais, solicitando uma legislação de proteção ao Pantanal, mas especificamente para a não poluição da Bacia Hidrográfica do Rio Paraguai, principalmente no território matogrossês. (MAIS..., p. 9, 8 jun. 1981).

O jornal Correio do Estado publicou, também, uma matéria sobre a posição de Pedrossian com relação ao Projeto Bodoquena:

O presidente do Comitê de Defesa do Pantanal, Astúrio Ferreira dos Santos, mostrou-se bastante otimista diante das notícias que

afirmam o interesse do governador Pedro Pedrossian em intervir junto ao governo federal, visando o impedimento da instalação da usina de álcool Bodoquena, na região do Pantanal. Ele informa que espera uma manifestação pública do governador, confirmando assim o apoio do governo do Estado, nas lutas que são realizadas pela população. (O COMITÊ..., p. 1, 13/14 jun. 1981).

Astúrio Ferreira dos Santos assinalou que a passeata, do dia 5 de junho de 1981, foi filmada e encaminhada à SEMA/MINTER, que Paulo Nogueira Neto, titular deste órgão, tinha aderido ao movimento e que este solicitara uma reunião para discutir a não implantação da usina. Astúrio Ferreira dos Santos também informou que Paulo Nogueira Neto confirmou sua vinda a Campo Grande, por meio de um telegrama. (Cf. Entrevista realizada em 16 maio 2003). O encontro foi realizado na Associação Comercial, em Campo Grande, no dia 23 de junho de 1981, com a presença de preservacionistas, de Paulo Nogueira Neto, titular da SEMA/MINTER e de Adone Collaço Sottovia, titular da SEMA/MS, conforme matéria publicada no jornal Correio do Estado. Na ocasião, o

[...] governo do Estado, segundo assegurou ontem o Secretário Especial do Meio Ambiente, Paulo Nogueira Neto, tem o poder maior para desautorizar a implantação da maior usina de álcool do mundo na região de Bodoquena. (MATO..., p.1, 24 jun.1981).

A mesma edição do jornal Correio do Estado publicou, no editorial, que Paulo Nogueira Neto, ao desembarcar no aeroporto em Campo Grande fez observações quanto à disposição do governo federal em atender os apelos dos sul-mato-grossenses, impedindo a implantação da usina de álcool em Bodoquena, visto que a Fazenda Bodoquena sempre foi utilizada na exploração da pecuária. Também fez referências à vitória da população de Mato Grosso do Sul, especialmente a de Campo Grande, na luta contra a instalação da usina de Bodoquena. “Foi a primeira demonstração de que um protesto organizado, pacífico e sobretudo em defesa da Natureza pode ser ouvido pelo governo federal, em que pesem as dificuldades econômicas.” (FIM..., p. 3, 24 jun. 1981)

O registro da passeata em Campo Grande remeteu para uma das passagens da obra “Gente Pantaneira”, de Abílio Leite de Barros em que o autor faz alusão a uma passeata em prol do Pantanal. Vale destacar que a obra de Abílio Leite de Barros teve especial importância durante a pesquisa porque Abílio

Leite de Barros, um pantaneiro, dentre outros aspectos, expressa a forma de convivência que os “primeiros ocupantes” do Pantanal da Nhecolândia e gerações posteriores estabeleciam entre si, com os peões e com a natureza. (BARROS, A., p. 15). O autor assinala também que integravam os “primeiros ocupantes” os pantaneiros da região vizinha do Pantanal da Nhecolândia, o chamado Pantanal do “Rio Negro”. Estes também se envolveram no ambientalismo sul-mato-grossense. Em outro capítulo, discute-se a forma de inserção de alguns pantaneiros dessa região no movimento em defesa do Pantanal. A seguir, é transcrito o trecho da obra em que o Abílio Leite de Barros faz alusão a uma passeata:

Faz alguns anos, sofri o primeiro impacto com a paixão preservacionista. Andava pelas ruas centrais de Campo Grande apressado e absorto em meus problemas, quando numa esquina fui despertado por uma grande passeata. Acordei estupefato do meu alheamento ao ver pelos cartazes e faixas que se tratava de um movimento de massa pela salvação do Pantanal. O Pantanal está sendo destruído, diziam enormes faixas. Fora com predadores da natureza, propunham os cartazes. Naquela tarde, cabeça baixa, voltei para casa sabendo que deveria introduzir novas formas em minhas reflexões. Como eu poderia ser um destruidor, se quando o Pantanal foi descoberto nós já lá vivíamos, por mais de século em íntimo e gostoso convívio com a natureza. (BARROS, A., 1998, p. 225).

Em Dourados, no dia 5 de junho de 1981, cerca de “[...] 1000 pessoas compareceram e saíram pela avenida Marcelino Pires, enfrentando a chuva, como aconteceu em 1978, quando a UDE promoveu a primeira passeata ecológica de Dourados.” (DOURADENSES..., p. 3, 6/7 jun. 1981). Estudantes com cartazes e faixas entoavam cantos improvisados e, em conjunto com outras entidades, abrilhantaram a manifestação promovida pela Comissão Pró-Pantanal de Dourados que reuniu cerca de 1.000 pessoas, na Avenida Marcelino Pires. O jornal, o Panorama, informou que “[...] a passeata de ontem, foi a primeira de uma série, segundo salientou o agrônomo Egon Krachecke, um dos ecologistas mais respeitados do Mato Grosso do Sul”. (MILHARES..., p. 9, 6 jun. 1981).

Pedro Pedrossian em uma entrevista concedida ao jornal O Panorama, no dia 5 de junho, declarou que:



‘Se a instalação da usina significar a menor possibilidade de comprometimento, nós estaremos mais uma vez chefiando toda a opinião pública, pois teremos sempre o maior interesse em respeitar a vontade popular’, afirmou ontem, em entrevista exclusiva ao O PANORAMA, o governador Pedro Pedrossian, minutos antes de embarcar no avião Xingu, que o levaria para Brasília. (BODOQUENA..., 6 jun. 1981).

Em Campo Grande, o jornal Diário da Serra registrou que Pedrossian, pela primeira vez, desde que assumiu o governo, declarou-se contra a implantação da usina de álcool em Bodoquena, posição esta cobrada pelos membros do Comitê de Defesa do Pantanal. Pedro Pedrossian afirmou que:

‘Não posso ser contra o projeto, mas posso ser a favor de um plano que seja totalmente adequado e que venha de encontro à vontade popular no sentido de preservar o meio ambiente e a ecologia’, disse o governador Pedro Pedrossian, ontem em Dourados, onde esteve visitando a exposição agropecuária e almoçando com as lideranças políticas da região. (PEDRO..., p.1, 6 jun. 1981).

Pelo que representou a vasta cobertura da imprensa local na mobilização social que o Comitê de Defesa do Pantanal desenvolveu, vale a pena registrar o depoimento de Edvar da Silva Lemos, procedente de outro estado, e que tomou conhecimento da campanha por meio de jornais locais e pela televisão, pois sequer conhecia o Pantanal. Ele enfocou três aspectos da campanha: “Apesar de não ser político, nem ambientalista, sentia com os pantaneiros a sua destruição. Sabia que a cana-de-açúcar seria um sucesso naquele solo rico e produtivo, mas sabia que iria destruir a flora e a fauna”. “A população mundial agradece a todos que contribuíram para a luta em defesa do nosso Pantanal”. “Alguns políticos de Mato Grosso do Sul que participaram da campanha se destacaram no cenário político”. (Cf. Entrevista realizada em 17 jan. 2004).

Também a Câmara Municipal de Itu, após o passeio ecológico, elaborou um documento em prol da não instalação da usina de álcool no pantanal. Vale registrar uma parte do texto do requerimento:

Requeiro, observadas as formalidades regimentais, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, General João Batista de Oliveira Figueiredo; ao Excelentíssimo Senhor Ministro do Planejamento, Doutor Antonio Delfim Neto; ao Excelentíssimo Senhor Ministro do Interior, Coronel Mario David Andreazza; ao

Excelentíssimo Senhor Ministro das Minas e Energias, César Cals de Oliveira Filho; ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Agricultura, Dr. Ângelo Amauri Stabili, apelando de Suas Excelências a não permissão à instalação da usina de álcool no pantanal mato-grossense, sob pena de vermos, irremediavelmente perdida e criminosamente condenada, uma das mais exuberantes reservas naturais de nosso país, com conseqüências danosas à ecologia, à flora e à fauna ainda riquíssimas no Pantanal Matogrossense, e que inapelavelmente serão atingidas pelos resíduos industriais, sobretudo o `vinhoto`. (NICOLAU, Leon Ramires, requerimento nº 15/81, 8 jun. 1981).

O jornal A Folha de São Bernardo do Campo dedicou um espaço à manifestação popular contra o Projeto Bodoquena:

Cresce dia a dia em Mato Grosso o movimento popular contra a instalação no Pantanal daquela que seguramente será a maior fábrica de álcool de cana do mundo, a Bodoquena. Prova evidente desse repúdio por importantes setores da comunidade matogrossense verificou-se em Campo Grande na tarde do Dia Mundial do Meio Ambiente, 5 de junho passado, quando imensa passeata reuniu representantes de entidades diversas – desde grupos ecológicos a órgãos representativos dos trabalhadores e associações patronais – em protesto pelo centro da cidade. (MATO GROSSO..., 13 jun. 1981).

Solidarizou-se com o movimento a Assembléia Legislativa de São Paulo, por meio de uma “Moção” de autoria do deputado Mauro Bragato que encaminhou cópia do documento ao presidente da FUCONAMS. O texto iniciou fazendo uma exposição das conseqüências da produção alcooleira para o meio ambiente, citando o Manifesto da Maçonaria. O trecho de apelo ao Presidente da República é aqui registrado:

[...] Além disso o documento apresenta outra verdade, de que ‘o país dispõe nesta área de serrados inexplorados, próprios para o cultivo da cana de açúcar e que as grandes Usinas beneficiam, em suma, tão somente os grandes grupos econômicos nacionais e estrangeiros.’

Essa é a realidade que se apresenta para o Pantanal Matogrossense, se efetivado esse tal de “Projeto Bodoquena” no lugar da pecuária e dos peixes que abastecem o mercado nacional teremos cana de açúcar, destruição da fauna e flora de toda a região. Além disso, expulsão pura e simples dos Índios Guaicurus que ali vivem há séculos.

No entanto tudo isso pode ser evitado bastando para isso que as autoridades competentes, atentem para essa situação e proibam a instalação desse malfadado projeto.

Nesse sentido é que apelamos ao Sr. Presidente da República para que proíba a instalação do “Projeto Bodoquena” ou outro com o mesmo teor. (BRAGATO, 22 maio 1981).

A Câmara Municipal de Vereadores de Amambai – MS encaminhou o requerimento n° 17/81, de 1 de junho de 1981, de autoria do vereador Silvio Berri à SEMA/MINTER, ao INAMB, à FUCONAMS e a todas as câmaras municipais do Estado, para que fosse proibida a instalação da usina de álcool de Bodoquena com a seguinte justificativa:

Todas as forças vivas, não somente deste Estado, mas também do País, tem levantado sua voz contra a destruição das floras e faunas do nosso Pantanal, que é a maior reserva ecológica do mundo. Não poderíamos nos silenciar ante a ameaça que está para se concretizar. Dizem as autoridades responsáveis que ainda não foi concedida a licença para a construção da maior Usina de Álcool do mundo, na fazenda ‘BODOQUENA’, mas ao que se sabe os proprietários estão investindo em projetos e pesquisas. Não seria feito pesquisas preliminares, se não soubessem seus proprietários da certeza da autorização favorável ao Projeto. Dizem também os responsáveis, que não será afetado o meio ambiente. Nós não podemos silenciar agora, e chorar o mal depois. Apelamos pois, aos responsáveis que proíbam a instalação da Usina BODOQUENA, para que os nossos descendentes não venham a culpá-los por tudo de mal que possa acontecer. Não somos contra a industrialização. Muito menos contra o progresso, mas repetimos, as usinas Atômicas também foram construídas para dar toda a segurança, no entanto houve tanto nos Estados Unidos, como na Europa, vazamento de material radioativo, em prejuízo enorme para aqueles que residiam nas imediações. Senhores Vereadores, apelamos para o bom senso de VV EE., para que uníssemos levantemos nosso protesto, deixando para os nossos filhos a consciência do dever cumprido. SALA DAS SESSÕES, 01 de JUNHO DE 1981. Silvio Berri. (BERRI, **ofício circular s/n**, 4 jun. 1981).

Além da Câmara de Vereadores de Amambaí, aderiu ao movimento a Câmara de Vereadores de Ivinhema, que informou, através de ofício, a aprovação do requerimento do vereador Silvio Berri. (JUMBIERIS, ofício n° 120.81, 19 jun. 1981). A Câmara de Vereadores de Mundo Novo que encaminhou ofício à FUCONAMS em apoio à luta contra a instalação da usina de álcool em Bodoquena. (BATISTI, Luiz, ofício n° 061/81, 30 jun. 1981). A Câmara de Vereadores de Bataiporã e de outros municípios. Em novembro, o Comitê de Defesa do Pantanal recebeu apoio da Câmara Municipal de Bagé. (BAGÉ., ofício Circular n° 028/81, 4 nov. 1981).

Uma vez coletadas as assinaturas e realizado a passeata, o Comitê continuou as ações por meio de rádios, jornais e canais de televisão com o apoio das entidades que aderiram ao movimento.

O Correio do Estado publicou uma matéria sobre o apoio da Maçonaria à campanha de Bodoquena:

Na Assembléia Geral da Confederação da Maçonaria, realizada em Salvador, na Bahia, no último dia 27 de julho, da qual participaram grão-mestres das 22 lojas maçônicas do País, foi aprovada por unanimidade uma moção de apoio ao trabalho que o Comitê de Defesa do Pantanal vem executando com vistas a preservação da maior reserva ecológica do mundo, em território de Mato Grosso do Sul.

A moção foi assinada por Wilson Marques Barbosa, secretário de Relações Públicas da Grande Loja Maçônica de Mato Grosso do Sul, e também pelos grão-mestres das Lojas Maçônicas dos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. O documento apresenta um total de 13 considerandos quando são explícitos os motivos pelos quais a comunidade maçom se mostra preocupada com o problema do Pantanal e a ameaça que a região vem sofrendo face à implantação de usinas de álcool. (MAÇONS..., p.9, 4 ago. 1981).

Para Astúrio Ferreira dos Santos, a Maçonaria desenvolveu um trabalho nacional e foi uma das grandes impulsionadoras da campanha contra a instalação da usina de Bodoquena. A Grande Loja Maçônica encaminhou a questão da usina de álcool em Bodoquena para todas as Lojas do Estado que participaram ativamente do movimento, destacando-se as de Campo Grande, Bonito, Aquidauana e as três Lojas do município de Dourados pela realização de um trabalho expressivo envolvendo o Lyons, o Rotary, igrejas e outras entidades. Também foi importante o trabalho desenvolvido pela ordem maçônica nas cidades de Pedro Gomes, Coxim, Rio Verde e Camapuã. Das cidades de Bela Vista, Bonito e Jardim, o Comitê de Defesa do Pantanal recebeu comissões com o objetivo de oferecer apoio ao movimento, bem como de solicitar orientação quanto à implementação da campanha em seus municípios. (COMITÊ..., 1 dez. 1981).

Estes exemplos, entre muitos outros, justificaram a luta que ultrapassou fronteiras, graças ao movimento popular que não aceitou imposições nem desafios em detrimento do Pantanal. (Cf. Entrevista com Astúrio Ferreira dos Santos, realizada em 23 maio 2003). Ele considerou que:

Três segmentos deram um impulso estendendo o movimento a todo o país. A maçonaria, a reportagem de o Globo Rural, que me entrevistou e a adesão de todos os diretórios acadêmicos das instituições de ensino do Estado, com a iniciativa dos estudantes da UFMS, esta ação coordenada pelo professor Arnaldo de Oliveira. (Cf. Entrevista realizada em 16 jul.2003).

Também o Paraguai comungou com os propósitos do movimento. É o que informou o jornal Diário da Serra ao reportar do Matutino ABC, de Assunção. A matéria afirmou que o Pantanal para o Paraguai é uma das grandes reservas mundiais de flora e fauna, e que, “[...] devido à instalação desta usina, os nossos rios – localizados naquele País – serão poluídos o que também nos preocupa, o que nos obriga a entrar também no processo desta questão, [...]” aliando-se aos defensores da região. (PARAGUAI..., p. 4, 20 jun. 1981). O jornal Diário da Serra reportou ao seguinte texto do Matutino ABC:

Assinala também o jornal paraguaio que em um trabalho recente, um professor da Universidade de São Paulo estimou que o cultivo adicional de 2,5 milhões de hectares de canavial para atender as metas do programa governamental poderia significar o sacrifício de uma produção potencial de 6,6 milhões de sacas (60 quilos cada) de feijão; 20 milhões de sacas de arroz; 20 milhões de sacas de milho. Se se considera que a meta do programa para 1987 é de 14 milhões de litros de álcool, e que sua execução exigirá a plantação de mais de 4 milhões de hectares de cana de açúcar, pode se imaginar a magnitude o problema alimentício que terá de ser enfrentado, em caso do programa continuar na forma prevista. (PARAGUAI..., p. 4, 20 jun. 1981).

Em junho de 1981, foi encaminhado ao legislativo federal, o anteprojeto de Lei que instituiu a Política Nacional do Meio Ambiente. A imprensa local noticiou o fato e, na ocasião, o Ministro do Interior, Mário Andreazza, em sua vinda a Campo Grande, anunciou a reestruturação da SEMA/MINTER, após a aprovação da Lei. O Ministro assinalou que “[...] o fortalecimento da Sema será consequência da criação, através de lei, de um Conselho Nacional de Meio Ambiente – Conama, [...]”, uma vez que vai estabelecer as políticas a serem adotadas nos três níveis de Governos: federal, estadual e municipal. (MAIS..., 24/30 jun. 1981). A Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, foi sancionada pelo Presidente João Baptista Figueiredo. (VENTURA, V. J.; RAMBELLI, A .M, 1999, p.283-292). Esta lei é considerada como um marco ambiental, pois instituiu e definiu a política nacional do meio ambiente com o objetivo de preservar, melhorar e recuperar a qualidade

ambiental, visando assegurar condições ao desenvolvimento sócio-econômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana. Foi criado o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA) e o Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA).

Quase que simultaneamente à Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, em Campo Grande, em setembro de 1981, os ambientalistas encaminharam à Assembléia Legislativa um anteprojeto de lei, de autoria do advogado Valter Pereira, do departamento jurídico do Comitê de Defesa do Pantanal. O anteprojeto de lei continha mecanismos

[...] instituindo a área de preservação e conservação do pantanal sulmatogrossense, delimitando-a, proibindo a instalação de indústrias poluentes, a caça, a pesca e a extração vegetal predatórias, além da construção de obras capazes de quebrar o ecossistema pantaneiro. (COMITÊ DE DEFESA DO PANTANA, nota oficial de, 9 fev. 1982).

Tal anteprojeto de lei foi encaminhado pelo Comitê de Defesa do Pantanal à Assembléia Legislativa, em setembro de 1981. Em novembro de 1981, o referido anteprojeto de lei do Comitê de Defesa do Pantanal sofreu alterações e foi adaptado ao anteprojeto de lei, de autoria do deputado Ary Rigo.

Outro fato, notificado pela imprensa local, foi o apoio que o Comitê de Defesa do Pantanal recebeu durante a campanha:

A Organização das Nações Unidas – ONU e a UNESCO, além da Confederação Maçônica dos Estados Unidos e entidades ligadas ao meio ambiente de grande parte do mundo, já dão sua participação na luta em defesa do Pantanal do Mato Grosso do Sul. O Comitê de Defesa do Pantanal recebeu correspondências destas organizações manifestando total apoio ao movimento, face e ameaça que representa a ‘Usina da Morte’ àquele ecossistema. Também o ecologista brasileiro, José Lutzenberger, manteve contato com o presidente do comitê quando informou que se surpreendeu em sua última viagem à Europa, tal a conscientização e o interesse demonstrado pelos europeus a respeito do assunto. Participou inclusive de uma reunião na Alemanha, na qual o Pantanal foi um dos assuntos mais importantes. Apesar disso tudo, existe apreensão no comitê, especialmente depois das declarações de Antônio Ermírio de Moraes, da diretoria da Votorantim, quando garantiu que o projeto Bodoquena prossegue, e sem restrição alguma. (CIENTISTAS..., p.1, 2 jul. 1981).

Vale informar que o jornal Folha de São Paulo, a respeito desse evento, chama a atenção para os seus objetivos: debater o aperfeiçoamento dos serviços de proteção e utilização dos recursos naturais renováveis, bem como a maior integração entre órgãos públicos e entidades privadas ligadas ao problema.

Depois que Paulo Nogueira Neto, titular da SEMA/MINTER, reconheceu que o Projeto Bodoquena estava em uma área no Pantanal e que, portanto, inviabilizava a implantação aí de uma usina de álcool, o Comitê de Defesa do Pantanal encaminhou uma carta a Adone Collaço Sottovia, titular da SEMA/MS, solicitando uma posição de Pedro Pedrossian, já que a decisão final era do governo estadual. (COMITÊ DE DEFESA DO PANTANAL, carta aberta à sociedade, 27 jul. 1981).

O presidente da Fundação Brasileira para Conservação da Natureza (FBCN), Ibsen Gusmão Câmara, do Rio de Janeiro, veio a Campo Grande, a convite de Neraldo Marques, presidente do INAMB. Ele declarou que

[...] a iniciativa do governo de Mato Grosso do Sul em implantar um zoobotânico ou parque ecológico, cujo nome não está definido, em uma área próximo ao Parque dos Poderes, é extremamente válida e de fundamental importância para toda a comunidade do Estado, pois a partir daí, ficará mais fácil implantar um parque nacional no Pantanal [...] (PARQUE..., p. 5, 22 jul. 1981).

Próximo à entrada da primavera, especificamente, no dia 18 de setembro de 1981, o governador Pedro Pedrossian assinou o decreto nº 1.229, que cria a Reserva Ecológica do Parque dos Poderes e dá outras providências:

[...] Art. 1º É criado, nos termos do art. 5º, alínea “a” da Lei Federal n. 4.771, de 15 de setembro de 1965, a Reserva Ecológica do Parque dos Poderes, situada no município de Campo Grande, com área de 140 há e destinada a resguardar sua fauna, flora e belezas naturais. (MATO GROSSO DO SUL, Diário Oficial, ano 3, n. 675, p. 4, 21 set. 1981).

Quase que simultâneo à ação governamental, o Comitê de Defesa do Pantanal encaminhou o “Manifesto Ecológico” ao governador Pedro Pedrossian:

“Manifesto Ecológico”  
Exmo. Sr.  
Dr. Pedro Pedrossian

## MD. GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Senhor governador:

Comemora-se hoje em todo o país o início da primavera.

Muitos serão os eventos alusivos à árvore e à natureza no decorrer da semana de 21 a 27 de setembro.

Entretanto é possível reconhecer que poucas tem sido as ações concretas, visando estabelecer uma política racional e consistente com vista a equilibrar as necessidades do desenvolvimento, com a proteção do meio ambiente.

Mato Grosso do Sul hoje é um Estado devastado pela derrubada de suas últimas matas, pela erosão disso decorrente, pelas queimadas que incendeiam e calcinam os campos, pela poluição dos mananciais e mesmo de cursos d'água de médio porte, por resíduos de defensivos agrícolas e pelo vinhoto.

Nos centros urbanos onde existem indústrias instaladas e em funcionamento, já se registram os efeitos de uma incipiente, mas próspera poluição industrial.

Os sucessivos acidentes ocorridos nas Usinas de Álcool em funcionamento, são do conhecimento do Governo e da opinião pública.

Certamente, Vossa Excelência concordará que não existem muitos motivos para comemorações.

Os integrantes do Comitê de Defesa do Pantanal, todavia, estão certos de que esta é mais uma oportunidade de reiterar do Governo de Vossa Excelência, providências concretas e imediatas, em defesa da qualidade de vida dos atuais e futuros sulmatogrossenses.

Ao fazê-lo, o Comitê está respaldado em amplo apoio popular, atestado por quase 200 mil assinaturas de cidadãos de Mato Grosso do Sul e de todos os quadrantes do país.

A sociedade através da Imprensa, Maçonaria, Clubes de Serviços, Associações, Federações, Entidades Estudantis, Partidos Políticos além de colaborações individuais subscreve conosco este memorial.

Dizia Padre Antonio Vieira: 'Não hei de pedir pedindo, senão protestando e argumentando pois esta é a licença de quem pede justiça e não favor'. Assim sendo, estamos na obrigação de protestar contra a última decisão do recém criado Conselho Estadual de Controle Ambiental, de conceder anistia ecológica até esta data, aos poluidores de todo o Estado em particular à Usina RS de Quebra-Coco, em Sidrolândia.

Esta primeira decisão do Conselho, acaba de assegurar-lhe o mesmo nível de descrédito e inoperância dos demais órgãos oficiais de preservação do meio ambiente no Estado.

Nossa posição porém não foi e nem é radical. Ao contrário, o Comitê de Defesa do Pantanal tem oferecido sugestões construtivas e concretas e reivindicando em nome de muitos dos prejudicados pelos freqüentes abusos cometidos.

Nosso anteprojeto de "Projeto de Lei resguardando o Pantanal de empreendimentos poluidores", está na Assembléia Legislativa do Estado. Nesta oportunidade, solicitamos o prestígio de Vossa recomendação à bancada da maioria, para que agilize sua tramitação e aprovação.

Por outro lado, nossa reivindicação de participar do Conselho Estadual de Controle Ambiental, revela uma disposição de



contribuir seriamente para a definição de uma política equilibrada entre o progresso e o bem estar do nosso povo.

Aguardando resposta a esta e outras reivindicações, mas esperamos resposta séria, compatível com a seriedade com que temos conduzido esta luta. Não através de chistes irônicos ou agressões verbais chulas e medíocres, como as que nos têm sido dirigidas pelo Titular absoluto de Todos os Órgãos Oficiais de Preservação Ambiental em Mato Grosso do Sul.

Senhor governador:

O início da primavera renova nossas esperanças, por isso, recomeçamos hoje nossa luta, com a disposição do primeiro dia.

Com perseverança e determinação, continuaremos a reivindicar e a esperar que Vossa Excelência, como primeiro mandatário do Estado, cidadão e pai de família, atenda aos justos reclamos do nosso povo, ouça com atenção suas reivindicações e examine com serenidade e sem paixão seus protestos.

Por uma vida melhor agora e no futuro;

Pela participação no Conselho Estadual de Controle Ambiental;

Pela defesa intransigente do Pantanal;

CAMPO GRANDE-MS, Dia da Primavera, 21/09/81. (COMITÊ DE DEFESA DO PANTANAL, manifesto ecológico, 21 set. 1981).

Com relação ao projeto que havia sido retirado da Assembléia Legislativa e depois reapresentado, pelo deputado Ari Rigo, o Jornal O Repórter informou que:

Ari Rigo, deputado do PDS, reapresentou seu projeto que havia desaparecido da Assembléia, em abril passado. Por isso, o projeto que o Comitê de Defesa do Pantanal mandou a FUFMS elaborar e doou às bancadas do PMDB e PP, não pode avocar o privilégio de ser o salvador único da região pantaneira do Estado. Ao mesmo tempo, os dois projetos se fundiram, não pertencendo a ninguém mas, ao Poder Legislativo, por sugestão, ainda do próprio Rigo. (PODER..., p.1, 28 nov./ 5 dez. 1981).

Mesmo tendo conhecimento de que o projeto já se encontrava na Assembléia Legislativa, o advogado do Grupo Bodoquena, Hernani Garcia Gouvêa declarou que “[...] a usina será mesmo instalada pois já temos inclusive assegurados os recursos necessários para isso.” (JUSTIÇA..., p. 3, 24 out. 1981). Em vista disso, o Comitê de Defesa do Pantanal elaborou uma carta denominada BODOQUENA DESPREZA A JUSTIÇA, O POVO E O INAMB, denunciando a declaração que Hernani Garcia Gouvêa fez “[...] logo após a audiência de Instrução da Ação Popular que corre na 1ª Vara Cível da capital.” (COMITÊ DE DEFESA DO PANTANAL, Bodoquena despreza justiça, povo e o INAMB). O mesmo, sabendo que a questão ainda estava pendente na justiça e que não tinha sido o projeto ainda aprovado pelo INAMB, revelou um desprezo pela Justiça e

desmoralização pelo órgão de controle ambiental do Estado. Depois de enfocar a denúncia e de reconhecer a imposição dos grupos econômicos, o texto da carta mostrou esperanças quanto à independência da justiça brasileira. O texto argumentou que:

O povo deste Estado, a opinião pública já demonstrou através de DUZENTAS MIL ASSINATURAS e de maciça manifestação popular que contou com cerca de 15 mil pessoas, que é contra a instalação da USINA DA MORTE. (COMITÊ DE DEFESA DO PANTANAL, Bodoquena despreza justiça, povo e o INAMB ).

A imprensa local publicou na Íntegra o Projeto de Lei que proibia as destilarias no Pantanal, de autoria do dep. Eng. Ary Rigo.

EMENDA: Proibe a concessão de autorização para funcionamento de usinas de álcool, açúcar e atividades similares, delimitando áreas de preservação do Pantanal de Mato Grosso do Sul e dá outras providências.

Art. 1º - Fica proibida a concessão de autorizações para o funcionamento de usina de álcool, açúcar e similares nas áreas localizadas na Bacia Hidrográfica do Rio Paraguai e adjacências.

§ 1º - Entende-se por Bacia Hidrográfica do Rio Paraguai, o extremo norte, divisando com Mato Grosso e Bolívia, na Lagoa Uberaba; descendo o Rio Paraguai; divisando com a Bolívia e Paraguai até Porto Murtinho; contorna a Serra da Bodoquena, depois a de Aquidauana e Maracaju, prolongando até o Rio Correntes, Serra das Araras, alcançando a divisa com Mato Grosso, seguindo pelo Rio Correntes, depois Rio Itiquira e São Lourenço até reencontrar o Rio Paraguai.

§ 2º - A determinação proibitiva da presente Lei, abrange igualmente qualquer processo que esteja em fase de tramitação independente de manifestação de órgãos estaduais regularizadores da matéria.

Art. 2º - As usinas já em funcionamento, terão as suas permissões sumariamente canceladas, quando por acidente ou qualquer outra fatalidade vierem a causar prejuízos ou danos à flora e à fauna por despejos de seus resíduos tóxicos.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Sala das Sessões, 23 de novembro de 1981. Ass. Deputado Ary Rigo. (ÍNTegra..., p. 4, 24 nov./ 4 dez. 1981).

Por fim, o Projeto de Lei 110/81, que delimitou o Pantanal de Mato Grosso do Sul e proibiu a instalação de usinas de álcool e similares nessa área, foi votado na Assembléia Legislativa, no dia 24 de novembro de 1981. Durante a votação, posicionaram-se contra a Usina da Morte:

Seis votos dos oposicionistas e cinco de deputados governistas, garantiram o veto do Legislativo matogrossês não apenas à mega-usina projetada para a região de Miranda, mas também para a que se pretende instalar entre Aquidauana e Anastácio. Na opinião de Ary Rigo, oposicionistas e governistas uniram-se para a aprovação da matéria porque entenderam que ela é de interesse da comunidade matogrossense e não poderia ser relegada a plano secundário por meras questões políticas ou partidárias. (AL..., p.1, 25 nov. 1981).

A notícia da aprovação do Projeto de Lei nº 110/81 foi publicado no Jornal do Povo que também publicou uma nota do Comitê de Defesa do Pantanal ao povo brasileiro, transcrita a seguir.

A Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul aprovou no dia 24 de novembro de 1981, em sessão histórica para a memória do povo guaicuru, a LEI nº 110/81, que proíbe a instalação de indústrias poluentes de álcool, açúcar e similares na região do pantanal sulmatogrossense.

Mais que uma conquista ecológica, a memorável decisão do Poder Legislativo representou uma retumbante vitória do povo porque resultou da mais ampla mobilização de todos os segmentos da sociedade em defesa de um patrimônio natural de esplendorosa riqueza e beleza sem par.

Neste momento, o Comitê de Defesa do Pantanal que assumiu por inteiro essa luta, transformando-a em bandeira de toda a comunidade, agradece a colaboração da imprensa, das entidades científicas e de representação de classe, bem como a todos os homens de bem que acorreram à luta em defesa do patrimônio comum da nação, ameaçado pela ambição de grupos industriais e pela omissão governamental.

O mais importante objetivo conquistado foi a consciência de que o povo pode participar da condução dos destinos nacionais e que haverá de fazê-lo cada dia mais, para que o Brasil reencontre, à luz das decisões populares, o caminho da redemocratização e do progresso.

Aos deputados estaduais que aprovaram a Lei 110/81, o reconhecimento do povo sulmatogrossense, nesta data que se incorpora definitivamente à sua curta e sofrida história.

Campo Grande, 26 de Novembro de 1981. COMITÊ DE DEFESA DO PANTANAL. (FINALMENTE..., p. 6, 2 dez. 1981).

A mesma edição do Jornal do Povo afirmou que o Projeto de Lei nº 110/81 foi fruto da pressão da população contra a instalação da usina de álcool. Também fez observações quanto aos grupos multinacionais poderosos, interessados nos financiamentos do “[...] PROÁLCOOL, um programa criado para dissimular rendosas operações financeiras sob a alegação de investir em fontes alternativas de energia.” (FINALMENTE..., p.6, 2 dez. 1981).

O jornal Diário da Serra publicou uma reportagem sobre a votação do projeto, da qual destaca-se:

A Assembléia Legislativa viveu um dos dias mais movimentados, com seu plenário completamente lotado, mas não chegou a ser notada qualquer divergência entre os deputados. O consenso era tão grande que foram feitas, na mesma oportunidade as duas votações necessárias à aprovação definitiva do projeto, e ainda uma terceira, que apreciou apenas a redação final. (SALVO..., p.1, 25 nov. 1981).

Sobre a aprovação da Lei 110/81, o presidente do Comitê de Defesa do Pantanal, Astúrio Ferreira dos Santos, em entrevista ao jornal O Estado de Mato Grosso do Sul, afirmou que o mais importante foi a vitória da preservação do Pantanal. “Não importa quem seja o pai da criança, importa sim, é que o Pantanal seja preservado da destruição.” (COMITÊ..., 1 dez. 1981). Astúrio Ferreira dos Santos fez referências ao trabalho que a ordem maçônica realizou contra a instalação da usina de álcool nas cidades de Pedro Gomes, Coxim, Rio Verde e Camapuã. Ele afirmou, ainda, que nos municípios de Bela Vista, Bonito e Jardim, o Comitê de Defesa do Pantanal recebeu comissões com o objetivo de oferecer apoio ao movimento bem como de solicitar orientação quanto à implementação da campanha em seus municípios.

Posterior à aprovação do projeto substitutivo do proposto por Ary Rigo, o governador Pedro Pedrossian vetou a Lei nº 110/81 e anunciou a elaboração, pelos técnicos do INAMB, de um projeto mais restritivo, que dispunha sobre a proibição de empreendimentos poluidores no Pantanal. O fato do Governo prometer uma legislação mais aprimorada gerou uma insegurança entre os ambientalistas. Em face disso, o Comitê de Defesa do Pantanal redigiu, em dezembro de 1981, um “Manifesto ecológico”, do qual são destacados alguns trechos:

[...] O Projeto de lei aprovado pela augusta Assembléia Legislativa está amparado na Constituição Estadual e em Decreto de lei Federal, que confere ao Estado a competência para decidir sobre a matéria em pauta.

Mesmo que desejasse dotar o Pantanal (compreendendo a Bacia Hidrográfica do Rio Paraguai), de normas mais rígidas abrangentes que aquelas que estão consubstanciadas no Projeto de Lei nº 110/81, o Governo do Estado não precisava de vetá-lo,

pois é sobejamente conhecido que uma norma posteriormente aprovada revoga a anterior.

Concretizada, assim, .mais uma manobra de procrastinação ao Pantanal, para atender às pressões dos grupos econômicos em detrimento do clamor popular, estaremos como sempre, atentos para denunciá-los e combatê-los, até as últimas conseqüências, para salvaguardar o Pantanal da sanha dos embustes do terror mascarado do progresso. (COMITÊ DE DEFESA DO PANTANAL, manifesto ecológico: Pantanal e as manobras procrastinadoras, 1981).

Finalmente, em fevereiro de 1982, a Assembléia Legislativa aprovou a Lei nº 328, de 25 de fevereiro de 1982, que dispõe sobre a Proteção e Preservação Ambiental do Pantanal Sul-Mato-Grossense. Para os integrantes da FUCONAMS, esta vitória foi conseguida com apoio da sociedade.

[...] Art. 1º Fica proibida a instalação de destilaria de álcool ou de usina de açúcar e similares na área do Pantanal Sul-Mato-Grossense, correspondentes a área da bacia hidrográfica do Rio Paraguai e de seus tributários, delimitada de acordo com o anexo I. (MATO GROSSO DO SUL, Diário Oficial, ano 4, n. 779, p.6, 26 fev. 1982).

No mês de março, o governador Pedro Pedrossian assinou o Decreto nº 1.581, de 25 de março de 1982, regulamentando a Lei nº 328:

[...] Art. 1º Para efeito do artigo 1º da Lei nº 328, de 26 de fevereiro de 1982, consideram-se atividades similares à destilaria de álcool ou usina de açúcar aquelas que produzam, em larga escala e por processo industrial, pinga, rapadura ou outro derivado de transformação de cana-de-açúcar, sorgo, mandioca e espécies vegetais como gramíneas, tuberosas, cereais, dentre outras.

Art. 2º - A bacia hidrográfica do rio Paraguai e de seus tributários no Estado de Mato Grosso do Sul corresponde à área de drenagem com a seguinte delimitação:

ao Leste: limites estaduais com o Estado de Goiás e com a linha divisória entre as bacias hidrográficas do rio Paraguai (PA) e rio Paraná (PR)

ao Norte: limites estaduais com o Estado de Mato Grosso

ao Sul: limites internacionais com a República do Paraguai

ao Oeste: limites internacionais com a República do Paraguai e da Bolívia. (MATO GROSSO DO SUL, Diário Oficial, ano 4, n. 799, p.4, 26 mar. 1982).

Tão logo concluíram-se os trabalhos para o qual o Comitê de Defesa do Pantanal foi criado, seus integrantes realizaram uma reunião em que optaram por

desativá-lo, através da realização de um ato público show. Para tanto, o Comitê de Defesa do Pantanal elaborou uma nota informando que:

Será nesta sexta-feira, dia 12, às 17:30 hs, o ato público com show artístico que irá marcar a desativação do Comitê de Defesa do Pantanal.

A partir desta data será, imediatamente reativada a Fundação para Conservação da Natureza de Mato Grosso do Sul, entidade que passará a cuidar dos problemas ecológicos de uma maneira geral.

O ato público que vai marcar a desativação do CDP será realizado na rua 14 de julho esquina com a rua Barão do Rio Branco, onde se encontra instalado. (COMITÊ DE DEFESA DO PANTANAL, ato público, 12 mar. 1982).

O ato público show foi decidido em uma reunião do Comitê de Defesa do Pantanal, registrada em ata:

Aos doze dias do mês de março do ano de hum mil novecentos e oitenta e dois, as dezessete horas, na sede do Comitê de Defesa do Pantanal, situado a rua 14 de julho, esquina com a rua Barão do Rio Branco, reuniram-se os membros e colaboradores do Comitê, abaixo relacionados, para a realização do Ato público Show. O Ato público Show, marca a data de desativação do Comitê de Defesa do Pantanal, uma vez que coroou de pleno êxito, seus altos ideais, dando lugar assim à ativação da Fundação para Conservação da Natureza do MS. (COMITE DE DEFESA DO PANTANAL, ata da reunião, 12 mar. 1982)

De acordo com Maria Helena Brancher, este ato público foi realizado com um show no calçadão, no centro da cidade, com apresentação de artistas da terra, como o Grupo Acaba, Vôo Livre, Iso Fischer, Celito Espíndola, Paulo Gê, Grupo Bem-Virá. (Cf. Entrevista realizada em 18 dez. 2002). Segundo Astúrio Ferreira dos Santos, o candidato indicado pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) para governo do Estado, Wilson Barbosa Martins, esteve presente no ato público de desativação do Comitê de Defesa do Pantanal, assim como outros políticos. (Cf. Entrevista realizada em 19 set. 2003).

Certamente, o grupo empreendedor pretendia desenvolver na área a monocultura de cana-de-açúcar para abastecer a usina de álcool, como os canaviais da região de Ribeirão Preto, no Estado de São Paulo. Com isso, o vinhoto que seria produzido em grande escala pela atividade alcooleira contaminaria as nascentes dos rios e afluentes do Rio Paraguai, atingindo a fauna

e a flora aquática e promovendo uma modificação no ecossistema da região, é o que afirmou Astúrio Ferreira dos Santos. (Cf. Entrevista realizada em 19 set. 2003). Ele também asseverou que:

A campanha foi um acontecimento inédito no Estado e no Brasil. Portanto está clara a dificuldade que tivemos. Lutamos contra poderes financeiros, políticos e ainda em pleno regime militar. O êxito alcançado foi pela persistência, convicção e trabalho árduo de abnegados que abraçaram a causa. Tenho certeza que a sociedade como um todo levou o Pantanal a ser conhecido internacionalmente, tornando-se naturais e ecossistema diferencia "Patrimônio da Humanidade", por sua beleza, riquezas naturais e ecossistema diferenciado. (Cf. Entrevista realizada em 19 set. 2003).

Como se pôde observar, desde o abaixo-assinado de 1978, encabeçado pelos pioneiros, até a campanha de Bodoquena, a Maçonaria fez-se presente no movimento ambientalista do Estado. Por sua vez, Arnaldo de Oliveira promoveu na SBB, entidade que ele representava, discussões acerca das conseqüências socioambientais que poderiam advir da implantação da usina usina de álcool em Bodoquena. O próprio Wilson Barbosa Martins começou a atuar contra essa usina dentro do seu partido. Deduz-se daí que a fração da burguesia<sup>12</sup> ameaçada operou de forma ordenada para manter o domínio do seu capital. Desta feita, no momento decisivo, haviam sido acionadas entidades sociais para travar esse embate.

Em resumo, este capítulo analisou a atuação da FUCONAMS e do Comitê de Defesa do Pantanal, criado especificamente para desenvolver a campanha contra a instalação da usina de álcool em Bodoquena. Foram relatadas reuniões, contatos com entidades locais e de outros estados e países, manifestos, pronunciamentos, passeio ecológico e outras atividades. Enfim, foram registradas todas as etapas que antecederam a vitória da campanha contra a instalação da usina de álcool em Bodoquena, que culminou com a Lei n° 328, sancionada pelo governador Pedro Pedrossian e com a assinatura do Decreto n° 1.581, de 25 de março de 1982, que regulamentou a referida Lei. Vale destacar que os fatos foram relatados com base em documentos expedidos pelo Comitê de Defesa do

---

<sup>12</sup> Por burguesia compreende-se a classe dos capitalistas modernos, proprietários dos meios de produção social, que empregam o trabalho assalariado". (Nota de F. Engels à edição inglesa de 1888). (MARX&ENGELS, 1888, apud. NETTO, 1998, p.4).

Pantanal, pela FUCONAMS, em entrevistas com participantes do movimento e reportagens da imprensa.





### **CAPÍTULO III**

#### ***A FUCONAMS após a desativação do Comitê de Defesa do Pantanal: de julho de 1982 a 1989***

Desativado o Comitê de Defesa do Pantanal, em 12 de março de 1982, criado especificamente para a campanha de Bodoquena, a FUCONAMS assumiu novamente a frente das ações ambientalistas. Foi a fase em que houve mudança não só na diretoria, como também no seu modo de operar, devido a interferências de ordem interna e externa. Este capítulo trata do período de julho de 1982 a 1989, em que a FUCONAMS esteve sob a presidência de Francisco Anselmo Gomes de Barros; a partir de 1983. Ele busca caracterizar a atuação de Francisco Anselmo Gomes de Barros, à frente da FUCONAMS, tendo como referência a obra de sua autoria, "Terra, até quando?".

Mesmo depois da desativação do Comitê de Defesa do Pantanal, Astúrio Ferreira dos Santos continuou exercendo o cargo de presidente da FUCONAMS. Ele concedeu uma entrevista, publicada no boletim do Comitê de Defesa do Pantanal que foi distribuído gratuitamente, apontando assuntos prioritários para os trabalhos da FUCONAMS:

[...] a) obrigatoriedade no ensino de 1º grau da matéria Ecologia; b) Transformar a Fundação em Serviço de Utilidade Pública; c) Conseguir subvenções dos poderes constituídos; d) Ter uma equipe de trabalho remunerado para podermos nos organizar e produzir; e) Fazermos uma biblioteca para pesquisas e trabalhos; f) Manter correspondência com as co-irmãs; g) Formar áreas verdes não só em Campo Grande como também em todo o Estado; h) Conseguir a desapropriação de grandes áreas principalmente no Pantanal onde existe maiores quantidades de animais em seu habitat natural para transformá-lo em Parque Natural; i) Dar infra-estrutura aos fazendeiros do Pantanal que já por conta própria exploram o turismo. (SANTOS, p. 3, jun. 1982).

Nesse período, criou-se dentro da FUCONAMS o cargo de diretor executivo, quando em 28 de abril de 1982, Astúrio Ferreira dos Santos, presidente da FUCONAMS credenciou Luiz Antonio Franco para a referida função. (SANTOS, FCH/MS 010-82, 28 abr. 1982). Posterior a esse dia, na cidade de Dourados, a FUCONAMS, atendendo a um dos itens do regulamento, o de “outorgar títulos honoríficos às pessoas que se destacaram em atividades protecionistas conservacionistas do meio ambiente”, procedeu à entrega de certificados de honra ao mérito para representantes das entidades que deram apoio à campanha de Bodoquena. Receberam o título as seguintes entidades e personalidades douradenses: Loja Maçônica Antônio João, Justiça, Liberdade e Disciplina, Seleta Sociedade Caritativa e Humanitária, Sindicato Rural de Dourados, Rotary Clube de Dourados, Associação dos Engenheiros Agrônomos da Grande Dourados, jornal “O Progresso”, deputado estadual Sultan Rasslan, bem como o advogado José Alberto Vasconcelos e Clay de Lucia.

Terminada a solenidade de entrega dos certificados, Luiz Antonio Franco, diretor executivo da FUCONAMS, informou a sua intenção de construir o “Palácio Tuiuiú”, em Campo Grande-MS, para ser a sede da FUCONAMS. O projeto visava criar um lugar para guardar e conservar o material sobre o Pantanal para que outras gerações pudessem conhecer.

‘Será um local onde os nossos descendentes encontrarão a história destes valorosos brasileiros, que lutam conscientes em defesa da convivência, pacífica e inteligente entre o homem, a terra, os rios e os animais’, afirmou Luiz Antonio. (FUCONAMS..., 24 set. 1982).

Na conclusão da análise das ações da FUCONAMS sob a presidência de Astúrio Ferreira dos Santos, é importante reafirmar que as duas manifestações dos primórdios do ambientalismo em Mato Grosso do Sul se deram em função da caça e da pesca predatórias, bem como das usinas de álcool no Pantanal. Apesar de todo empenho dos ambientalistas em combater ações que danificavam o meio ambiente, reportagens de jornais mostraram que continuavam os problemas da pesca no rio Coxim e no rio Taquari. A exemplo disso, a Associação Comercial de Coxim-MS convidou a FUCONAMS, para participar de uma reunião promovida por essa entidade. (ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE COXIM, 13 set. 1982). Esse evento foi matéria da imprensa local:

Na última sexta-feira, mais de 500 pessoas superlotaram o Salão Paroquial da cidade de Coxim, durante reunião para a qual foram convidados os dirigentes da Fundação para Conservação da Natureza do Mato Grosso do Sul e imprensa do Estado e muitos líderes e representantes da população de toda a região. Na ocasião, foi debatido todo o problema que vem sendo provocado pelo frigorífico, ameaçando a fauna ictiológica a partir da pesca descontrolada e excessiva de peixe nos rios, bem como comprometendo o turismo que é, sem sombra de dúvidas, uma das fontes de riqueza do município, segundo alegam o presidente da Associação Comercial de Coxim, Geraldo Mochi, e o próprio prefeito coxinense, Franklin Masrhua. (COXIM..., p.11, 21 set. 1982).

A caça foi matéria do Diário da Serra em que Astúrio Ferreira dos Santos informa que a anta, a capivara e o jacaré continuavam sendo alvo de caçadores no Estado. O mesmo jornal registrou que três representantes comerciais fizeram um apelo às autoridades buscando apoio na FUCONAMS, pois

[...] comprovaram a devastação dos rios Taquari e Coxim, pelos “arrastões!” feitos praticamente todas as noites por pescadores clandestinos que pegam cerca de 20 toneladas de peixes todos os dias, segundo cálculos de algumas autoridades do município. (DEVASTAÇÃO..., p. 1, 11 dez. 1982).

Diante da gravidade do problema da pesca, a FUCONAMS publicou no jornal Correio do Estado uma matéria sobre os prejuízos que a piracema vinha sofrendo em razão de ações depredatórias:

A piracema, um dos espetáculos mais bonitos da natureza, e que garante a perpetuação de milhares de espécimes de peixes, estaria sendo prejudicada por ação de pescadores depredadores nos rios Taquari e Coxim. (AÇÃO..., p.1, 11/12 dez. 1982).

Itabagira Nogueira, que alugava barcos para os pescadores, ratificou a existência desse problema em depoimento. Em razão disso, decidiu mudar-se para as margens do rio Araguaia, onde era proibida a pesca profissional.

Ultimamente, segundo ele, os profissionais tem proliferado em Coxim, procedentes não só da região, como de todas as partes do Brasil. E com o agravante, de uns tempos para cá, esses profissionais que usam redes para pesca não vêm respeitando nem mesmo a época da Piracema. (PESCADORES..., p. 3, 15 dez. 1982).

Tanto Itabagira Nogueira como o pecuarista Hélio Coelho têm a mesma opinião sobre a validade da legislação no combate à pesca e à caça predadoras no Estado de Mato Grosso do Sul. Para Itabagira Nogueira, a fiscalização da pesca em Mato Grosso do Sul deveria ser rígida como a de Goiás, pois acredita que “[...] é a única forma de combater e controlar não só a pesca predatória, como também a caça que é um verdadeiro massacre na região pantaneira do Estado.” (PESCADORES..., p. 3, 15 dez. 1982). O empresário Hélio Coelho referia-se à caça clandestina em uma matéria publicada pela imprensa local:

A única coisa que acaba com um caçador clandestino é um outro caçador, legalizado, afirmou o pecuarista Hélio Martins Coelho, garantindo que este, é de fato, solução para a caça predatória reinante no Pantanal sulmatogrossense. (LEGALIZAÇÃO..., p. 3, 10 out. 1982).

É desse período uma correspondência enviada à FUCONAMS pela ONG ambientalista União dos Defensores da Terra (OIKOS) de São Paulo, uma das entidades que apoiou a campanha contra a instalação da usina em Bodoquena. A carta encaminhada a Astúrio Ferreira dos Santos solicitou ajuda para “[...] rearticular uma campanha bem mais decisiva e abrangente, diante da calamidade generalizada que atinge o Pantanal.” (UNIÃO DOS DEFENSORES DA TERRA – OIKOS, 14 dez. 1982). Também fez alusão ao trabalho do repórter Randau Marques na campanha de Bodoquena, à série publicada no Jornal da Tarde e reconheceu que em Mato Grosso do Sul há uma “força popular ecológica”. Na oportunidade, o mesmo informe notificou que no dia 21 de dezembro de 1982, a OIKOS lançaria a Campanha “Ano Nacional do Pantanal – 1983”, no Museu de Arte de São Paulo (MASP). (UNIÃO DOS DEFENSORES DA TERRA – OIKOS, 14 dez. 1982).

Com a vitória da campanha de Bodoquena, os empresários e políticos que haviam se envolvido no movimento recuaram da FUCONAMS. Arnaldo de Oliveira, que coordenou os trabalhos do Comitê de Defesa do Pantanal, junto com Astúrio Ferreira dos Santos, ao término dessa luta, retornou para a UFMS. Na Universidade continuou suas atividades ambientalistas, dedicando-se às lutas preservacionistas, que se iniciaram com o surgimento do anteprojeto ecológico do Parque dos Poderes. (Cf. Entrevista realizada em 8 jul. 2003). Pedro Pedrossian, ao concluir o mandato de governador do Estado de Mato Grosso do Sul para o

qual foi indicado, foi substituído por Wilson Barbosa Martins, eleito pelo povo sul-mato-grossense, em 1982, para governar o Estado de Mato Grosso do Sul, de 1983 a 1986.

A mudança de governo originou troca também na coordenação da FUCONAMS. Tão logo Wilson Barbosa Martins tomou posse do governo, em janeiro de 1983, buscou na FUCONAMS duas figuras de destaque para fazer parte dos quadros de sua administração, Astúrio Ferreira dos Santos, diretor de operações do INAMB e João Pedro Cuthy Dias, titular da SEMA/MS e presidente do INAMB.

Em vista da vacância do cargo de presidente da FUCONAMS pela ida de Astúrio Ferreira dos Santos para o governo estadual, a entidade elegeu Joaquim Longo para presidente e Francisco Anselmo Gomes de Barros, vice-presidente. Por ter que fazer doutorado fora de Campo Grande, Joaquim Longo deixou o cargo de presidente da FUCONAMS, assumindo automaticamente a presidência Francisco Anselmo Gomes de Barros, que era vice-presidente. Este é considerado o segundo momento da FUCONAMS, que se inicia com a ida para o governo estadual de dois integrantes da entidade que tiveram notória participação na campanha de Bodoquena, Astúrio Ferreira dos Santos e João Pedro Cuthy Dias.

As informações dessa época, foram coletadas em algumas matérias de jornais, nas entrevistas com Francisco Anselmo Gomes de Barros, presidente da entidade, e no livro de sua autoria que forneceram subsídios para a compreensão de como as lutas foram encaminhadas. Desse período três acontecimentos, que se distinguiram, foram selecionados para análise da atuação da FUCONAMS: o anteprojeto do parque ecológico do Parque dos Poderes, a implantação de usinas de álcool em lugares inadequados, no Pantanal de Mato Grosso, e a participação em eventos organizados pelo governo e/ou ONGs ambientalistas. Além disso, é feito um breve comentário sobre a participação da FUCONAMS na passeata de Miranda e sobre as opiniões de Francisco Anselmo Gomes de Barros a respeito de alguns eventos ambientais. Foram elencadas também as características da atuação da FUCONAMS.

A narrativa dos três acontecimentos inicia-se pelo anteprojeto de criação do Parque Ecológico, elaborado pelo paisagista Burle Marx e encomendado pelo

governador Wilson Barbosa Martins.<sup>13</sup> As entidades, como a FUCONAMS, IAB, Associação dos Engenheiros e Arquitetos e outras reclamaram sua participação nas discussões do anteprojeto. Posteriormente, as entidades foram convidadas a participar de um debate sobre o anteprojeto num encontro promovido pela Comissão Especial da Câmara Municipal. (RESERVA..., p.2, 27 maio 1984).

Em virtude do descontentamento dos ambientalistas, após terem discutido e avaliado o anteprojeto ecológico do Parque dos Poderes junto aos representantes do governo estadual, o próprio Burle Marx, que havia dado tanta contribuição ao movimento ambientalista desde o Estado de Mato Grosso, achou por bem retirar o anteprojeto. (Cf. Entrevista com Arnaldo de Oliveira, realizada em 18 jul. 2003).

Francisco Anselmo Gomes de Barros contestou a prática governamental de contratar medalhões para elaboração de projetos em Mato Grosso do Sul, em vez de valorizar os profissionais do Estado. Todavia, ressaltou que:

Longe de nós questionarmos o trabalho do Sr. Burle Marx ou como ele desenvolveu o trabalho. Questionamos o porquê de Burle Marx; questionamos quem o contratou e por quanto, à revelia da sociedade, quando se sabe das agruras financeira porque passa o Estado. (BARROS, F., 1992, p. 15).

Ao destacar a relevância das entidades nas ações governamentais, Francisco Anselmo Gomes de Barros opinou que, naquele anteprojeto, se as entidades representativas da sociedade civil tivessem sido consultadas, por certo, as responsabilidades teriam sido divididas.

O segundo acontecimento, que marcou a FUCONAMS sob a coordenação de Francisco Anselmo Gomes de Barros, foi o das usinas de álcool, localizadas no Pantanal de Mato Grosso. Ocorre que na época a FUCONAMS já possuía o entendimento de que meio ambiente é transfronteiriço, e, como tal, a preservação do Pantanal deveria ser vista considerando-o na sua totalidade e não em partes. Se a área norte do pantanal fosse degradada certamente traria conseqüências para a área sul. A questão posta para a comunidade mato-grossense e sul-mato-grossense era a implantação de algumas usinas de álcool e a transferência de

---

<sup>13</sup> É desse período a Lei nº 451, de 8 de junho de 1984, que declara a FUCONAMS de utilidade pública, assinada pelo governador Wilson Barbosa Martins.

outras, em operação no Pantanal de Mato Grosso. Assim, as usinas de álcool voltaram para o cenário da FUCONAMS, no ano de 1984.

Logo, o assunto passou a fazer parte da agenda da imprensa local e nacional em publicações, como a que ocorreu no jornal O Globo, do Rio de Janeiro em que Francisco Anselmo Gomes de Barros, presidente da FUCONAMS, denunciou as usinas de álcool de Mato Grosso, afirmando que ele “[...] está empenhado numa campanha contra a instalação de mais seis destilarias de álcool na Bacia do Rio Paraguai [...]” (VINHOTO..., 21 out. 1984). Na opinião de Francisco Anselmo Gomes de Barros qualquer acidente nos reservatórios poderia provocar sério desastre ecológico que por certo danificaria o Pantanal de Mato Grosso do Sul. (VINHOTO..., 21 out. 1984).

O Jornal da Cidade publicou uma notícia em que Francisco Anselmo Gomes de Barros, presidente da FUCONAMS, confirmara

[...] ter solicitado providências de políticos para facilitar o encaminhamento de relatórios da entidade aos dois presidentiáveis, Tancredo Neves e Paulo Maluf, aguardados em novembro próximo. Os relatórios da Fuconams se basearão especialmente nas informações documentadas acerca das ameaças ecológicas na bacia do Rio Paraguai, em virtude do funcionamento de nove usinas de álcool – três delas já ativadas – no Estado de Mato Grosso.

[...] Além do declarado apoio de vários segmentos como a OAB, Câmara Municipal, sindicatos e entidades classistas, a Fuconams já tem a solidariedade de diversos setores da sociedade matogrossense para a luta que será travada contra a instalação das seis usinas de álcool na bacia do Rio Paraguai, em Mato Grosso. (FUNDAÇÃO..., 21/27 out., 1984).

Francisco Anselmo Gomes de Barros informou numa reportagem do Diário da Serra que “[...] recebeu de Brasília documentos da SEMA, adiantando que são nove as destilarias em Mato Grosso [...]” (USINAS..., p. 3, 6 out. 1984). O mesmo assunto foi noticiado pelo jornal O Repórter:

Lidera esta luta a Fundação para Conservação da Natureza de Mato Grosso do Sul (FUCONAMS), de gloriosa tradição de luta preservacionista e que lança à opinião pública o seguinte manifesto que passo a ler:

Pelos documentos que serão entregues, pode ser constatado que as três usinas implantadas e as seis em implantação na Bacia do Paraguai produzirão POR DIA, 15 milhões de litros de vinhoto e 25 milhões de litros de água de lavagem de cana. (USINAS...p. 4, 18/24 out. 1984).

O texto segue com observações quanto aos prejuízos que tais empreendimentos poderiam causar ao complexo do Pantanal, que era considerado uno e indivisível. Por isso a entidade tinha esperanças de poder contar com o empenho do governador na defesa do Pantanal. A matéria concluiu com o nome dos componentes da FUCONAMS: “Campo Grande, 02 de outubro de 1984. FRANCISCO ANSELMO GOMES DE BARROS - Presidente em Exercício, JOEL RABELO DA SILVA – Secretário e JORGE GONDA – Tesoureiro.” (USINAS..., p.4, 18/24 out. 1984). Para a referida luta, decidiu-se adotar as seguintes medidas:

- a) Formar uma caravana para ir a Cuiabá com quatro objetivos: entregar uma carta ao governador Júlio Campos; dar ciência à imprensa; abrir um Comitê de Defesa do Pantanal e fazer a mobilização dos nossos irmãos cuiabanos que serão vítimas, direta e indiretamente desse pseudo progresso, onde são uns poucos se locupletam.
- b) Solicitar o apoio do governador Wilson Barbosa Martins, do prefeito Lúdio Coelho e de todos os nossos companheiros que hoje são do governo, porque todos indistintamente agora são vítimas.
- c) Solicitar o apoio de parlamentares de lá e daqui, no âmbito federal, estadual e municipal.
- d) Dar ciência e solicitar o apoio das entidades de classe dos dois Estados, incluindo a Igreja, a Maçonaria, os artistas e as escolas dos diversos níveis, que sempre estiveram ao nosso lado apoiando esse trabalho.
- e) Solicitar o apoio de personalidades e entidades nacionais e internacionais.
- f) Denunciar não só ao presidente da República, mas também a todos os seus ministros.
- g) Solicitar a intervenção da ONU – Organização das Nações Unidas junto principalmente ao Banco Interamericano de Desenvolvimento para que ao financiar tais projetos, ouça também os diversos segmentos da sociedade ligados ao problema.
- h) Formar uma comissão para visitar os candidatos à Presidência da República e numa exposição de motivos solicitar deles a criação de um Ministério do Meio Ambiente. Só através de um Ministério poderemos ter força de coibir esses e outros crimes contra a Natureza. Queremos como primeiro ato solicitar o engajamento da imprensa aqui representada. (USINAS..., p.. 4, 18/24 out. 1984).

Com o “[...] objetivo de mobilizar a opinião pública contra a implantação de novas usinas de álcool na Bacia do Rio Paraguai, [...]” a FUCONAMS, no dia 20 de outubro de 1984, criou o Comitê Feminino de Defesa do Pantanal, através do



qual as integrantes enviariam cartas às autoridades federais ligadas ao meio ambiente e à saúde pública, bem como a todos os governadores de Estados, dando conhecimento da questão. (MULHERES..., p. 16, 22 out. 1984).

O primeiro contato oficial ocorreu durante a inauguração do Comitê JK Pró-Tancredo, dia 20 de novembro de 1984, quando foi entregue à ex-primeira dama do Brasil, Sara Kubtschek, a Maria do Carmo, filha do ex-governador de Minas Gerais e candidato à Presidência da República, Tancredo Neves, e à primeira dama do Estado, Nelly Martins, uma “[...] série de documentos comprovando a depredação do Pantanal e a solicitação de apoio à defesa da ecologia na região [...]” (MULHERES..., p. 16, 22 out. 1984). As visitantes receberam informes sobre as ameaças do Pantanal por meio de Maria Helena Brancher, Iracema Sampaio e Emilia Sampaio Costa, coordenadoras do Comitê, durante um almoço no Hotel Campo Grande. Impressionadas, comprometeram-se em reunir forças junto a outros movimentos femininos para a campanha. A Revista Executivo Plus, de novembro de 1984, publicou uma matéria informando que a “[...] campanha de defesa da ecologia empreendida pela Fundação para a Conservação da Natureza, vem ganhando terreno, tendo sensibilizado o governador Wilson Barbosa Martins.” (GOVERNADOR..., p.11, nov. 1984). Este, ao reconhecer a necessidade de uma mobilização pública, solicitou a Maria do Carmo que interviesse junto a Tancredo Neves, seu pai, para que ele se juntasse ao movimento em defesa do Pantanal.

Essa luta foi liderada pela FUCONAMS e teve apoio da Câmara Municipal de Campo Grande-MS, através do vereador Fausto Matto Grosso, da bancada do Partido Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e de outros segmentos da sociedade civil e política. No entanto, não atingiu a dimensão da campanha de Bodoquena, apesar do assunto ter sido matéria do jornal O Globo, do Rio de Janeiro, como fora mencionado.

O terceiro item dos acontecimentos refere-se à participação da FUCONAMS em eventos promovidos pelo governo e/ou ONGs ambientalistas, entre os quais se destacam:

A) I Encontro Nacional de Ecologia e Meio Ambiente, em Campo Grande-MS, no mês de novembro de 1984:

O I Encontro Nacional de Ecologia e Meio Ambiente foi promovido pela Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (ABES), INAMB, Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul (SANESUL), Empresa de Turismo de Mato Grosso do Sul (MSTUR), FUCONAMS e Coordenadoria Geral de Comunicação Social (COGECOM). O evento, realizado em Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul, foi aberto pelo governador Wilson Barbosa Martins com a presença do titular da SEMA/MINTER, Paulo Nogueira Neto, do governador de Mato Grosso, Júlio Campos, do presidente da Sociedade Brasileira de Direito do Meio Ambiente, Paulo Afonso Lemes Machado, bem como de representantes de entidades particulares e órgãos públicos federais, estaduais e municipais interessados na temática. Foram proferidas palestras sobre a ação do homem no Pantanal, sobre as usinas de álcool e outros temas. Na ocasião, a FUCONAMS realizou uma exposição com o título de histórico da mobilização popular em defesa do Pantanal.

Ao final do Encontro, foi redigido um documento com propostas, dentre as quais destacam-se algumas:

1. - Propostas

1.1 - A criação de um Ministério do Meio Ambiente.

1.2 - Que seja dada ao problema de proteção ambiental e ao uso racional dos recursos naturais não renováveis a devida importância e prioridade, nos mesmos níveis que vem sendo dado às gestões de saúde e ensino.

1.3 - Que seja criado um órgão específico a fim de administrar racionalmente o Pantanal, com autonomia e dotação orçamentária própria, para coordenar pesquisas, e gerenciar os recursos hídricos, naturais e o uso do solo e que o mesmo seja subordinado ao Ministério do Meio Ambiente, com a participação das Assembléias Legislativas (MS/MT), e de entidades preservacionistas não-governamentais.

1.4 Que as questões relativas ao meio ambiente, em especial o do Pantanal, mereçam, de parte dos governantes, tratamento diferenciado das demais questões gerais, não permitindo ingerências de caráter negativo por parte de poderes políticos e econômicos.

1.5 - Os governos estaduais devem proporcionar aos respectivos ministérios públicos condições materiais e de independência para a defesa do meio ambiente ou de qualquer outro interesse difuso.

1.6 - Os Governos Estaduais devem propor às respectivas Assembléias Legislativas, se for o caso, legislação de proteção ao meio ambiente.

1.7 - Solicitamos que os Órgãos Federais respeitem e acatem as normas ambientais do Estados.

1.8 - Que o conhecimento já acumulado sobre o Pantanal, como um todo; venha a ser objeto de levantamento, interpretação e divulgação para facilitar, a partir de então, a tomada de posições para exploração racional do Pantanal.

1.9 - Junto ao Executivo Federal e Congresso Nacional, gestões para rápida tramitação do projeto de lei que disciplina as ações de responsabilidade por danos ao meio ambiente, e a qualquer outro interesse difuso, elaborado pela CONAMP - Confederação Nacional das Associações Estaduais do Ministério Público.

1.10 - Protestos junto ao Governo do Estado de Mato Grosso pela aprovação de projetos que permitam a instalação de usinas de álcool na região da Bacia do Rio Paraguai dentro do território daquele Estado.

1.11 - Que os órgãos de preservação ambiental exerçam rígida fiscalização e controle de poluição no transporte de derivados de petróleo na Bacia do Rio Paraguai, aplicando medidas de caráter preventivo e promovendo o levantamento de danos para a apuração de responsabilidades civis e criminais junto aos tribunais competentes.

1.12 - Repúdio ao projeto de lei que regula o uso de agrotóxicos, em tramitação no Congresso Nacional, o qual fere o princípio constitucional da autonomia dos estados.

1.13 - Proibição no uso de agrotóxicos e desmatamentos nas cabeceiras dos rios e mananciais que compõem a Bacia do Paraguai.

1.14 - Criação da Polícia Florestal e de Mananciais da Bacia do Rio Paraguai.

1.15 - Alteração da Legislação Federal a fim de que não se enquadre 'o coureiro' e os demais predadores da fauna e da flora, como contraventores mas sim como autores de delitos previstos na lei substantiva penal sem direito a fiança ou outros benefícios legais.

1.16 - Criação de um centro de pesquisa para preservação de espécie de animais ameaçadas de extinção (cervo do Pantanal, lontra, ariranha, jacaré, anta).

1.17 - Ação conjunta dos dois estados (Mato Grosso e Mato Grosso do Sul) na recuperação florística das suas divisas.

1.18 - Implantação do 'Parque Nacional da Chapada dos Guimarães', cabeceira natural de proteção ao Pantanal.

1.19 - A necessidade de inclusão no currículo escolar, em todos os níveis, de matéria de educação ambiental, de forma multidisciplinar.

1.20 - Que sejam promovidos encontros municipais de professores de primeiro e segundo graus nos dois estados (Mato Grosso do Sul e Mato Grosso), que culminariam com amplo debate nacional de educação ambiental.

1.21 - Promover um amplo levantamento de todos os depoimentos, fotos, livros, documentos, etc., relativos ao Pantanal, para se estabelecer a memória cultural daquela região.

1.22 - Que os governos de outros estados da federação que dispõem de tecnologias ambientais participem na forma de assistência técnica cooperativa nas pesquisas, projetos e nos planos de desenvolvimento integrado do Pantanal, considerando-se o caráter de patrimônio nacional de que o mesmo se reveste.

1.23 - Paralisação imediata e posterior transferência das três usinas de álcool instaladas no Pantanal, e proibição da instalação das seis usinas projetadas na Bacia Hidrográfica do Rio Paraguai no Estado de Mato Grosso e doravante se proibam novas usinas ou indústrias similares.

1.24 - Que a seriedade de princípios e a firmeza nas ações em defesa ao Pantanal seja uma constante força ascendente, unindo mais os dois estados, possuidores desta incomensurável riqueza que é o Pantanal. (ENCONTRO..., p. 3, dez. 1984).

Ficou decidido que o documento final seria encaminhado aos governadores de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul para atenderem as reivindicações e pressionarem o governo federal. Após o Encontro, o boletim do INAMB trouxe na capa uma foto de João Pedro Cuthy Dias, titular da SEMA/MS, entregando a Tancredo Neves, candidato da Aliança Democrática, “[...] as propostas tiradas no I Encontro Nacional de Ecologia e Meio Ambiente, realizado em Campo Grande/MS, no período de 06 a 08 de novembro [...]” (AS PROPOSTAS..., p. 1, dez. 1984). Esse fato consta do livro “Terra, até quando?”:

Nossa entidade teve a honra de fazer a entrega de um documento a S.Ex<sup>a</sup> abordando diversos problemas ambientais, principalmente os do Pantanal. Em virtude do uso irracional dos nossos recursos naturais, chegamos à conclusão de que precisamos criar imediatamente um Ministério do Meio Ambiente, ou pelo menos uma Secretaria forte vinculada diretamente à Presidência da República, porque apenas desta forma a Natureza poderia ser poupada do uso criminoso e indiscriminado de que tem sido alvo, através da exploração de nossos recursos. (BARROS, F., 1992, p. 29).

De acordo com Francisco Anselmo Gomes de Barros, o problema do meio ambiente diz respeito a todos os ministérios, pois o componente ambiental deve ser incorporado nos projetos agropecuários, de uso de agrotóxico, de criação de rodovias, de desmatamento, de abertura de novas fronteiras, de uso dos rios, da construção de conjuntos habitacionais, do uso do solo e subsolo, da instalação de usinas de álcool, e de controle das fábricas que soltam fumaça e poluem o ar. Por esses motivos, a FUCONAMS sugeriu a criação do Ministério do Meio Ambiente.

O evento, I Encontro Nacional de Ecologia e Meio Ambiente, foi uma iniciativa do governo de Mato Grosso do Sul, que contou com a participação da FUCONAMS e de outras entidades. Vale lembrar que o governador Wilson Barbosa Martins teve uma participação especial no Comitê de Defesa do Pantanal

e que dois integrantes da FUCONAMS passaram a fazer parte da administração de seu governo.

B) II Encontro de Associações de Proteção Ambiental e Entidades de Classe de MS, realizado nos dias 31 de janeiro e 1 de fevereiro de 1986:

Neste II Encontro discutiu-se a questão ecológica de Mato Grosso do Sul e foram elaboradas as propostas, para serem encaminhadas aos órgãos e autoridades competentes: implantar uma unidade de proteção ambiental para o Pantanal; transformação da BR 262, no trecho entre Miranda e Corumbá, e a estrada que liga o Nabileque à Nhecolândia e Porto da Manga, em estradas-parque, protegidas pelos dispositivos que regulamentam a lei; mobilizar a comunidade de Mato Grosso para solicitar ao Governo do Estado a proibição, por decreto-lei, de implantação de qualquer tipo de indústria poluente na Bacia do Rio Paraguai e de seus afluentes naquele Estado, uma vez que essa lei já existia em Mato Grosso do Sul; reivindicar ao governo brasileiro o empenho do Itamarati junto aos governos do Paraguai e Bolívia em um acordo de cooperação com as nossas medidas de preservação do Pantanal, pois havia informações de projetos de implantação de indústria poluentes naqueles países, que afetariam todo o ecossistema pantaneiro; reivindicar ao governo do Estado assentos de entidades ambientalistas no Conselho Estadual de Controle Ambiental; exigir das autoridades governamentais maior rigor na aplicação das leis de regulamentação de atividades industriais poluidoras no Estado; solicitar aos governos federal e estaduais maior empenho no fornecimento de apoio logístico e financeiro à UFMS, quanto ao projeto de implantação da Base de Estudos do Pantanal; solicitar da Secretaria de Segurança Pública de Mato Grosso do Sul informações quanto aos objetivos, atribuições e área de atuação da Polícia Militar Florestal; solicitar ao Ministério do Exército a implantação de uma Unidade Específica para o Pantanal, para uma atuação mais efetiva da Instituição; solicitar ao IBGE acesso à informação quanto ao mapeamento geoambiental efetuado em Mato Grosso do Sul pelo projeto RADAMBRASIL e pelo Governo do Estado; solicitar das autoridades da área florestal o cumprimento do Código Florestal; instituir taxas sobre qualquer exploração de recursos naturais, como o extrativismo mineral e vegetal; apoiar e incentivar a iniciativa da Comissão Pró-Parque

Zoobotânico quanto à implantação de um Parque Zoobotânico,<sup>14</sup> com animais da fauna do Estado, em Campo Grande; ajustar o orçamento do Órgão de Controle Ambiental de MS às reais necessidades do setor de fiscalização e pesquisa de maneira a incrementar essas atividades; proibir, no prazo de três anos, a pesca profissional com rede e tarrafas no Estado de Mato Grosso do Sul, para que se possa efetuar levantamento do real potencial pesqueiro do Estado; lamentar a ausência dos órgãos convidados e outras.

Estiveram presentes a Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES, Associação Corumbaense de Empresas Regionais de Turismo – ACERT, Associação de Defesa Ambiental de Nova Andradina, Associação de Defesa Ambiental de Rio Verde – ASA VERDE, Associação de Pesca Amadora e Defesa Ambiental de Campo Grande, Associação de Pesca Amadora e Defesa Ambiental de Dourados, Associação de Pesca Amadora e Defesa do Meio Ambiente de Miranda, Associação de Pesca Amadora e Defesa do Meio Ambiente de Porto Murtinho, Associação de Pesca Amadora da Ecologia da Bacia Superior do Rio Miranda – Guia Lopes e Jardim, Associação dos Engenheiros Florestais, Clube de Pesca Amadora e Defesa do Meio Ambiente de Bonito, Comitê de Defesa do Pantanal de Corumbá, Comissão Pró-Parque Zoobotânico, Comitê de Defesa do Pantanal, Conselho Regional de engenharia e Arquitetura – CREA, Conselho Regional de Medicina Veterinária – CRMV, Curadorias do Meio Ambiente de MS, Fundação para Conservação da Natureza de MS - FUCONAMS, Sociedade Botânica do Brasil Seccional MS, Sociedade de Estudos para Defesa Ambiental e Sociedade de Defesa do Pantanal – SODEPAN. (ENCONTRO DE ASSOCIAÇÕES DE PROTEÇÃO AMBIENTAL E ENTIDADES DE CLASSE DE MS, 2., 1986).

Pela relação das entidades, conclui-se que havia muitas ONGs ambientalistas do Estado ou entidades que contemplaram na sua agenda de trabalho a luta ambiental. Curioso é que, dentre as propostas, não houve uma que fizesse qualquer alusão à educação ambiental.

C) Reunião ‘O Pantanal e seu Ecodesenvolvimento’, realizada em Corumbá-MS, nos dias 3 e 4 de julho de 1986:

---

<sup>14</sup> Conforme integrantes da ECOA, a área localizada na saída de Cuiabá, com 180 hectares, dos quais 30 hectares da Prefeitura, foram vendidos ao PREVISUL para construção de 2.500 casas. A ECOA fez uma campanha para preservar as nascentes do Córrego Segredo, ameaçadas pelo empreendimento. Alguns moradores eram pela preservação da mata que hoje compõe o Parque Estadual das Matas do Segredo, outros pela construção das casas. Ao final, o governador decretou a criação de uma área de preservação.

Esta reunião fazia parte do processo de indução do desenvolvimento regional que estava sendo elaborado pelo Departamento de Planejamento Regional, ligado à Superintendência Adjunta de Planejamento da SUDECO. Tinha como objetivo debater propostas de desenvolvimento e as alternativas adaptadas às condições especiais do ecossistema pantaneiro. Ela se constituiu num foro aberto de coleta de subsídios, de organização de iniciativas e de participação das entidades civis, da comunidade científica e acadêmica e de todas as esferas de governo.

Nesse evento, a FUCONAMS participou do grupo 11, com o tema “proteção e conservação ativa do meio ambiente”. As discussões sobre o ecossistema do Pantanal e sua bacia, bem como a participação dos órgãos convidados, que encaminharam propostas e debateram programas, constam do artigo “Sudeco compra a briga e coordena a defesa do Pantanal”. (BARROS, F., 1992, p. 46-47).

Na reunião, a FUCONAMS participou das discussões e aprovou as seguintes propostas: fiscalização integrada a serem viabilizadas pela atuação em conjunto dos vários órgãos no mesmo local; estudo preliminar de impacto ambiental para saber se os custos sociais não seriam maiores do que o lucro, e a criação de associações de pesca, como a de Corumbá, sob a supervisão da SUDEPE. Foram rejeitadas as seguintes propostas: estudo do potencial pesqueiro; inclusão do item educação ambiental em um projeto para os órgãos encarregados de fomentar o turismo, por defender a idéia de que não seria uma matéria curricular, e a criação da estrada parque BR 262. A SODEPAN, que Francisco Anselmo Gomes de Barros chamou de “nossa co-irmã”, apresentou um estudo técnico e jurídico de viabilidade desta rodovia e de todas as que cortam a parte sul do Pantanal. Francisco Anselmo Gomes de Barros, autor do livro “Terra, até quando?”, comentou o interesse do senador Mendes Canale pelo Pantanal, um pantaneiro na SUDECO, reafirmando a sua posição em relação a esse ecossistema que continua unindo o povo do norte e do sul. A SUDECO encaminhou relatório da Reunião à FUCONAMS. (BRASIL., Ministério do Interior, Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste, OF/Nº 039/ SAP, 25 ago. 1986).

D) “O Brasil na virada do século”:

Nessa reunião, realizada em Brasília, Francisco Anselmo Gomes de Barros, representante da FUCONAMS, fez a seguinte indagação ao Ministro do Supremo Tribunal, José Carlos Moreira Alves:

Senhor Ministro, o Governo de Mato Grosso do Sul, sabendo do problema da pesca predatória, sabendo que muitos rios já estão mortos, sabendo também não conhecer o potencial pesqueiro do Estado, resolveu disciplinar a pesca, proibindo determinados apetrechos como, rede, tarrafa e Tarrafão, em todos os rios pesqueiros, onde as populações ribeirinhas têm no peixe o seu único sustento e a sua subsistência financeira. O Governo foi surpreendido com um mandato de segurança por parte dos frigoríficos (que pescam em escala industrial), junto ao Supremo Tribunal, do qual Vossa Excelência é o Presidente. O Supremo, sem conhecimento de causa, mas escudado na LEI, deu ganho de causa aos frigoríficos. (BARROS, F., 1992, p. 56).

Diante do questionamento, o Ministro reforçou a necessidade de se pressionarem os constituintes a fazerem leis justas que priorizassem o homem. Francisco Anselmo Gomes de Barros citando, como exemplo, a luta da mulher, do negro, da UDR, da associação de moradores, da igreja, das Forças Armadas e de outras para ter seus direitos contemplados na Constituição, conclama os ambientalistas a lutarem pela criação do “lobby” da natureza. É o que foi retratado no artigo “O que nós sociedade podemos fazer para garantir nossos direitos?” (BARROS, F., 1992, p. 56).

Além da questão do anteprojeto do parque ecológico, da campanha contra usinas de álcool no pantanal de Mato Grosso, da participação em encontros, a FUCONAMS destacou-se por sua participação na passeata de Miranda e por opiniões que emitiu acerca de eventos ambientais que ocorreram entre 1983 a 1989. Esses acontecimentos estão registrados no livro “Terra, até quando?”, de autoria de Francisco Anselmo Gomes de Barros, uma das fontes pesquisadas.

No artigo “Forças ocultas destróem o Pantanal”, o autor assinalou que o Estado de Mato Grosso do Sul é o de maior consciência ecológica. (BARROS, F., 1992, p. 36). Ao mesmo tempo, mostra que as propostas ficaram no papel, haja vista que a comunidade era surpreendida com desastres ambientais, como o da morte da piracema de curimatás, no rio Miranda, ocorrida no dia 10 de outubro de 1985. Dentre os vários protestos contra esta situação, foram realizadas passeatas em Miranda e Campo Grande, no dia 25 de outubro de 1985. Na



passeata de Campo Grande, uma componente da ala feminina da FUCONAMS fez um pronunciamento contra aquele desastre ecológico no rio Miranda. O texto constou de uma crítica às políticas ambientais do Ministério do Meio Ambiente e mostrou a necessidade de atuação efetiva das Forças Armadas, pois só elas teriam condição de conter a caça indiscriminada de jacarés e outras. O texto concluiu conclamando povo e o governo para, juntos, tomarem providências.

No que se refere ao artigo “Partido Verde”, o autor assevera que, após a análise feita pelos integrantes da FUCONAMS, firmou-se posição contrária à fundação do Partido Verde em Mato Grosso do Sul, propondo que cada partido criasse em seu interior um segmento comprometido com o meio ambiente. (BARROS, F., 1992, p. 39).

Francisco Anselmo Gomes de Barros, autor deste livro, também emitiu sua opinião sobre a dificuldade de se efetivar a fiscalização ambiental em uma propriedade particular:

Do ponto de vista ecológico o que nos fere não é a arrogância do latifúndio ou do minifúndio, o que fere a todos nós é o direito de propriedade, onde os mais bárbaros crimes são cometidos contra à natureza sem que se possa fazer nada porque a propriedade é privada. Este direito se sobrepõe ao direito do cidadão e por isso, constitui-se uma afronta à sociedade e aos poderes constituídos. (BARROS, F., 1992, p. 52).

Por fim, são elencadas algumas características da forma de atuação da FUCONAMS, no período de 1983 a 1989. Sobre os problemas ambientais, oriundos da exploração capitalista, Francisco Anselmo Gomes de Barros assinalou que os ecologistas defendem a integração do homem com a natureza. Por considerar a natureza um presente de Deus, Francisco Anselmo Gomes de Barros referiu-se aos ecologistas como sendo os “abnegados que exercem um verdadeiro sacerdócio.” A ênfase dada pelo ambientalista aos abnegados não considerou os interesses econômicos que quase sempre estão vinculados às lutas ambientais. Tal entendimento do ambiente coloca a natureza separada, como se ela não fizesse parte do meio em que todos convivem. Em outras situações, Francisco Anselmo Gomes de Barros fez questão de reconhecer a dominação e a exploração capitalista da natureza. O discurso ora parece exprimir

uma concepção da natureza integrada ao meio social, ora lhe dá uma conotação de objeto, como se a natureza fosse desvinculada da sociedade.

No período em estudo, a FUCONAMS estabeleceu com os governos uma relação de crítica e de “elogio”, termo utilizado por Francisco Anselmo Gomes de Barros. No episódio do anteprojeto do parque ecológico, ONGs ambientalistas e sociais manifestaram seu descontentamento por não terem participado do processo. Contudo, houve uma preocupação de Francisco Anselmo Gomes de Barros em registrar que a idéia de se criar uma área de lazer, sobretudo para os menos favorecidos, foi do governador Wilson Barbosa Martins. Em outras situações, como no artigo “Réquiem para nós outros”, o autor do livro “Terra, até quando?” foi a favor e contra as ações do governo, manifestando livremente seu pensamento. Citou problemas que não haviam sido solucionados: a matança de jacarés, o vazamento de vinhoto das usinas, a derrubada de matas ciliares, o domínio dos pescadores industriais predatórios frente aos pescadores profissionais; o uso indiscriminado de agrotóxicos e outros. O autor concluiu o texto afirmando que tais problemas mostravam que o meio ambiente não era prioridade do governo. (BARROS, F., 1992, p. 33).

Nesse artigo, Francisco Anselmo Gomes de Barros manteve a mesma posição em relação à educação ambiental, acrescentando que houve um avanço na educação ambiental na escola. Todavia, em nenhum momento, seja no livro, seja em reportagens, há registros de alguma experiência de educação ambiental desenvolvida junto à comunidade pela FUCONAMS. Em vez de desenvolver projetos, a entidade seguiu a orientação de efetivar denúncias e elaborar propostas em eventos. Essa característica da FUCONAMS de denunciar e apresentar proposta isolada ou associada às “co-irmãs” estava expressa em uma entrevista em que Francisco Anselmo Gomes de Barros afirmou ser seu papel fundamental o de “[...] formalizar as denúncias sobre as agressões ao meio-ambiente, além de apontar alternativas que garantam a preservação do patrimônio ecológico.” (FUNDAÇÃO..., 21/27 out. 1984). As propostas eram discutidas em seminários promovidos pelo governo e pelas ONGs ambientalistas, mas não se transformavam em ações desenvolvidas pela entidade, ao menos não constaram nas fontes consultadas.

Restringir as ações ambientalistas a denúncias pode dificultar a participação da comunidade, afetada pelos danos ambientais, na identificação,

proposição e controle de propostas de solução. E pode concorrer para que ela apenas delegue responsabilidade e poder a instituições ou autoridades, ficando vulnerável para aceitar propostas discutidas e decididas por pessoas ou grupos que às vezes desconhecem suas reais necessidades. A seguir, é transcrito um texto do livro que retrata uma situação em que se delega à autoridades o destino da comunidade:

O futuro do Pantanal, para que ele não se transforme em deserto, está nas mãos do Presidente Figueiredo e do governador Júlio Campos, e esperamos, confiantes, que eles compreendam a responsabilidade que lhes cabe perante a Nação, perante o nosso futuro e perante a nossa história. (BARROS, F., 1992, p. 26).

Sem dúvida, esse modo de agir pode resultar na adoção de uma postura passiva por parte da comunidade, de sempre aguardar que alguém resolva os seus problemas.

Outro fato ocorrido na FUCONAMS foi a permanência de Francisco Anselmo Gomes de Barros, como presidente, no cargo, e a não realização de eleição nesse período, conforme consta nos registros. O processo eletivo consta do estatuto da FUCONAMS, por isso a permanência do presidente no cargo foi motivo de descontentamento de alguns membros que saíram da entidade. O próprio esvaziamento que a entidade sofreu, certamente, concorreu para que não houvesse necessidade de eleição.

Nesse capítulo, fez-se uma análise dos rumos que a FUCONAMS deu para sua atuação, após a desativação do Comitê de Defesa do Pantanal e o modo como Francisco Anselmo Gomes de Barros encaminhou as lutas ambientais. Fatores, como o afastamento de lideranças econômicas e políticas da FUCONAMS, a saída de alguns componentes da FUCONAMS para órgãos do governo estadual e as divergências havidas entre os seus membros provocaram um esvaziamento da entidade. Esta foi a fase em que foi definida a forma de atuação da FUCONAMS, qual seja a de fazer denúncias e participar de discussões ambientais com ONGs ambientalistas e órgãos do governo.

## ***CAPÍTULO IV***

### ***O fortalecimento e o enfraquecimento da FUCONAMS***

Como foi mencionado anteriormente, a FUCONAMS passou por dois momentos distintos. O primeiro, desde sua criação, no ano de 1979 até 1982, quando foi sancionada a lei que protegeu o Pantanal, pelo governador Pedro Pedrossian, pois, após a criação da FUCONAMS, a questão do Projeto Bodoquena passou a fazer parte da agenda de trabalho de seus integrantes. Desse modo, por meio do Comitê de Defesa do Pantanal, conseguiu mobilizar comunidades locais, de outros estados e de outros países para a luta contra a implantação da usina de álcool em Bodoquena.

No segundo momento, a FUCONAMS encaminhou suas lutas de forma a denunciar danos ambientais. Entre as denúncias destacou-se a campanha contra a instalação de seis usinas de álcool no Pantanal de Mato Grosso e pela transferência de outras três para outro local. Tal campanha envolveu diversos segmentos sociais e repercutiu na imprensa de outros estados. Percebe-se, entretanto, que a FUCONAMS, neste segundo momento, não possuía aquela força da campanha de Bodoquena, e que esta foi a fase de seu enfraquecimento. Nesse mesmo tempo, surgiram outras ONGs ambientalistas, como o Comitê Pró Defesa do Pantanal, a SODEPAN, a Associação da Pesca Amadora e de Preservação do Meio Ambiente (ASPADAMA) e a ECOA. Dentre outros aspectos, este capítulo trata da criação dessas ONGs ambientalistas evidenciando a forma de relação que a FUCONAMS manteve com elas, bem como de sua inserção no ambientalismo sul-mato-grossense.

À época, empresários e políticos afastaram-se da FUCONAMS e o governador Wilson Barbosa Martins levou para compor os quadros de seu governo Astúrio Ferreira dos Santos e João Pedro Cuthy Dias. Com a saída de Astúrio Ferreira dos Santos da FUCONAMS para o governo estadual, assumiu a presidência Joaquim Longo, que, por ter saído para estudar, foi substituído por Francisco Anselmo Gomes de Barros, vice-presidente. Outra figura de destaque

que deixou a FUCONAMS após a campanha de Bodoquena foi Arnaldo de Oliveira que voltou a desenvolver lutas preservacionistas na UFMS.

A ida dos dois integrantes da FUCONAMS para o governo do Estado mostrou que, de um lado, a entidade cumpriu seu objetivo de colaborar com o governo uma vez que o estatuto previa representantes governamentais na composição de sua diretoria. De outro lado, alguns de seus integrantes viam como positiva a indicação de assessores para o governo. Nessa circunstância, a FUCONAMS não pôde mais contar com o empenho das lideranças dos primórdios do ambientalismo sul-mato-grossense, Astúrio Ferreira dos Santos e Arnaldo de Oliveira, por exemplo.

Somando-se a isso, divergências ocorreram no interior da própria FUCONAMS, como observou Francisco Anselmo Gomes de Barros:

Tão logo integrantes da FUCONAMS assumiram cargos no governo estadual, começou haver no interior da entidade divergências quanto ao seu modo de agir. Uma ala pretendia estruturar a FUCONAMS para captação de recursos em organismos internacionais. (Cf. Entrevista realizada em 12 nov. 2003).

Como resultado das divergências, uma figura da FUCONAMS, por volta do ano de 1984, transformou o Comitê de Defesa do Pantanal numa ONG ambientalista, que não sobreviveu. Já com a FUCONAMS aconteceu diferente, mesmo enfraquecida, com uma atuação bem mais branda do que aquela que havia tido na fase do Comitê de Defesa do Pantanal, permanece até hoje seguindo os propósitos que haviam sido definidos, é o que afirmou Francisco Anselmo Gomes de Barros:

Presidindo a FUCONAMS, sem aquele aparato todo montado para a campanha, defini sua atuação por denunciar danos ambientais e elaborar propostas para serem encaminhadas a órgãos públicos e particulares. (Cf. Entrevista realizada em 31 out.. 2002).

Sem dúvida, as divergências internas, a ida de alguns de seus membros para o governo e o afastamento do empresariado e políticos da entidade concorreram para o enfraquecimento da FUCONAMS. Pela forma como o movimento ambientalista em Mato Grosso do Sul veio delineando seu curso, a FUCONAMS na primeira fase de atuação, de 1979 a 1982, congregou diferentes

segmentos sociais em defesa do Pantanal. Na segunda fase de atuação, que ocorreu de 1982 até 1989, não bastassem as discordâncias entre os membros da FUCONAMS, surgiram outros fatores que atomizaram o movimento ambientalista sul-mato-grossense, cujo processo foi acelerado pelo enfraquecimento da entidade.

Por volta de 1984, enquanto a FUCONAMS tentava firmar seus passos diante da estrutura gigantesca do Estado que a ela sobrepunha e frente à nova ONG ambientalista, o Comitê de Defesa do Pantanal, um grupo de fazendeiros despontava em duas regiões do Pantanal de Mato Grosso do Sul como futuros ambientalistas. Vale a pena destacar as duas regiões: o Pantanal do “Rio Negro”, como é chamado pelos pantaneiros dessa região, e o Pantanal da Nhecolândia. Embora o Pantanal se estenda do Estado de Mato Grosso ao Estado de Mato Grosso do Sul, a EMBRAPA realizou estudos em que identificou onze pantanais, cada um com suas características de solo, vegetação e clima. (EMBRAPA. Disponível em: <<http://www.cpap.embrapa.br/unidade.html>>. Acesso em: 24 dez. 2003). As regiões começam em Mato Grosso, no Pantanal de Cáceres, Barão de Melgaço e Poconé, lá onde começa uma estradinha de terra que atravessa a planície alagável por 145 km, de Poconé ao lugarejo denominado de Porto Jofre. Esta é a Transpantaneira projetada nos anos 70 para transportar gado de norte ao sul de Mato Grosso, e que foi reduzida a este pequeno trecho. (EMBRAPA. Disponível em: <<http://www.cpap.embrapa.br/unidade.html>>. Acesso em: 24 dez. 2003). Depois vem o Pantanal do Paraguai, do Paiaguás, da Nhecolândia, do Abobral, do Aquidauana, chamado pelos pantaneiros de Pantanal do “Rio Negro”, do Miranda, onde está localizado o Passo do Lontra, por onde passou aquela expedição que compôs a agenda do XXX Congresso Nacional de Botânica, realizado na UFMS, em Campo Grande. E, ainda, o Pantanal .do Nabileque e de Porto Murtinho.

Para entender a complexidade dos vários tipos de pantanais, buscou-se ouvir o Engenheiro Agrônomo Osni Correa de Souza, pesquisador científico da EMBRAPA-Gado de Corte, que realiza estudos sobre problemas ambientais causados pelo uso de terras com pastagens que afetam também o Pantanal, na faixa do entorno do Pantanal. Ele explicou em uma linguagem tão clara as

interações desse especial ecossistema que torna fácil a compreensão da origem de tanta diversidade de pantanais.

O Pantanal, por ser uma depressão entre relevos mais altos, foi e ainda está sendo formado por materiais que adentram as terras baixas pelos rios de seu entorno. Isso acontece porque o Pantanal está em posição inferior aos planaltos que o circundam. Os rios com nascentes nos planaltos tem energia hidráulica que lentamente move sedimentos resultantes de processos erosivos para a parte mais baixa, que é o pantanal.

Esse trabalho dos rios em relação ao pantanal é antigo e sempre aconteceu de forma equilibrada (sem muita alteração), até que a intensificação do uso das terras nas regiões de Cerrado dos planaltos (iniciada na década de 1970) provocou uma alteração nesse equilíbrio natural de erosão e transferência de materiais para o pantanal. O que mudou, na realidade foi a taxa de transporte de sedimentos (entra mais sedimentos agora do que antes dos distúrbios provocados pela pecuária e agricultura).

Este é o ponto base para você entender porque existem vários pantanais. Cada rio que adentra o pantanal drena uma região com diferentes tipos de embasamento rochoso nos planaltos e portanto solos diferentes. (Cf. Entrevista realizada em 15 jan. 2004).

Esse conhecimento, que o pesquisador Osni Correa de Souza disponibilizou, permitiu a compreensão do ambiente pantaneiro nas duas regiões em questão, o Pantanal do Aquidauana e o Pantanal da Nhecolândia. Foi aí que se iniciou o ambientalismo entre os empresários rurais do Pantanal. Indignados com a ação de caçadores de jacarés em suas terras, alguns fazendeiros dessa região uniram-se para combater os “coureiros” que, interessados no couro de jacaré, deixavam ali apenas as sobras, destruindo a flora e a fauna. (Cf. Entrevista com Cândido de Castro Rondon, realizada em 10 jul. 2003).

Retrocedendo aos primórdios do ambientalismo em Mato Grosso do Sul, quando foi realizado o abaixo-assinado, coordenado por Astúrio Ferreira dos Santos, a denúncia também se referia ao tratamento que era dado às partes dos animais que não interessavam aos caçadores e pescadores. Então, a ação desses “coureiros” comprometia o equilíbrio do ecossistema pantaneiro e se constituía em obstáculos à produção desses fazendeiros. Desse modo, criaram-se as condições para esses proprietários de terras empreenderem uma ação política em defesa do seu ambiente por meio de uma ONG ambientalista. Assim assinalou Cândido de Castro Rondon,<sup>15</sup> pertencente a uma das famílias dos

---

<sup>15</sup> Cândido de Castro Rondon é engenheiro eletricista.

“primeiros ocupantes”<sup>16</sup> da região do Pantanal de Aquidauana, que ele chama de Pantanal do “Rio Negro”:

Era a época em que os “coureiros”, propositalmente adentravam ao Pantanal e invadiam fazendas, até centenárias, caçando jacarés para levar o couro, deixando ali apenas as sobras, destruindo a flora e a fauna. Conversei com o Lineu, meu primo e disse que precisávamos tomar uma providência para resolver aquela situação que foi ficando intolerável no Pantanal do rio Negro, na região dos Rondons. Aí tive a idéia de criarmos uma associação para nos representar. Realizamos a primeira reunião de organização da SODEPAN, em meu apartamento, no dia 29 de julho de 1984. Participaram dessa reunião preparatória: o João Victor de Barros, da família Barros de Corumbá, da fazenda Piratininga, casado com a Ivone Rondon, minha prima; Lineu Antonio Diacópulus Rondon, meu primo, da fazenda Tupãceretan e Beatriz Diacópulus Rondon, minha prima e irmã do Lineu, da fazenda Santa Sofia, situada às margens do rio Aquidauana e eu. Pretendíamos agir em conjunto na preservação e defesa da região do Pantanal do rio Negro, buscando a integração com o Pantanal da Nhecolândia, do Paiaguás, do Poconé etc. Assim, da necessidade de nos resguardarmos da ação predatória dos “coureiros”, nasceu a Sociedade de Defesa do Pantanal (SODEPAN). (Cf. Entrevista realizada em 10 jul.2003).

Essa reunião preparatória foi realizada no apartamento de Cândido de Castro Rondon, com a finalidade de criar uma associação que defendesse esses fazendeiros da ação dos “coureiros” em suas terras.

Abílio Leite de Barros, em sua obra, “Gente Pantaneira”, ao fazer alusão à ocupação dos pioneiros na Fazenda Firme, localizada onde é hoje o Pantanal da Nhecolândia, assinala que essas terras têm como limite “[...] ao sul, o rio Negro e os Rondons; [...]” (BARROS, A., 1998, p. 88). Junto com os Gomes da Silva e os Barros, os Rondons são considerados os pioneiros dessas duas regiões, o Pantanal do “Rio Negro” e o Pantanal da Nhecolândia. Pertencem à família do idealizador da SODEPAN, Cândido de Castro Rondon e seu irmão Orlando Rondon, da Fazenda Rio Negro, Lineu Antonio Diacópulus Rondon, da Fazenda Tupãcerritã, Belquiz Diacópulus Rondon, da Fazendinha, Beatriz Diacópulus Rondon, da Fazenda Santa Sofia, na beira do Aquidauana e outros. (Cf. Entrevista com Cândido de Castro Rondon, realizada em 10 jul. 2003).

---

<sup>16</sup> Expressão usada na obra *Gente pantaneira: crônicas da sua história*. (BARROS, A., 1998, p. 15).



Abílio Leite de Barros,<sup>17</sup> empresário rural e que foi diretor da SODEPAN, confirmou a informação acima citada, com a seguinte observação:

A SODEPAN surgiu para resolver o problema de caça de jacaré. O couro do jacaré estava muito valorizado, foram formando verdadeiras “gangs” dentro do Pantanal de caçadores de jacaré. Estes caçadores eram organizados por pessoas que faziam contrabando do couro e dizem que também alguns até proprietários de fazenda. A primeira idéia da SODEPAN era de proteger a região dessa gente que entrava nas fazendas para caçar como invasores, eram criminosos. A SODEPAN se organizou para combater esse tipo de gente e criou uma organização capaz de pleitear junto ao governo uma proteção a respeito dessa caçada. E assim foi feito, a SODEPAN se aproximou do governo do estado, da polícia federal que se prontificaram em ajudar. E realmente houve um movimento policial tentando afastar aquela gente da região e proteger as fazendas. Esse foi o primeiro movimento da SODEPAN. (Cf. Entrevista realizada em 8 jul. 2003).

Durante a pesquisa, detectou-se que esses empresários rurais não tinham participado da campanha de Bodoquena, um movimento amplo que agregou diferentes segmentos sociais. A luta desses fazendeiros teve início no momento em que se sentiram prejudicados pela invasão dos “coureiros” em suas propriedades. O fato do problema ter ocorrido em uma área concentradora de capital rural propiciou que o grupo se organizasse para defender seus direitos que, naquela circunstância, estavam sendo lesados. Assim, o grupo reunia todas as condições para criar uma organização própria sem a necessidade de buscar apoio na FUCONAMS. Alguns pantaneiros, ao serem questionados sobre a não participação no passeio ecológico, realizado para se opor ao Projeto Bodoquena, responderam que não tinham tomado conhecimento desse episódio. O mesmo se deu em relação à FUCONAMS. Nilson de Barros, filho dessa geração de pantaneiros fundadores da SODEPAN, médico veterinário do Núcleo de Ciências Veterinárias da UFMS, foi presidente da SODEPAN de 1990 a 1992. (Cf. Entrevista realizada em 8 dez. 2003). Ele fez a seguinte análise:

Uma das razões pelas quais os empresários rurais do Pantanal não participaram da campanha contra a instalação da usina de Bodoquena foi que no início da década de 80, a questão ambiental era pouco conhecida. Além disso, os fazendeiros que

---

<sup>17</sup> Abílio Leite de Barros, empresário rural, é bacharel em direito e filosofia.

ficavam mais tempo em suas fazendas do que na cidade não tinham a cultura de manifestação de protesto, por isso quase não se envolviam no movimento ambientalista. Tanto é que participou do passeio ecológico coordenado pelo Comitê de Defesa do Pantanal realizado no dia 5 de junho de 1981, os filhos desses fazendeiros: eu, Guilherme Rondon, Luis Rondon Neto, Nauile de Barros, João Arnaldo Figueiredo entre muitos outros. (Cf. Entrevista realizada em 8 dez. 2003).

Desse modo, o ambientalismo sul-mato-grossense, que outrora concentrava todas suas lutas na FUCONAMS, ia dividindo seu campo de ação. No mês de setembro de 1985, Astúrio Ferreira dos Santos desvinculou-se da função governamental, retornando ao ambientalismo, no ano de 1988. Para tanto,

[...] promovi uma reunião em minha residência, no dia 3 de agosto, e outra no dia 10 do mesmo mês, criando a Associação da Pesca Amadora e de Preservação do Meio Ambiente (ASPADAMA). Estiveram presentes, Veliz Ojeda, Luis Nogueira Sobrinho, Juarez Vasconcelos, Chafic Basmage, Norival da Silva. (Cf. Entrevista realizada em 30 jul. 2003).

Observando a composição da ASPADAMA, verifica-se que alguns ambientalistas, que tinham participado das reuniões para formação da FUCONAMS, retornam às atividades ambientalistas, agora no processo de criação dessa entidade. O ciclo de formação das entidades pesquisadas concluiu-se no final da década com uma manifestação ambiental na UFMS. Foi no curso de biologia, entre os biólogos, que nasceu uma geração de ambientalistas que mais tarde estariam entre as ONGs ambientalistas internacionais. O movimento culminou com a criação da ECOA, voltada para interferir nos processos de degradação ambiental. De acordo com a ata de fundação, no dia 3 de junho de 1989, foi realizada uma reunião com a participação de: Alcides Bartolomeu Faria, Paulo Robson de Souza, Álvaro Banducci Junior, Ecilda Stefanello, Geraldo Alves Damasceno Junior, Geraldo Ribeiro Filho, Gislaine Vilezante, Hélio Augusto Godoy de Souza, Hélio de Lima, Ieda Maria Bortolotto, Ivan Carlos Baptiston, Lucimar Rosa Dias, Marçal Ganji Fujibrayashi, Marcelo Barbosa Martins, Glaucio Gurgel Fernandes e Ivone Riquelme. (ECOLOGIA&AÇÃO (ECO), 3 jun. 1989). O pesquisador científico, mestre, professor da UFMS, biólogo Paulo Robson de Souza, um de seus componentes, fez uma narrativa de alguns fatos que antecederam à formação da ECOA:

Eu havia chegado em Campo Grande em 1987, por conta do concurso da Universidade Federal. Dentro do Curso de Biologia (Geraldo Damasceno, Gislaine Vilazante eram alunos), começou a surgir um movimento para criar uma Associação de Biólogos. Eles procuraram na época se envolver em atividades de conservação do ambiente e aí tentaram criar uma Associação. Mas a coisa não caminhou muito bem. Na verdade tentaram absorver uma Associação chamada Seda, revitalizar essa associação que existia dentro da Universidade, mas aí viram que era melhor criar uma nova entidade.

Nos primeiros passos da ECOA, me lembro bem do Geraldinho Damasceno, da Yeda Bortoloto, da Luiza Nicodemo, do Luis Bernardino, do Celso Arakaki - que foi quem fez a primeira logomarca da ECOA (eram várias linhas formando uma espiral na letra "o"). O primeiro local de funcionamento da ECOA foi na Rua 26 de agosto (alugamos uma casinha bem simples, uma vila na verdade e nós começamos a fazer nossas reuniões). (Cf. Entrevista realizada em 27 nov. 2002).

Ele complementou que, nos primeiros tempos da ECOA, seus trabalhos eram de orientação da biologia, voltados para denúncias e, que, posteriormente, envolveu profissionais de outras áreas. Quando o grupo decidiu criar uma associação de biólogos, tinha autonomia suficiente para sustentar conceitualmente, bem como estruturar uma ONG ambientalista.

Na medida em que surgiam ONGs ambientalistas, ia atomizando a força do movimento ambientalista do Estado, antes concentrada na FUCONAMS. Além disso, verificou-se também que não houve registro de um dano ambiental que movesse grupos das camadas dominantes a efetivar uma ampla mobilização. Mesmo a campanha que a FUCONAMS empreendeu contra a localização das usinas de álcool no Pantanal de Mato Grosso não obteve a adesão maciça havida na campanha de Bodoquena, apesar de o objeto da luta ter sido usina de álcool. Entretanto, isso não lhe tirou o mérito de ter sido uma campanha relevante do período de 1983 a 1989.

À exceção do Comitê de Defesa do Pantanal, fruto das divergências entre os integrantes da FUCONAMS, pode-se inferir que a formação das demais ONGs ambientalistas deu-se de maneira independente da primeira ONG ambientalista de Mato Grosso do Sul. A dos empresários rurais ligada aos fazendeiros de duas regiões do Pantanal constituiu-se em uma força ambiental do Estado. Enquanto a FUCONAMS almejava agregar órgãos governamentais e ONGs ambientalistas, a SODEPAN é composta por pessoas ligadas ao empresariado rural do Pantanal do

“Rio Negro” e da Nhecolândia, que têm as raízes na produção. Também a ECOA, proveniente do meio acadêmico, constituiu-se em uma força ambiental do Estado, inserindo-se, na década de 90, no cenário internacional das ONGs ambientalistas. Com essas entidades, a FUCONAMS passou a atuar em conjunto, em articulações políticas de lutas ambientalistas e em eventos, seguindo a direção proposta por Francisco Anselmo Gomes de Barros:

A FUCONAMS atua com políticas públicas, está dentro dos espaços onde os governos e a sociedade discutem as políticas relativas ao meio ambiente. Mas, não desenvolve estudo ou pesquisa científica, não participa na captação de recursos em organismos nacionais e multilaterais para desenvolver projetos. Porém, assume atribuições em órgãos da esfera federal, estadual e municipal.

A FUCONAMS elabora denúncias e atua em conjunto com outras ONGs, em articulações políticas de lutas ambientais, em eventos e outras ações. Para tornar as ações regionais conhecidas, debatidas e compartilhadas nacionalmente a FUCONAMS participa de articulações com as grandes redes ambientais nacionais e internacionais, quais sejam: SOS Mata Atlântica; Rede Cerrado; Rede Pantanal; Rede Brasileira De ONGs; Rede Rios Vivos; Instituto Sócio Ambiental; Instituto Centro de Vida – ICV; Greenpeace; Conservation International; WWF. Além disso, desenvolve um trabalho de acompanhamento e controle das políticas públicas de meio ambiente através dos Conselhos de Meio Ambiente do Estado e do Município, bem como do Fórum de Meio Ambiente e Desenvolvimento de Mato Grosso do Sul e do Fórum de Defesa do Pantanal. (Cf. Entrevista realizada em 23 nov. 2002).

Tal opção de não profissionalizar a entidade pode ter concorrido para que o trabalho desenvolvido pela FUCONAMS tendesse mais para ações pontuais. Esta posição adotada por Francisco Anselmo Gomes de Barros difere daquela assumida por Astúrio Ferreira dos Santos que, ao fazer uma retrospectiva de sua trajetória ambiental, comentou com um certo pesar sua saída da FUCONAMS para assumir uma função pública:

Na coordenação da FUCONAMS, teria meios de transformá-la em uma Fundação de Meio Ambiente, uma vez que existia um corpo técnico qualificado para apresentar projetos a organismos internacionais solicitando financiamentos para desenvolver ações ambientais. (Cf. Entrevista realizada em 28 jul. 2003).

Ao rememorar uma entrevista concedida à revista NESWEEK, informando sobre a caça e a pesca predatórias no Pantanal,<sup>18</sup> Astúrio Ferreira dos Santos afirmou que, “[...] com base na experiência desenvolvida no Comitê de Defesa do Pantanal, tinha credibilidade suficiente para realizar contatos internacionais, faltou apenas, orientação técnica.” (Cf. Entrevista realizada em 30 jul. 2003).

Quanto à participação de Astúrio Ferreira dos Santos no governo, Francisco Anselmo Gomes de Barros emitiu sua opinião, em uma entrevista para o Jornal da Cidade:

Eu fui um dos primeiros a achar que o Astúrio não deveria ocupar um cargo no INAMB. Aqui na Fundação suas atividades teriam maior peso já que nossa função básica é denunciar apontando alternativas de solução. (FUNDAÇÃO..., 21/27 out.1984).

Das entidades pesquisadas, nenhuma se profissionalizou em Mato Grosso do Sul, no período em estudo. Sobre o assunto, o pesquisador científico Eduardo Viola revelou que o ambientalismo brasileiro, na metade da década de 80, abriu a via de acesso à profissionalização, que ele chamou de “[...] dramática inovação na cultura ambientalista brasileira.” (VIOLA, 1991). Assim, uma parte das entidades ambientalistas buscou profissionalizar-se rumando sua prática para a conservação ou recuperação de ambientes degradados. Em Mato Grosso do Sul, essa tendência veio a se concretizar na década de 90, quando a ECOA integrou as redes de ONGs ambientalistas nacionais e internacionais. Astúrio Ferreira dos Santos, ao abordar a questão, fez referências à ECOA para explicar que a FUCONAMS teria condições de profissionalizar-se. Paulo Robson de Souza detalhou e opinou sobre a profissionalização de ONGs ambientalistas a partir da segunda fase da ECOA:

Com o passar do tempo, começamos a apresentar projetos para órgãos federais, órgãos financiadores internacionais e então a ECOA passou a desenvolver projetos apresentados formalmente a estes órgãos. A partir do momento houve uma busca pela qualidade do trabalho. Não que o denunciismo seja ruim. É lógico que para certos problemas, a gente tem que denunciar mesmo. Mas o interessante da existência de projetos dentro da entidade é que ocorre uma qualificação do trabalho. Você começa a contratar

---

<sup>18</sup> “[...] Astúrio Ferreira dos Santos, head of the committee to defend the Pantanal, says, “The Pantanal will be destroyed in three years if this isn’t stopped.” (THE RUTHLESS..., p. 33, 7 mar. 1983).

profissionais, esses profissionais trazem experiências das universidades e com isto você passa a publicar trabalhos com um suporte técnico muito interessante. Isto ajuda muito a entidade, eu acho que se toda a entidade pudesse ter técnicos nos seus quadros favoreceria muito o seu crescimento. (Cf. Entrevista realizada em 27 nov. 2002).

No final da década, sobressaíram as três organizações, a FUCONAMS, a SODEPAN e a ECOA. Embora tivessem características distintas e até discordantes, em algumas lutas ambientais, circunstancialmente, se articulavam. Os três líderes referiram-se uns aos outros com deferência. O biólogo Alcides Bartolomeu Faria e demais integrantes da ECOA consideram Francisco Anselmo Gomes de Barros um dos pioneiros do movimento ambientalista no Estado. (Cf. Entrevista com Alcides Bartolomeu Faria, realizada em 18 nov. 2002). O mesmo ocorreu com Francisco Anselmo Gomes de Barros ao reconhecer o trabalho de Nilson de Barros e de Alcides Bartolomeu Faria. Para Francisco Anselmo Gomes de Barros, Nilson de Barros foi um presidente da SODEPAN muito interessado nas questões ambientais. Nos tempos atuais, Alcides Bartolomeu Faria, presidente da ECOA, desenvolve um trabalho de coordenação de campanhas articulado ao movimento ambientalista nacional e internacional. Francisco Anselmo Gomes de Barros considera Nilson de Barros e Alcides Bartolomeu Faria como sendo da segunda geração do movimento ambientalista de Mato Grosso do Sul. (Cf. Entrevista realizada em 31 out. 2002). Francisco Anselmo Gomes de Barros afirmou que:

Em algumas lutas ambientais, a FUCONAMS se aliou à SODEPAN. A exemplo disso, a luta em que as duas entidades trabalharam em conjunto no CECA para criação da Polícia Militar Florestal, a articulação política feita para que um representante da SODEPAN, ocupasse uma vaga no CONAMA e outras. (Cf. Entrevista realizada em 31 out. 2002).

As ações, realizadas em parceria com a FUCONAMS, são vistas por Nilson de Barros da seguinte forma:

Na minha opinião, a SODEPAN foi criada para defender uma causa que a FUCONAMS não contemplava em suas ações. A SODEPAN trabalhou junto com a FUCONAMS no CECA e no CONAMA. Mais tarde desenvolvemos parcerias em assuntos

diversos, porém cada entidade com seus objetivos específicos. (Cf. Entrevista realizada em 8 dez. 2002).

Nilson de Barros também emitiu sua opinião sobre o movimento ambientalista em Mato Grosso do Sul:

O movimento ambientalista em Mato Grosso do Sul começou com a FUCONAMS, primeira entidade ambientalista do Estado. Na campanha contra a instalação da usina de álcool em Bodoquena, os ambientalistas criaram dentro da FUCONAMS o Comitê de Defesa do Pantanal. Depois da campanha de Bodoquena, houve um desentendimento entre eles e o Comitê formou uma entidade separada, enfraquecendo a FUCONAMS. Mais tarde surgiu a ECOA, com uma visão muito mais urbana. Hoje, até não concordo com isso, mas no começo achava muito partidária, muito mais à esquerda e a gente discutia muito isso. O Anselmo era de um primeiro momento do movimento ambiental em que as discussões ambientais passavam por um radicalismo e pela emoção. (Cf. Entrevista realizada em 8 dez. 2002).

Com relação à SODEPAN, Nilson de Barros assinalou que:

A SODEPAN busca a conservação do ambiente através do homem pantaneiro no qual ele é o principal instrumento desse processo. É o pantaneiro que tem "know how" de tudo aquilo pois ele é o proprietário da terra, trabalha e vive lá. Por isso chegamos à conclusão de que precisávamos dar ao movimento ambientalista uma linguagem mais rural, uma linguagem mais do campo, de dentro da realidade pantaneira porque esse era um movimento nosso. Desse modo, fomos traduzindo para o pantaneiro conhecimentos, técnicas que mostravam a necessidade e a importância de conservar o ambiente do Pantanal. Assim deu-se a introdução do componente ambiental na linguagem do pantaneiro. (Cf. Entrevista realizada em 8 de dez. 2002).

Alcides Bartolomeu Faria, presidente da ECOA, fez observações quanto ao seu modo de ver a SODEPAN,

Em Mato Grosso do Sul, surgiram diferentes organizações, algumas com características gerais outras com características mais específicas de defesa de determinados interesses, os quais não deixam de ser legítimos, como a SODEPAN que surgiu antes da ECOA basicamente formada por fazendeiros, por proprietários que defendiam e queriam promover a defesa ambiental. Tanto é que dentro do seu estatuto a anuidade era paga com gado, não sei se ainda é assim. Sobrevive até hoje, e teve um papel importante para chamar a atenção do Pantanal sob um determinado prisma. Então, a SODEPAN, toma o caminho na

defesa dos interesses mais específicos fazendo uma combinação entre uma “ONG” e um sindicato. (Cf. Entrevista realizada em 18 nov. 2002).

Paulo Robson de Souza que participa da ECOA desde sua formação fez a seguinte observação:

Sobre a participação da ECOA no Fórum de Meio Ambiente e Desenvolvimento de Mato Grosso do Sul, a impressão que eu tive é que o fato deu uma guinada na ECOA. Porque até então, nós não conversávamos com certas entidades. Naquela época, nós não sentávamos na mesma mesa com entidades, por exemplo como a SODEPAN, formada por fazendeiros. Tínhamos uma certa desconfiança da SODEPAN porque ela representava e representa os interesses dos proprietários rurais. Nós não víamos com bons olhos essa interação pois achávamos que não haveria diálogo, porque o ponto de vista deles era diferente do nosso. (Cf. Entrevista realizada em 27 nov. 2002).

Quando foi criada a SODEPAN, surgiram situações que a levaram a se aliar à FUCONAMS, como afirmou Francisco Anselmo Gomes de Barros. (Cf. Entrevista realizada em 31 out. 2002). Paulo Robson de Souza assinalou que a relação que a ECOA estabelecia com a SODEPAN no início era diferente da que manteve depois da criação do Fórum de Meio Ambiente e Desenvolvimento de Mato Grosso do Sul.

Embora esteja fora do período em estudo, é feito um comentário sobre o Fórum de Meio Ambiente e Desenvolvimento de Mato Grosso do Sul. Vivia-se o tempo dos preparativos para a Conferência de Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio-92 e, em paralelo, o Fórum Global. O Fórum Brasileiro de ONGs ambientalistas e sociais sugeriu que se formasse em cada estado um Fórum para participar do Fórum Global. Nesse momento, as ONGs ambientalistas e sociais de Mato Grosso do Sul uniram-se para criar o Fórum de Meio Ambiente e Desenvolvimento de Mato Grosso do Sul. Deduz-se daí que o processo de instituição do Fórum de Meio Ambiente e Desenvolvimento de Mato Grosso do Sul requereu que as entidades, sobretudo, as primeiras, tivessem uma atuação conjunta. Logo, houve uma conjuntura favorável a uma ação compartilhada, o que facilitou o entrosamento entre elas, mesmo entre aquelas que defendiam diferentes interesses.



Sobre a diversidade de pontos de vista entre uma ONG ambientalista e outra, registraram-se duas entrevistas que evidenciaram a concepção de ambiente que orientou os seus discursos e suas lutas, a de Abílio Leite de Barros e a de Alcides Bartolomeu Faria. O empresário rural Abílio Leite de Barros, que foi diretor da SODEPAN, afirmou que:

O Pantanal tem 200 anos de ocupação e chegou até nós como uma área preservada. Os grandes prejuízos ecológicos do Pantanal não foram originados lá. O desmatamento aqui no cerrado, no planalto ocasionou problemas de assoreamento de rios, principalmente o rio Taquari. Dentro do Pantanal nunca houve nada porque o pantaneiro tem uma condição muito especial em relação à natureza. Eu acho que a senhora leu no livro que eles não caçam, não comem carne de caça. Então, em função disso, em função dessa cultura, o Pantanal foi descoberto pela mídia, foi descoberto pelo público com uma fauna preservada. A natureza não sofreu maiores agressões, a não ser pequenos desmatamentos ou pequenas transformações de pastagens naturais em pastagens cultivadas que não alteram em nada a ecologia da região. (Cf. Entrevista realizada em 8 jul. 2003).

Tanto Abílio Leite de Barros quanto Alcides Bartolomeu Faria, presidente da ECOA, estabeleceram o tempo de 200 anos para a ocupação, entretanto, este agrega mais um segmento social no Pantanal, ao proprietário da fazenda e ao peão:

A ECOA foi determinante para que as comunidades de pescadores, outras populações tradicionais e as populações indígenas fossem “vistas” no Pantanal. Antes era muito comum encontrar textos, entrevistas, palestras em conferências com a afirmação de que “o homem chegou no Pantanal há duzentos anos”, desconsiderando que o indígena aí estava há milhares de anos e que registros históricos indicam a presença de pescadores muito antes que estes “200 anos”. Nós trabalhamos para reverter esta visão por que ela tinha resultados políticos práticos. Hoje, você tem programas desenvolvidos com estes grupos. Porque quando se dizia, “eu sou pantaneiro”, gerava benefícios, gerava credibilidade, mas o “eu sou pantaneiro” resumia-se a uma pequena parte da população. (Cf. Entrevista com Alcides Bartolomeu Faria, realizada em 18 nov. 2002).

Osni Correa de Souza disponibilizou o conhecimento científico acerca do ambiente pantaneiro, identificando as práticas destrutivas da natureza no Pantanal:

Segundo pude constatar pelas viagens ao pantanal, a venda de grandes propriedades para alienígenas ao pantanal (paulistas, mineiros e outros), tem permitido o uso das terras pantaneiras à semelhança das terras de Cerrados, isto é, com os devidos estudos de EIA-RIMA, estão sendo abertas imensas áreas para pastagens no pantanal, com alteração da estrutura vegetal (desmatamentos de árvores) até o limite permitido por lei (que no pantanal equivale ao cerrado = preservação 20% e desmatamento 80% se não me engano.). (Cf. Entrevista realizada em 15 jan. 2004).

Os estudos desse pesquisador indicaram que as terras pantaneiras requerem um uso diferente daquele que é praticado nas terras do Cerrado. Logo, a ida de mineiros e paulistas, que não possuem a cultura pantaneira, está concorrendo para a degradação desse ambiente. Além disso, tem sido comentado que um segmento da burguesia esteja fazendo investimentos com capital financeiro, visando a interesses distintos daquele que investia na produção rural.

Há sempre uma controvérsia quando o assunto é a preservação do Pantanal. Abílio Leite de Barros alega que o Pantanal foi preservado nos 200 anos de ocupação e que a planície pantaneira sofre as conseqüências da ação de desmatamentos ocorridos nos cerrados do planalto. Tal argumento sugere que os fazendeiros dessa região do Pantanal desenvolveram a pecuária sem comprometer a sobrevivência dos recursos naturais. No site da EMBRAPA há uma informação mais restritiva, de que a planície pantaneira foi “[...] ocupada e explorada há mais de dois séculos pelo homem sem que, até os anos 70, tivesse perturbações ambientais significativas”. (EMBRAPA..Disponível em : <<http://www.cpap.embrapa.br/unidade.html>>. Acesso em: 24 dez. 2003).

O fato é que tanto o texto da EMBRAPA quanto o de Abílio Leite de Barros colocaram um tempo para a preservação do Pantanal. Os textos sugerem que, em determinado período a pecuária era desenvolvida no ambiente pantaneiro, em uma convivência harmoniosa entre o proprietário, o peão e a natureza.

Contudo, Alcides Bartolomeu Faria, que também se referiu aos 200 anos de ocupação no Pantanal, chamou a atenção para as comunidades indígenas e de pescadores, dando importância ao modo deles se relacionarem entre si e com

a natureza no ambiente onde vivem. A SODEPAN, instituída para defender o fazendeiro da ação dos “coureiros”, não fazia alusão a outras comunidades pantaneiras que não àquelas que eram diretamente ligadas à produção, quais sejam: o proprietário e o peão. Trata-se de uma posição divergente da SODEPAN em relação à ECOA que ideologicamente sempre esteve voltada para as questões sociais. Estudos efetivados por Osni Correa de Souza explicitaram o processo de ocupação do Pantanal:

A questão da conservação do pantanal por centenas de anos pelos pantaneiros faz sentido por um período de tempo enquanto não se estabeleceu a competição econômica induzida pela maior produção a custo compensatório da pecuária nos cerrados, iniciada no início da década de 1970. Até pouco tempo atrás, (estou falando de poucas décadas), as grandes fazendas pantaneiras tinham capacidade competitiva pela produção de carne exatamente pelas grandes áreas disponíveis para uso extensivo das pastagens nativas predominantes no pantanal. Recentemente, os custos de produção mais altos associados ao processo de divisão hereditária das terras pantaneiras (menos área para mais herdeiros), tem forçado os pantaneiros a procurar formas mais adequadas e econômicas de produção, sob pena de não conseguirem competir com a produção de carne em evolução nos cerrados. Entre essas formas de produção está a substituição das pastagens nativas pantaneiras por braquiárias para aumentar a produtividade dos rebanhos (as braquiárias tem capacidade de suporte de maior número de animais em pastejo por área). Porém, não se tem pesquisas para investigar quais os problemas ambientais que poderão ser causados pela substituição de espécies nativas por braquiária. Até onde é possível o uso da braquiária sem comprometer a equilíbrio da biodiversidade do Pantanal. Alguns fazendeiros têm interesse em que sejam realizados esses estudos. (Cf. Entrevista realizada em 6 fev. 2004).

Esta informação científica demonstrou que a década de 70 constitui-se, de fato, em um marco no processo de ocupação no Pantanal. Antes, a mesma produção era obtida numa certa harmonia com os elementos naturais. Hoje, uma combinação de fatores está requerendo uma nova forma de exploração das terras pantaneiras com base em estudos mais aprofundados que ainda não estão disponíveis.

Decorrentes da exploração capitalista da natureza, continuam sendo propostas ações para o Pantanal e outros ambientes naturais de Mato Grosso do Sul. Como já foi comentado, um desastre ecológico prejudica a natureza e a

comunidade em uma dimensão muito maior que aquela do seu entorno. Por isso, uma luta ambiental reúne pessoas, grupos, entidades, comunidades das mais diferentes origens sociais, pois todos se sentem beneficiados ou prejudicados com uma ação que considera ou não os elementos naturais. Em Mato Grosso do Sul isso se evidencia pela ação que a SODEPAN e a ECOA empreendem em defesa do Pantanal, cada uma com sua visão de ambiente.

Recentemente, Mato Grosso do Sul viveu mais uma ameaça de destruição do Pantanal com a assinatura do “[...] Decreto n. 11.409, de 23 de setembro de 2003, que permite a instalação de usinas e destilarias de álcool e açúcar na região do Pantanal.” (GOVERNO..., p.1, 8 out. 2003). Pretendia-se implantar 19 projetos de usinas de álcool, dos quais, 4 estavam previstos para a bacia do Alto Paraguai, tendo como uma de suas justificativas a geração de muitos empregos. Após 22 anos da vitória extraordinária da campanha de Bodoquena, o movimento ambientalista sul-mato-grossense se organizou para enfrentar mais uma luta contra a implantação de usinas de álcool no Pantanal. Astúrio Ferreira dos Santos mostrou-se indignado com a decisão do executivo estadual que foi tomada “[...] sem que a opinião pública tomasse conhecimento.” (Cf. Entrevista realizada em 10 jan. 2004). Ele informou que:

A ASPADAMA e mais um grupo de ONGs ligadas à proteção do meio ambiente, convocou uma reunião de emergência no meu escritório, sito à Rua 26 de Agosto, 2.315 para traçar estratégias contra o decreto estadual, assinado pelo governador José Orcírio de Miranda, que revogou a Lei que proíbe a instalação de usinas de álcool na região do Pantanal sul-mato-grossense. (Cf. Entrevista com Astúrio Ferreira dos Santos, realizada em 10 jan. 2004).

Participaram 32 representantes de ONGs ambientalistas nessa reunião, realizada no dia 27 de setembro de 2003. Levantou-se a possibilidade de reativar o Comitê de Defesa do Pantanal como um dos procedimentos para se dar início ao movimento. Astúrio Ferreira dos Santos assinalou que:

Propus que não deveríamos reativar o Comitê porque com o passar de tempo, o mesmo foi usado para outros fins não condizentes com o passado de lutas e com a finalidade que foi criado, perdendo a credibilidade da opinião pública e política. (Cf. Entrevista realizada em 10 jan. 2004).

Astúrio Ferreira dos Santos afirmou que, após análise de várias opiniões, optou-se pela formação do Fórum Permanente de Defesa do Pantanal, como é do conhecimento de todos.

Pelo meu passado de defensor do Pantanal e do meio ambiente, fui indicado para presidir o Fórum Permanente de Defesa do Pantanal. A partir daquele momento iniciou-se a luta contra o decreto estadual com participação ativa dos representantes de 15 ONGs, de autoridades políticas e outras. Participei de reuniões com a diretoria da Associação Comercial, Câmara de Diretores Lojistas e Ordem Maçônica do Estado para explicar o que estava ocorrendo e solicitar apoio dessas entidades. Desta maneira conseguimos uma mobilização rápida, abrangendo a sociedade campo-grandense, estadual e de outros municípios da federação com repercussão no Congresso Nacional. Luta que novamente foi vitoriosa, pela participação da opinião pública que repudiou pela segunda vez as iniciativas desastrosas dos nossos governantes. (Cf. Entrevista realizada em 10 jan. 2004).

Desta vez a sociedade civil se manifestou com a criação, no dia 30 de setembro de 2003, do Fórum Permanente de Defesa do Pantanal, que se mobilizou por duas vezes. Despontaram Astúrio Ferreira dos Santos, presidente do Fórum Permanente de Defesa do Pantanal, Francisco Anselmo Gomes de Barros, da FUCONAMS e Alcides Bartolomeu Faria, presidente da ECOA. Também houve manifestação da parlamentar estadual Simone Tebet que questionou a legalidade do referido decreto diante da Lei nº 328 de fevereiro de 1982 de proteção e preservação do Pantanal. Como resultado dessa mobilização que envolveu as ONGs ambientalistas e o legislativo estadual, o governador revogou o decreto.

Ocorre que durou pouco a vitória dos ambientalistas, pois no dia 25 de novembro de 2003, o deputado estadual Paulo Corrêa apresentou na Assembléia Legislativa um projeto que dispõe sobre a instalação de empreendimentos agroindustriais na bacia do Alto Paraguai em Mato Grosso do Sul. (MATO GROSSO DO SUL, Assembléia Legislativa, 25 nov. 2003).

Nova mobilização do Fórum de Defesa do Pantanal e, finalmente, o deputado Paulo Corrêa retirou o projeto, mas os ambientalistas optaram por ficar alerta quanto a novas investidas. (FÓRUM..., p. 5, 14 dez. 2003). O propósito deste registro foi mostrar que para o capital o tempo é sempre presente, pois são as necessidades econômicas que ditam as condições para sua reprodução. O

discurso de convencimento da sociedade é pautado em justificativas que anunciam benefícios para o conjunto da comunidade como oferta de trabalho, por exemplo.

Em resumo, este capítulo analisou a forma de atuação da FUCONAMS no período de 1979 a 1989, evidenciando os fatos que ocorreram durante o processo de fortalecimento e de enfraquecimento da entidade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a pesquisa, foram revelados alguns pontos que suscitaram reflexões. São questões que tangenciam o objeto de pesquisa, apesar de não estarem tão diretamente ligadas a ele. Na medida em que se discutem e se concluem estas questões, a realidade ambiental vai-se desvelando e dando margem a estudos posteriores. Por isso merecem ser colocadas.

Antes de entrar propriamente nessa discussão, será feito um breve comentário sobre a participação da imprensa no movimento ambientalista. Pode-se dizer que os assuntos caça e pesca predatórias, usinas de álcool, Comitê de Defesa do Pantanal e a FUCONAMS, acabaram por fazer parte do cotidiano do público que acessava a imprensa local, tal era a freqüência com que os ambientalistas davam publicidade aos fatos. Destacam-se as matérias publicadas sobre a campanha de Bodoquena com as quais uma parte da sociedade sul-mato-grossense passou a ter um novo olhar sobre o ambiente. Vale lembrar que a imprensa foi a responsável por difundir este movimento para além de Mato Grosso do Sul.

Ressalta-se que, na sociedade burguesa, a imprensa opera como um instrumento de dominação, daí a importância de discuti-la dentro desses interesses. Eis aí um tema que merece ser estudado com mais profundidade.

A partir de agora, serão discutidas as seguintes questões que são consideradas essenciais para a compreensão dos fatos ambientais: A) A composição social do movimento ambientalista expressa na FUCONAMS; B) A forma como a historiografia tratou a figura do primeiro líder ambientalista; C) O direito ambiental e a FUCONAMS e, D) Os conceitos de preservação e conservação da natureza.

A) A composição social do movimento ambientalista expressa na FUCONAMS.

Nesse item, busca-se abstrair do interior das lutas em defesa do meio ambiente os motivos econômicos que levaram os pioneiros a começarem o movimento ambientalista no Estado. As questões ambientais discutidas sob o ponto de vista da sociedade burguesa não explicam as relações de produção da natureza. Essas discussões não evidenciam (e nem é do interesse do discurso dominante que isto aconteça) os determinantes da caça e da pesca predatórias, bem como os da disputa entre segmentos da burguesia sul-mato-grossense e o grupo que pretendia instalar a usina de álcool em parte do ambiente pantaneiro. Foi daí que emergira a FUCONAMS e a campanha de Bodoquena que colocava em xeque a produção de alguns empresários rurais do Pantanal.

Já no seu processo de criação, a FUCONAMS atraiu para si representações de grupos de diferentes origens. Na campanha de Bodoquena, os registros indicam que houve uma composição de uma fração da burguesia rural local, expressão de lideranças econômicas e políticas, de uma fração da pequena e média burguesia comercial e uma infinidade de organizações sociais. E, como tal, a luta pelo domínio do capital moveu partes das camadas dominantes a integrarem-se à FUCONAMS, buscando apoio para defender seus interesses. Embora o impulso à campanha de Bodoquena tenha sido dado por parte das camadas dominantes que se envolveram na luta, a FUCONAMS teve o mérito de reunir uma diversidade de organizações da sociedade civil e de ser reconhecida como um grande espaço de lutas ambientalistas no Estado.

A FUCONAMS teve uma atuação marcante no início do movimento ambientalista e continuou a desempenhar seu trabalho em defesa do meio ambiente, mesmo no período em que passou por um grande esvaziamento. Hoje, a entidade ainda é respeitada pelas gerações que a sucederam no exercício da primazia do movimento ambientalista em Mato Grosso do Sul.

Desde os seus primórdios, a luta em defesa do ambiente rural marcou o ambientalismo no Estado. O próprio Astúrio Ferreira dos Santos inseriu-se na luta em defesa do meio ambiente face à invasão de pescadores predadores em sua chácara, como já fora mencionado. Comprometido com a defesa do ambiente desde a época do Estado de Mato Grosso, antes de sua divisão, reunia as



características ideais para estar à frente da campanha. Assim foi que Astúrio Ferreira dos Santos, que emergira da sociedade civil, tornou-se o coordenador da campanha de Bodoquena. As entrevistas e os registros pesquisados sugerem que o fato de Astúrio Ferreira dos Santos ter assumido esse papel tenha resolvido a questão da coordenação do movimento, pois as lideranças econômicas e políticas não tinham interesse em estar à sua frente.

A participação de Arnaldo de Oliveira, proveniente do meio acadêmico, na coordenação da campanha de Bodoquena, como diretor da SBB, Seccional Regional/MS, concorreu para que a luta fosse embasada em argumentos científicos, elaborados por pesquisadores, como José Lutzenberger e Mário Schemberg. Além desses, encontram-se, ainda, aqueles que disponibilizaram seus conhecimentos acerca do Pantanal por meio da imprensa de outros estados, como José Galizia Tundisi e Aziz Ab'Sáber, por exemplo.

Com o envolvimento de Astúrio Ferreira dos Santos, da sociedade civil, e Arnaldo de Oliveira, do meio acadêmico, formou-se a conjuntura que deu início ao amplo movimento contra o Projeto Bodoquena. Ao mesmo tempo em que a FUCONAMS, por meio do Comitê de Defesa do Pantanal, dava as diretrizes da campanha, ela atraía e aglutinava manifestações de entidades locais, de outros estados e de outros países. Todavia, quando a campanha de Bodoquena findou, após a vitória dos ambientalistas, as lideranças econômicas e políticas, ao verem seus interesses econômicos assegurados, recuaram. Observou-se, também, nas entrevistas e nos registros que, através da campanha de Bodoquena, alguns políticos sul-mato-grossenses ingressaram no movimento ambientalista. Por certo, a participação de políticos na luta em defesa do meio ambiente significou uma oportunidade, uma vez que ampliou o campo de ação deles junto à população.

Aos fatores que provocaram o esvaziamento da FUCONAMS, como as divergências no seu interior, a volta de Arnaldo de Oliveira para a UFMS, a saída de Astúrio Ferreira dos Santos e de João Pedro Cuthy Dias para o governo do Estado, acrescenta-se, ainda, o fato de não terem ocorrido novas disputas entre diferentes frações da burguesia. Daí, até o final de 1989, a FUCONAMS perdeu o poder de fazer convergir para si as lutas ambientalistas de Mato Grosso do Sul, ao contrário do que ocorrera nos primeiros anos de atuação.

A não ser pela reportagem na imprensa local sobre o episódio das usinas de álcool no Pantanal de Mato Grosso, que citava o nome de Francisco Anselmo Gomes de Barros, presidente, de Joel Rabelo da Silva, secretário e de Jorge Gonda, tesoureiro, os demais registros revelaram que, em decorrência do esvaziamento que caracterizou o segundo momento da FUCONAMS, as manifestações ambientalistas concentraram-se na figura de Francisco Anselmo Gomes de Barros.

Outro ponto que merece ser considerado é a forma de adequação ao movimento ambientalista dos governos de Pedro Pedrossian e Wilson Barbosa Martins, para definir a relação que manteriam com a FUCONAMS. O governador Pedro Pedrossian teve dois mandatos em Mato Grosso do Sul. O primeiro, por indicação do Governo Federal para substituir o governador Marcelo Miranda Soares. O segundo, através de eleição, levou-o a governar o Estado de 1991 a 1994. Já o governador Wilson Barbosa Martins foi eleito para dois mandatos, de 1983 a 1986 e de 1995 a 1998. O estudo de algumas ações públicas, referentes ao meio ambiente, desenvolvidas pelos dois governadores, sugere que ambos são defensores da sociedade burguesa e que se alternavam no poder, contudo, possuem uma forma de atuação diferente. O governador Wilson Barbosa Martins é oriundo de uma das famílias da burguesia rural local, diferindo do governador Pedro Pedrossian que era de origem urbana. Wilson Barbosa Martins esteve entre aqueles que tiveram seus direitos políticos cassados à época do governo ditatorial e se consolidou como uma das lideranças democráticas do Estado.

Os dois governadores divergiam em alguns aspectos quanto à forma de conduzir as políticas públicas ambientais. Os registros apontaram que, quando Pedro Pedrossian representava o Estado, como senador, posicionou-se contra o Projeto Bodoquena. O que não ocorreu, no seu primeiro mandato, quando foi a favor da implantação da usina de álcool. Ele só aderiu ao movimento contra o Projeto Bodoquena, quando percebeu que os ambientalistas envolvidos na campanha de Bodoquena tinham congregado na FUCONAMS as forças sociais que exprimiam a vontade popular. Com isso, demonstrou uma certa incoerência nos seus princípios. De acordo com as fontes pesquisadas, Wilson Barbosa Martins, no seu primeiro mandato, inseriu componentes da FUCONAMS nos quadros de seu governo. Assim sendo, o governador, que esteve entre as

lideranças civis, formou por cooptação,<sup>19</sup> sua equipe de assessoria ambiental. Com o ajuste da FUCONAMS à administração estadual, o governador ampliou a participação da sociedade civil.

Para desvelar a situação de ajuste que o governo estadual estabeleceu com a FUCONAMS, buscou-se apoio teórico na obra “Maquiavel, a política e o estado moderno”, do pensador Antonio Gramsci. Sua concepção de Estado implica em “[...] Estado = sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia revestida de coerção.” (GRAMSCI, 1968, p. 149). Ele assinala em um trecho da obra citada que “[...] na realidade fatural, sociedade civil e Estado se identificam [...]” (GRAMSCI, 1968, p. 32). Logo, essa diferença é apenas uma “distinção metódica” e não uma “distinção orgânica”. Com base nesse exame minucioso de Antonio Gramsci, deduz-se que a sociedade política e a sociedade civil são complementares. Na sociedade política estão localizados os aparelhos de repressão e na sociedade civil estão os aparelhos que, por meio de organizações sociais, elaboram e difundem a ideologia dominante para o conjunto da sociedade.

Baseando-se no conceito de Antonio Gramsci<sup>20</sup> acerca de sociedade política e sociedade civil, discute-se agora um dos mecanismos de controle que a administração de Wilson Barbosa Martins utilizou para estabelecer as políticas ambientalistas de consenso entre o governo e a FUCONAMS. É considerado como um mecanismo de controle o fato do governador inserir lideranças da FUCONAMS em seu governo. Com esta medida adotada, Wilson Barbosa Martins buscou fazer uma adequação do governo ao movimento ambientalista como “[...] um modo de temperar os impulsos da base com o comando da cúpula, [...]” (GRAMSCI, 1968, p. 83).

Na medida em que os fatos ambientais iam requerendo decisões políticas, o governo estabelecia relações com a FUCONAMS de acordo com as demandas. Quando a instância governamental requeria apoio da FUCONAMS, apelava para ações conjuntas, o que não acontecia quando as ações prescindiam de sua legitimação. É o que ocorreu em dois episódios: o primeiro, quando o governo

---

<sup>19</sup> O termo aqui é utilizado de acordo com um dos significados que lhe atribuiu o Dicionário de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira. “Cooptar – Escolher ou unir-se a (alguém), como companheiro, parceiro ou cúmplice, para um empreendimento ou ação conjunta. (FERREIRA, 1986, p. 472).

<sup>20</sup> Antonio Gramsci utilizava o termo Estado para designar sociedade política.

estadual não chamou a FUCONAMS para discutir o anteprojeto do parque ecológico do Parque dos Poderes. Depois de concluído o anteprojeto, a FUCONAMS esteve entre as entidades ambientalistas que se organizaram para questionar e exigir uma posição do governo, porém, não liderou o processo. No segundo episódio, o das usinas de álcool de Mato Grosso, a FUCONAMS capitaneou a campanha e recebeu adesão do governador Wilson Barbosa Martins.

Seguindo a análise do pensamento gramsciano de que sociedade política e sociedade civil se identificam, a estrutura ambiental governamental, combinando elementos da FUCONAMS com elementos do governo, serviu antes para o governo obter o consenso dos ambientalistas para implantar e/ou desenvolver políticas públicas ambientalistas. Isso era imprescindível na garantia do poder do grupo dominante.

Os relatos indicam que, no período em que a FUCONAMS esteve enfraquecida, ela foi instrumentalizada por grupos dominantes, sem qualquer possibilidade de contestação da ordem social. Desde o seu nascimento, a FUCONAMS estabeleceu uma relação ambígua com o Estado. Por ocasião da segunda reunião, realizada pelo grupo ambientalista, em dezembro de 1979, período em que governava o Estado, Marcelo Miranda Soares, Flávio Américo dos Reis, presidente do INAMB, atribuiu a este órgão a idéia da criação de uma associação ambientalista. Fato que foi registrado na ata da reunião.

Se o movimento ambientalista estadual for analisado com base na afirmação de Flávio Américo dos Reis, poder-se-á entender que o INAMB desempenhou o papel de motivar a sociedade civil a lutar pela organização de uma entidade ambientalista. Ora, esta não era e nem é função do Estado. É certo que o ambientalista Flávio Américo dos Reis, conhecido pelas ações contra degradadores da natureza, mesmo antes de ter ido para o INAMB, é um dos pioneiros do movimento ambientalista em Mato Grosso do Sul. Entretanto, em momento algum aparece nos registros o governo chamando para si a organização da FUCONAMS. Percebe-se que este texto da ata tenha criado constrangimentos para o grupo pioneiro, visto que Astúrio Ferreira dos Santos, que tinha reconhecido Flávio Américo dos Reis como uma figura atuante na luta ambientalista, sempre defendeu que o movimento era da sociedade civil. Por isso, ao se dar conta de tal registro em ata, se surpreendeu.

Quando a FUCONAMS saiu de sua grande luta, Wilson Barbosa Martins, chefe do Estado, começou a assumir posturas diferentes daquelas que defendia no Comitê de Defesa do Pantanal. As fontes dão a entender que Wilson Barbosa Martins, ao passar para a liderança estadual, buscou controlar as ações ambientalistas que a FUCONAMS poderia desenvolver durante o seu governo. Isso acabou criando sérios entraves ao desempenho da entidade, como fora mencionado no episódio do anteprojeto do parque ecológico do Parque dos Poderes. Enfraquecida e sem muita alternativa, a FUCONAMS limitou-se a participar, em conjunto com outras ONGs ambientalistas e sociais, de discussões e das lutas em defesa do meio ambiente.

Só que esta não era a sistemática de operar da FUCONAMS, uma vez que a entidade emergiu do próprio movimento ambientalista, ao mesmo tempo em que fazia convergir suas lutas para a mobilização de forças sociais. Tais circunstâncias concorreram para o surgimento de outras ONGs ambientalistas no Estado. Na medida em que iam acontecendo problemas ambientais, iam sendo criadas ONGs ambientalistas para as lutas, com diferentes ramos de atuação; algumas bem específicas, como a SODEPAN, a ASPADAMA, e outras, como a ECOA, que abriu várias frentes de atuação ambientalista.

Também contribuíram com o processo de criação de novas ONGs ambientalistas no Estado as divergências havidas no interior da FUCONAMS, quando um grupo pretendeu profissionalizar a entidade. Algumas entrevistas indicaram que, à medida que se intensificavam as divergências de opiniões, iam surgindo dissidências entre os seus componentes. Foi quando uma figura se assenhorou da marca e fundou a ONG ambientalista, o Comitê Pró Defesa do Pantanal. No que se refere ao desempenho do Comitê Pró Defesa do Pantanal, Astúrio Ferreira dos Santos afirmou que ele “[...] foi usado para outros fins não condizentes com o passado de lutas e com a finalidade que foi criado, perdendo a credibilidade da opinião pública e política.” (Cf. Entrevista realizada em 10 jan. 2004).

Restou à FUCONAMS um espaço para desenvolver ações pontuais, salvo a luta das usinas de álcool de Mato Grosso. Cada uma das ONGs ambientalistas se empenhava em suas causas, o que deu a entender que houve uma “divisão do trabalho político” (GRAMSCI, 1968, p. 31). Desta forma, em vez do movimento fortalecer a FUCONAMS, ele favoreceu o enfraquecimento da entidade e a

fragilização do movimento ambientalista em Mato Grosso do Sul, e, por conseguinte, a atomização das forças ambientalistas.

Ao longo da pesquisa, detectaram-se dois fatores que mostram que a FUCONAMS não pode ser vista e analisada em si mesma, no seu modo de operar, pois outras questões foram determinantes na direção de suas ações. Um deles está ligado às ações de exploração capitalista da natureza e o outro às redes de ONGs ambientalistas. Fez-se uma reflexão sobre o segundo, as redes de ONGs ambientalistas, uma vez que o primeiro já fora discutido.

É inquestionável, nos dias de hoje, o forte poder de negociação e de representatividade das redes de ONGs ambientalistas nacionais e internacionais frente às políticas ambientais. Na realidade, as redes de ONGs ambientalistas constituem mais uma estratégia que o movimento ambientalista criou para influenciar decisões públicas e privadas acerca do uso ambiental e social dos recursos naturais. Tal estratégia fez com que ECOA, FUCONAMS, SODEPAN e outras ONGs ambientalistas começassem a fazer parte dessas redes.

A posição da FUCONAMS no movimento ambientalista do Estado, hoje, difere daquela que vigorou na primeira década de sua existência, haja vista que a entidade não está mais à frente de amplas campanhas ambientalistas como esteve por ocasião da luta de Bodoquena. Contudo, a FUCONAMS passou a ser uma referência ao movimento ambientalista do Estado, mesmo não assumindo posições de linha de frente no ambientalismo, como faz a ECOA, que participa da coordenação de grandes redes nacionais e internacionais. Alcides Bartolomeu Faria, além de presidente da ECOA, também faz parte da coordenação da Coalizão Rios Vivos.<sup>21</sup> Este fato destaca a ECOA das demais ONGs ambientalistas que não se profissionalizaram, tal qual a FUCONAMS. O site da Rios Vivos é um importante canal de comunicação da ECOA com as ONGs ambientalistas nacionais e internacionais.

A ECOA, interligada às redes nacionais e internacionais, via internet, possui equipamentos de informática, fax, algumas militâncias contratadas e recebe apoio de organismos financeiros de cooperação internacional, como a International Development Research Center (IDRC), Global Environmental Facilit

---

<sup>21</sup> A Rios Vivos é uma coalizão de ONGs e comunidades que atuam diretamente com a mobilização das comunidades tradicionais e indígenas na defesa de seus ecossistemas. Seus

(GEF), Organização dos Estados Americanos (OEA), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN). Vale informar que os convênios de cooperação internacional prevêm um tempo para a execução dos projetos socioambientais.

Como a ECOA é, entre as ONGs ambientalistas de Mato Grosso do Sul, a melhor estruturada e mais competente politicamente, qualquer movimento feito pelos ambientalistas contra projetos ambientais, sobretudo aqueles que envolvem grupos de poder, fatalmente terá que ter o apoio desta entidade. Desse modo, os registros indicam que a ECOA, face a um grande problema ambiental no Estado, reúne as ONGs ambientalistas para empreenderem uma luta, exercendo, desta forma, a sua hegemonia.

Outra forma de atuação de algumas ONGs ambientalistas, que vêm se consolidando no país e em Mato Grosso do Sul, é o seu envolvimento em parcerias governamentais. Em virtude da insuficiência e da inoperância do Estado em várias questões “[...] as ONGs ambientalistas têm buscado ocupar esse espaço deixado pelo Estado, [...]” como afirmou Walter Santos, consultor ambiental. (Cf. Entrevista realizada em 12 nov. 2002).

A combinação de acontecimentos, como o desmonte da estrutura pública da sociedade capitalista e a própria organização das entidades que lutam em defesa do meio ambiente, está criando condições para que as ONGs ambientalistas dêem diretrizes às políticas ambientais. E, como assinalou a pesquisadora científica professora doutora Ana Lúcia Valente, se transformem em “braços do Estado”. (VALENTE) [19—]. Isso implica na perda de parte da independência que marcou a ação política das entidades no seu início. Época em que a denúncia da degradação ambiental “[...] foi o motor implícito ou explícito do ambientalismo brasileiro [...]” (VIOLA, 1991).

As conclusões teóricas de Antonio Gramsci de que a distinção entre sociedade civil e sociedade política é “metódica” sugerem que as parcerias que as ONGs ambientalistas estabelecem com os governos significam um ajuste entre estas. Uma vez que a sociedade capitalista é dinâmica e na medida em que vão surgindo novas necessidades, ela própria cria movimentos para manter o poder burguês.

A Aguapé – Rede Pantanal de Educação Ambiental envolve a ECOA, a UFMS, o Instituto do Meio Ambiente do Pantanal/SEMA, Mulheres em Ação do Pantanal (MUPAN), o Instituto Brasileiro de Inovações Pró–Sociedade Saudável do Centro–Oeste (IBISS-CO). Ela desenvolve um trabalho de educação ambiental junto aos municípios pantaneiros de Mato Grosso do Sul e de Mato Grosso e veicula importantes informações socioambientais por meio da Revista Aguapé. De acordo com Allison Ishy, componente da ECOA, a Revista começou a circular em fevereiro de 2003.

B) A forma como a historiografia tratou a figura do primeiro líder ambientalista.

Outra reflexão para a qual a pesquisa conduziu foi a forma como a historiografia, quase sempre, trata figuras que se destacam em um fato social. No caso da FUCONAMS, a obra “O Paladino do Pantanal”, de autoria de Reginaldo Alves de Araújo, representou um apoio bibliográfico neste trabalho por ter sido o primeiro registro síntese das principais ações de Astúrio Ferreira dos Santos. O autor inicia o texto com informações sobre o ambiente pantaneiro. Também elenca os danos causados pela ocupação humana nesse ambiente, por meio da caça e pesca predatórias, do garimpo, da mineração, da plantação de soja, do turismo desordenado e de outras atividades degradadoras do meio ambiente. Com uma linguagem de fácil compreensão, Reginaldo Alves de Araújo presta uma contribuição à sociedade, especialmente para aqueles que não estão familiarizados com um ecossistema tão diverso.

A narrativa discorre sobre os acontecimentos que permearam a vinda de Fidelis Ferreira dos Santos, pai de Astúrio Ferreira dos Santos, do Rio Grande do Sul para a região de Nioaque, na década de 30, até a mudança para Campo Grande. Prossegue fazendo um relato dos fatos da vida de Astúrio Ferreira dos Santos com a família, enfocando: a sua forma de produção, a trajetória ambiental feita a partir do abaixo-assinado, que denunciou a caça e a pesca predatórias, em março de 1978; a criação da FUCONAMS, em finais de 1979; o Comitê de Defesa do Pantanal, de 1980 a 1982; a atuação no INAMB e a criação da ASPADAMA. Na obra, o autor faz observações quanto à participação de Arnaldo de Oliveira e da Maçonaria na campanha de Bodoquena, à reportagem do Programa “O Globo Rural” sobre a mesma campanha, bem como a alguns acontecimentos dos



primórdios do ambientalismo de Mato Grosso do Sul. Também, assinala que políticos e empresários, na campanha de Bodoquena, defendiam a idéia de que a base econômica do Pantanal deveria “[...] continuar sendo a agropecuária, com predominância da criação de gado, [...]” (ARAÚJO, 2002, p. 83).

A começar pelo título “O paladino do Pantanal”, a leitura dessa obra sugere que não houve por parte do autor uma preocupação em investigar as forças econômicas que integraram o movimento ambientalista, pois, de fato, o principal foco da narrativa foi Astúrio Ferreira dos Santos. Curioso é que Astúrio Ferreira dos Santos era consciente dos problemas que adviriam da monocultura da cana-de-açúcar. Como ele era um dos coordenadores do movimento, não lhe faltaram subsídios ambientais, uma vez que a campanha de Bodoquena e outras lutas receberam argumentos teóricos da comunidade científica.

Do destaque que o autor dá à figura de Astúrio Ferreira dos Santos infere-se que foi feita uma abordagem messiânica que tendeu a enfatizar as características pessoais de Astúrio Ferreira dos Santos como “arrojado”, “entusiasmado”. Por conseguinte, o texto não apresenta fatos que desvelariam a realidade ambiental. Mesmo quando Reginaldo Alves Araújo alude à continuidade da agropecuária com predomínio do gado, não faz referências à disputa que houve entre empresários da produção da cana-de-açúcar e da pecuária. Também não menciona qualquer associação entre fatores econômicos e ambientais por ocasião da elaboração do abaixo-assinado de 1978. Para clarear essa forma de tratar os acontecimentos, faz-se uso do seguinte texto da obra “A ideologia alemã”, de Karl Marx e Friedrich Engels:

Toda concepção histórica, até o momento, ou tem omitido completamente esta base real da história, ou a tem considerado como algo secundário, sem qualquer conexão com o curso da história. Isto faz com que a história deva sempre ser escrita de acordo com um critério situado fora dela. A produção da vida real aparece como algo separado da produção da vida comum, como algo extra e supra-terrestre. Com isto, a relação dos homens com a natureza é excluída da história, o que engendra a oposição entre natureza e história. Conseqüentemente, tal concepção apenas vê na história as ações políticas dos príncipes e do Estado, as lutas religiosas e as lutas teóricas em geral, e vê-se obrigada, especialmente, a *compartilhar*, em cada época histórica, a *ilusão dessa época*. ( MARX ; ENGELS, 1986, p. 57).

Com base nesta concepção da história, foi possível ter uma idéia exata de como a historiografia trata os acontecimentos do ponto de vista das classes dominantes. Nela, excluem-se as relações sociais que estão implícitas na exploração econômica da natureza. Os fatos são relatados com o foco em uma figura, em uma instituição, ou em um segmento político ou social, são discutidos como se a criação social da natureza não fosse fruto da relação entre capital e trabalho. Deduz-se daí que Reginaldo Alves de Araújo não se propôs desvelar a origem dos conflitos ambientais. Todavia, cumpriu a função para a qual a obra foi escrita, a de fazer uma síntese das principais lutas ambientais coordenadas por Astúrio Ferreira dos Santos.

Esta concepção da história não considera a interdependência dos elementos naturais nem as imposições do capital na devastação dos recursos naturais, como assinalam Karl Marx e Friedrich Engels, na obra “A ideologia alemã”, acerca dos fatores intrínsecos à sobrevivência do peixe:

A “essência” do peixe do rio é a água de rio; contudo, esta água deixa de ser sua “essência” quando se torna um meio de existência que não mais lhe convém, tão logo o rio sofra a influência da indústria, tão logo seja poluído por colorantes e outros dejetos, tão logo navios a vapor naveguem pelo rio, tão logo suas águas sejam dirigidas para canais onde simples drenagens podem retirar do peixe seu meio de existência. (MARX & ENGELS, 1986, p. 63-64).

Ao mesmo tempo que os dois pensadores colocam em evidência todos os elementos inerentes à sobrevivência do peixe, demonstram que uma indústria sem qualquer controle em sua operação pode causar a poluição de um rio suposto e, por conseguinte, provocar a diminuição do seu curso d’água. Pois, a água do rio ao receber os detritos industriais sem tratamento deixa de cumprir uma de suas funções na natureza, a de ser a “essência” do peixe. Nesse ambiente, são comprometidas a vida da fauna e da flora aquáticas, além de prejudicar a vida das comunidades que dali retiram seu sustento. Embora o assunto discutido por Karl Marx e Friedrich Engels se refira ao século XIX, é importante chamar a atenção para o fato de que esta questão não é uma especificidade do século citado ou de outros séculos, mas do modo de produção capitalista. Por isso, em pleno século XXI, a sociedade convive com problemas dessa origem.

Os dois textos de Karl Marx e Friedrich Engels desvendam a teia que envolve as relações socioambientais e o tratamento excludente da historiografia. Em geral, a narrativa de acontecimentos em que se desloca o foco de análise da realidade histórica para uma figura, ou seja, a qualquer forma de representação, acaba produzindo soluções mágicas. Seguindo a linha de raciocínio dos dois pensadores acerca da concepção da história, o pesquisador científico professor doutor Gilberto Luiz Alves, em sua obra, “Mato Grosso do Sul: o universal e o singular”, assinala que: “O singular é a manifestação, no espaço convencionado, de como leis gerais do universal operam dando-lhe uma configuração específica. Universal e singular, nessa perspectiva, são indissociáveis.” (ALVES, 2003, p. 28).

Tomando por base a indissociabilidade das categorias científicas, universal e singular, elencadas pelo pesquisador, verifica-se nessa investigação que o processo de construção do conhecimento acerca da FUCONAMS e do movimento ambientalista não deve se ater aos elementos que singularizam a entidade, para não incorrer em deduções apaixonadas, a saber: “A FUCONAMS enfraqueceu porque o presidente age de tal maneira”; “Tal presidente e tal integrante da FUCONAMS conseguiram envolver diferentes segmentos da sociedade nas lutas ambientais”; “Eu sou um pantaneiro e não fui incluído nessa luta do Pantanal”; “Ah! Ele nunca me convidou para nada”; “Não sei o que aconteceu, eles me abandonaram” e, outras.

Sem dúvida, informações dessa natureza concorrem para acirrar a divisão entre os indivíduos que lutam em defesa do mesmo ambiente. Só depois de um exame minucioso que pôs em evidência o capital como fator determinante da exploração de áreas de recursos naturais em Mato Grosso do Sul, foi possível construir passo a passo um conhecimento da FUCONAMS e do movimento no Estado. Foi em função do capital que frações da pequena e média burguesia criaram a FUCONAMS, quando viram suas propriedades serem invadidas. Também foi o capital que determinou a disputa entre frações da burguesia local e o grupo empresarial que pretendia instalar a usina de álcool em Bodoquena.

Assim sendo, para desvelar o modo de operar da FUCONAMS, foi necessário entender as lutas em defesa de algumas áreas naturais degradadas e/ou a serem preservadas no Estado, como uma manifestação da forma como os recursos naturais foram e/ou estão sendo explorados para acumulação capitalista.

### C) O direito ambiental e a FUCONAMS.

Antes de fazer um exame sobre o direito ambiental, é importante esclarecer que este assunto não foi tratado com profundidade, por não constituir o objeto desta pesquisa, mas poderá ser estudado com base em pensadores que discutem a função do direito na sociedade. Contudo, pelo fato do assunto ser atual, é relevante essa alusão. Primeiramente, faz-se uma discussão sobre o aspecto do não cumprimento da legislação. É o que se observa na correspondência da Fundação para Conservação da Natureza de Mato Grosso do Sul (FUCONAMS) ao Presidente João Baptista de Oliveira Figueiredo, aludindo que

[...] a cada dia que passa, noticiam-se desastres ecológicos onde existem as usinas de álcool. Nesse sentido, as leis do meio ambiente são desrespeitadas, sendo mais fácil aos industriais pagar irrisórias multas e continuar poluindo e destruindo os recursos naturais [...] (COMITÉ DE DEFESA DO PANTANAL, 12 fev. 1981).

Tal questão não está restrita aos tempos atuais, como essa situação que ocorreu na década de 80. O mesmo problema foi colocado no século XIX, por Karl Marx, na obra “O capital”, na discussão que faz sobre a legislação fabril.

O lucro extra que se pode obter com o trabalho além do tempo legal parece ser uma tentação demasiadamente grande para os fabricantes a ela resistirem. Eles contam com a probabilidade de não ser descobertos e acham que, se o forem, o pequeno valor da multa e das custas judiciais assegura-lhes um saldo lucrativo. (MARX, 1982, p. 274).

É certo que a legislação fabril, a que se referiu o texto, é válida para aquela forma de produção da vida material, que vigorou no século XIX. Embora os dois textos sejam de origens e até de épocas distintas, por isso incomparáveis, se identificam. Pois, o mesmo motivo, a corrida pelo lucro, moveu capitalistas do século XIX e da década de 80, século XX, a não quererem cumprir a lei, não se importando com as repercussões no meio natural e social. Esta é uma questão que está intrínseca no modo de produção capitalista, por isso tem perpassado séculos. Já Francisco Anselmo Gomes de Barros, na obra “Terra, até quando?”,

expressa sua preocupação em relação à forma como a propriedade privada era resguardada:

Do ponto de vista ecológico o que nos fere não é a arrogância do latifúndio ou do minifúndio, o que fere a todos nós é o direito de propriedade, onde os mais bárbaros crimes são cometidos contra à natureza sem que se possa fazer nada porque a propriedade é privada. Este direito se sobrepõe ao direito do cidadão e por isso, constitui-se uma afronta à sociedade e aos poderes constituídos. (BARROS, F., 1992, p. 52).

Desse modo, o ambientalista ressalta as dificuldades de fiscalização ambiental nas propriedades privadas, sem antes mencionar a legislação do Código Florestal que vigorava desde 1965. Ocorre que, quando se trata de elementos naturais, não dá para efetuar a divisão particular e público. É o que explica o direito ambiental, consagrado no artigo 225 da Constituição Federal: “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, [...]” (BRASIL, Constituição 1988, p. 127).

Sobre o referido direito, maiores esclarecimentos foram buscados na obra “Manual do Direito Ambiental”, do pesquisador científico, doutorando em direito ambiental, Luís Paulo Sirvinskas. Ele afirma que o direito ambiental “ [...] é a ciência jurídica que estuda, analisa e discute os problemas ambientais e sua relação com o ser humano, [...]” (SIRVINSKAS, 2002, p. 23). O direito ambiental não pertence à categoria de interesse privado ou de interesse público. “Cuida sim, de interesse pertencente a cada um e, ao mesmo tempo, a todos.” (SIRVINSKAS, 2002, p. 23). Para o pesquisador científico, são aqueles interesses que estão dispersos e difusos, em uma zona intermediária entre o público e o privado.

É o que ocorre com as propriedades particulares localizadas na bacia de um rio em que um de seus tributários foi canalizado sem a mínima consideração pelos elementos naturais e sociais a ele subjacentes e sem estudos prévios. Os estragos atingirão o suposto curso d’água na sua extensão e repercutirão nessas propriedades. Desse modo, os bens naturais, que são transfronteiriços, são de interesses difusos, pois dizem respeito a diversos tipos de pessoas, grupos, enfim, a toda coletividade.

Na observação feita por Francisco Anselmo Gomes de Barros sobre a dificuldade de se adotar mecanismos de fiscalização do uso de recursos naturais, localizados em propriedades particulares, está embutida a noção de direito ambiental. Vale lembrar que à época, o direito ambiental não estava consolidado como uma parte do direito.

O fato de existir uma legislação ambiental para defender interesses difusos não tem garantido que, por imposição do capital, não se destruam recursos naturais de forma arrasadora. Por isso, é necessário que as crianças e toda a comunidade conheçam os benefícios do uso sustentável para se garantir a qualidade do ambiente.

Nesse sentido, o princípio do desenvolvimento sustentável, ao visar ao uso racional do bem natural, pode ser mais forte que a própria lei, pois requer mudanças de postura. Pequenas ações destruidoras, que hoje parecem insignificantes, amanhã poderão se transformar em danos ambientais irreparáveis. Aqueles passíveis de reversão, por certo, exigirão o uso de tecnologias sofisticadas e de altíssimo custo. Entretanto, não basta só conhecer o ambiente natural, é necessário que o conjunto da sociedade se aperceba das formas de exploração do recurso natural e de exploração social que implicam na produção histórica da natureza.

#### D) Os conceitos de preservação e conservação da natureza.

Para discutir os conceitos de preservação e conservação, foram utilizadas as contribuições teóricas dos pesquisadores científicos de Campo Grande, Maria Eugênia Carvalho do Amaral e Osni Correa de Souza. A discussão inicia-se com um trecho de uma entrevista realizada com Osni Correa de Souza, na qual ele discorreu sobre as mudanças ambientais ocorridas no Pantanal, em função do tempo e da pecuária de corte:

O fato, para mim fica claro quando considero que a escala de tempo requerida para a ocorrência de mudanças ambientais é muito maior que aquela imposta pelas condições econômicas da atividade produtiva, nesse caso a pecuária de corte. Por muito tempo, os pantaneiros não tiveram a necessidade de alterar o ambiente pantaneiro para adequar sua produção à economia vigente. Durante esse tempo, a manutenção de baixo volume de biomassa das gramíneas (supondo que o boi consome na mesma taxa de crescimento das gramíneas), de fato mantém melhores

condições de manutenção da biodiversidade tanto de espécies como genética como de habitats. Assim, exceto onde havia inundações permanentes, a estrutura do pantanal (formações vegetais) eram mantidas em ótimas condições. (Cf. Entrevista realizada em 15 jan. 2004).

Quando Osni Correa de Souza asseverou que, “por muito tempo os pantaneiros não tiveram a necessidade de alterar o ambiente do Pantanal para adequar sua produção à economia vigente”, forneceu subsídios para compreender o ponto de vista de Abilio Leite de Barros acerca dos 200 anos de ocupação sem degradação do Pantanal da Nhecolândia e do seu entorno. Para Osni Correa de Souza “[...] mais recentemente, a mudança econômica da produção pecuária pantaneira tem sido a chave para a alteração desse ciclo de conservação que durou dois séculos.” (Cf. Entrevista realizada em 15 jan. 2004). Logo, a forma de convivência como alguns fazendeiros estabeleceram com os recursos naturais do Pantanal, até a década de 70, não provocou desordem nas suas formações vegetais.

Sem dúvida, a conservação desse recurso natural foi uma das condições que possibilitaram a exploração econômica, através do turismo, de áreas naturais do Pantanal. De fato, o turismo passou a constituir mais uma alternativa econômica de alguns fazendeiros e contribuiu para que populações de diversos continentes se interessassem por conhecer o Pantanal.

Fazendo uma retrospectiva do movimento ambientalista de Mato Grosso do Sul, desde o princípio, verifica-se que o Pantanal tem sido a arena das lutas travadas entre aqueles que se empenham nas lutas pela conservação e preservação e aqueles interessados apenas na exploração econômica. A respeito da preservação e conservação do Pantanal, Osni Correa de Souza fez a seguinte análise:

Agora considerando as diferentes versões do uso e preservação do pantanal. Primeiro eu não sou adepto do termo preservação quando usado para ambientes em processo evolutivo de formação como é o caso do Pantanal. Considero o Pantanal em fase de construção exatamente pelo processo contínuo de transferência de sedimentos dos planaltos em maior ou menor volume, mas é processo natural contínuo. Com isso, sempre vamos ter alterações na estrutura da vegetação, árvores vão morrer e serem substituídas por outras mais adaptadas a condições recentes. Portanto não conseguiríamos preservar nada. Se os organismos vivos tem vida limitada, não podem ser preservados, mas sim

conservados de forma a manter seus habitats inalterados por maior período de tempo. (Cf. Entrevista realizada em 15 jan. 2004).

Assim sendo, o Pantanal está em processo de formação, pois o ambiente ainda está se fazendo. Entretanto, Osni Correa de Souza chamou a atenção para esta posição defendida por muitas ONGs ambientalistas para as quais, “[...] qualquer alteração da vegetação do pantanal, como a formação de pastagens cultivadas ou uso de queimadas são prejudiciais e contrárias à ‘preservação’ do pantanal.” (Cf. Entrevista realizada em 15 jan. 2004). Por isso, existem ONGs ambientalistas que defendem o Pantanal de qualquer tipo de ação de exploração econômica dos recursos naturais. Do mesmo modo, alguns integrantes da SODEPAN, pertencentes às famílias pioneiras, enfatizaram que o Pantanal começou a perder suas características quando passou a receber fazendeiros com outros costumes.

Por constarem das fontes pesquisadas com certa frequência, vale destacar que a conservação dos recursos naturais visa às práticas conservacionistas com desenvolvimento sustentável, e a preservação dos recursos naturais visa a sua proteção integral. De acordo com Enrique Leff, na obra “O saber ambiental”, o conceito de desenvolvimento sustentável foi definido pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), criada pelo Secretário Geral da ONU, em 1984 “[...] para avaliar os avanços e os processos de degradação ambiental e a eficácia das políticas ambientais para enfrentá-los.” (LEFF, 2001, p. 19). Dessa Comissão fez parte Paulo Nogueira Neto que era o titular da SEMA/MINTER. Tendo sido liderado “[...] pela primeira-ministra norueguesa Gro Harlem Brundtland, o grupo recebeu o apelido de Comissão Brundtland.” (BRASIL, Ministério de Educação e Desporto, 1998, p. 41). Durante três anos foram efetivados estudos, debates, audiências públicas, e, ao final, o “[...] relatório foi lançado em 1987, com o nome de “Nosso Futuro Comum” (Our Common Future).” (BRASIL, Ministério de Educação e Desporto, 1998, p. 41). O documento reconheceu as disparidades entre as nações e definiu o desenvolvimento sustentável como ‘um processo que permite satisfazer as necessidades da população atual sem comprometer a capacidade de atender as gerações futuras.’ (LEFF, 2001, p. 19). O discurso do desenvolvimento sustentável tornou-se oficial e foi legitimado na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e



Desenvolvimento, a Rio 92, oferecendo uma nova perspectiva para se discutir meio ambiente e desenvolvimento.

Na FUCONAMS, Francisco Anselmo Gomes de Barros aludia à conservação ambiental quando denunciava situações de exploração da natureza. Ao se referir à natureza como “dádiva divina” e aos ecologistas “como os abnegados que exerciam suas ações como um sacerdócio”, estava implícita a abordagem preservacionista. De acordo com as fontes pesquisadas, verifica-se que, em geral, os ambientalistas, no seu cotidiano, não diferenciavam academicamente os dois termos, preservação e conservação.

Também não seguiam a definição da SEMA/MINTER, pois os termos implicam em “[...] duas linhas básicas de ação: - a conservação do meio ambiente, no que diz respeito a racionalidade do uso dos recursos naturais e preservação, no sentido de intocabilidade.” (AQUINO; MININNI-MEDINA, 2001, p. 49). Sob esta ótica, presume-se que Paulo Nogueira Neto, ao se referir ao interesse conservacionista do Comitê de Defesa do Pantanal, baseou-se na linha conservacionista da Secretaria.

Como foi anunciado no início deste ítem, discutem-se as conclusões científicas elaboradas por Maria Eugênia Carvalho do Amaral sobre os conceitos de preservação e conservação da natureza. Ela, que tem uma concepção mais voltada para a área da ecologia, revelou a distinção que há entre os dois conceitos:

Os cientistas que trabalham com ecologia evolutiva fazem uma diferenciação entre *preservação* e *conservação*. A visão que enfoca *preservação* da natureza faz um tipo de “reverência” ao recurso natural, que é intocado, é para “deixar para as gerações futuras”. É aquele sonho da Amazônia intocada. É a manutenção da biodiversidade de uma forma “sagrada”. É uma visão extremamente romântica, sem nenhum retorno social e econômico. Já a *conservação* é também a manutenção da biodiversidade, mas é possível, compreensível e viável que haja manejo, que haja desenvolvimento sustentável. Ou seja, o recurso natural está presente, continua disponível, e pode ser utilizado racionalmente. Todos os recursos oriundos dessa exploração racional são aplicados no próprio local onde o bem natural foi coletado e está sendo utilizado, manejado. O que é usado, o que é colhido, o que é feito, não interfere na biodiversidade do local e mantém-se a qualidade ambiental. Mantém-se a biodiversidade e aplica-se recursos econômicos, recursos financeiros oriundos desse manejo, no próprio local onde o recurso foi explorado. Esta é uma visão dos cientistas que trabalham com ecologia evolutiva,

não é uma questão de certo ou errado. As pessoas, os leigos, geralmente confundem *preservação* e *conservação*, usam como sinônimo. Não é que elas estejam erradas. Elas somente não conhecem a visão dos cientistas da área ou, se conhecem, não compreendem ou não se interessam em utilizar os termos adequadamente. (Cf. Entrevista realizada em 7 fev. 2004).

O que se incorporou dos conceitos de preservação e conservação ambiental é que a preservação visa à intocabilidade, à sacralização do bem natural. E a conservação visa ao desenvolvimento sustentável com retorno social e econômico para o ambiente onde está havendo o manejo do (ou dos) recurso (s). Esta forma de explicitar o significado dos dois conceitos foi essencial para a compreensão dos usos de um bem natural, em especial, porque tanto a preservação quanto a conservação visam à manutenção da biodiversidade. E, como tal, significou um foco de luz no conceito de desenvolvimento sustentável.

Os dois conceitos não foram discutidos de forma acadêmica pelos ambientalistas do Estado. Contudo, enfocavam em suas lutas o uso racional dos recursos naturais. Arnaldo de Oliveira e os demais ambientalistas de Mato Grosso do Sul mostravam à sociedade os efeitos perversos da exploração econômica enquanto mercadoria negociável.<sup>22</sup> Desta forma, quando um bem natural é convertido em mercadoria deixa de ser mediado pelo trabalho, por meio de instrumentos e técnicas, apenas para o homem “[...] tirar do seu pedaço de natureza os elementos indispensáveis à sua sobrevivência.” (SANTOS, 1998, p.7).

Partindo desse entendimento, os estudos sugerem que, em Mato Grosso do Sul, tem-se atribuído para muitas áreas naturais uma diversidade de usos econômicos, tal como na pecuária que ocorre quando, “[...] estão sendo abertas imensas áreas para pastagens no pantanal, com alteração da estrutura vegetal (desmatamentos de árvores) [...]”, como assinalou Osni Correa de Souza. (Cf. Entrevista realizada em 15 jan. 2004). Também a natureza é vista como mercadoria na produção de soja e de cana-de-açúcar, por exemplo.

Verifica-se que, no uso de um bem natural para a agricultura de cana-de-açúcar e de qualquer outra monocultura, quase sempre, não se leva em conta a

---

<sup>22</sup> Mercadoria, entendida à luz da concepção de Karl Marx, na obra “O Capital”, é “[...] um objeto externo, uma coisa que, por suas particularidades, satisfaz necessidades humanas, seja qual for a natureza, a origem delas, provenham do estômago ou da fantasia.” ( MARX, Karl. Tradução de Reginaldo Sant’Anna, 1982, p.41).

manutenção da biodiversidade. Em geral, as práticas agrícolas são desenvolvidas a partir de desmatamentos que alteram ou alteraram profundamente a estrutura vegetal no passado. Sem contar que essas práticas implicam na exploração do trabalhador.

Antes das monoculturas, certamente as comunidades humanas, vegetais e faunísticas desfrutavam dos recursos naturais. Muitas dessas áreas, outrora naturais, foram transformadas em imensos canaviais que desnudaram a natureza. Nessas áreas, os trabalhadores<sup>23</sup> sequer podem descansar à sombra de uma árvore que, no preparo da terra para o cultivo da cana-de-açúcar, fora arrancada até as suas raízes. Nessa “natureza artificializada”, desconectada de elementos que lhe eram vitais, nasce uma convivência, até hostil. (SANTOS, 1998, p.6). Pois os próprios trabalhadores que ali convivem perderam sua conexão com suas raízes.

Tem-se aí uma paisagem socioambiental que visa a exploração do bem natural por meio da força de trabalho e dos instrumentos de trabalho. Logo, expressa em si mesma o antagonismo de duas classes, uma, composta por segmentos da burguesia e outra, por trabalhadores.

Apesar de, em Mato Grosso do Sul, existirem muitas áreas naturais devastadas, deduz-se que parte da sociedade, oriunda das duas classes, mesmo sofrendo os efeitos perversos dessa exploração descabida, não possui conhecimento acerca da importância de se manter a biodiversidade para a qualidade ambiental. Essa tem sido a luta de algumas ONGs ambientalistas que desenvolvem ações junto às comunidades, considerando a biodiversidade e as práticas que elas desenvolvem no seu ambiente. Entretanto, os estudos demonstram que esse trabalho não tem conseguido transformar as formas de apropriação dos bens naturais, apesar do mérito dessas ONGs ambientalistas..

Outra questão, que está posta na relação sociedade e natureza, é que o desvelamento da produção histórica de um bem natural ao conjunto da sociedade não tem sido de interesse da parte de grupos dominantes. Isso é o que tem acontecido, mesmo com as respostas que a natureza em Mato Grosso do Sul já começou a dar ao uso irracional com que fora explorada, há algumas décadas,

---

<sup>23</sup> Trabalhadores aqui entendido como sendo os proletários, aqueles “[...] que, privados de meios de produção próprios, se vêem obrigados a vender sua força de trabalho para poder existir. (Nota de F. Engels à edição inglesa de 1888).” (MARX&ENGELS, 1888, apud. NETTO, 1998, p.4).

atingindo tanto as classes dominantes quanto as classes subalternas. Vale lembrar que os maiores prejuízos recaem sobre os trabalhadores que já são sofridos pela condição em que se inserem na sociedade vigente.

Por isso, foi de extrema relevância para esta pesquisa as elaborações teóricas que foram disponibilizadas e traduzidas numa linguagem clara por Osni Correa de Souza e por Maria Eugênia Carvalho do Amaral. Estas contribuições deram sustentação a algumas discussões que requeriam um mínimo de conhecimento de biodiversidade para compreender a ocupação do Pantanal, conservação e preservação, por exemplo. Acrescenta-se aqui a elaboração científica sobre universal e singular, no ambiente de Mato Grosso do Sul, de Gilberto Luiz Alves. Esta e outras produções científicas, que contribuem para a compreensão histórica do ambiente sul-mato-grossense, devem ser cada vez mais utilizadas para subsidiar o discurso socioambiental.

O fato de a pesquisa ter revelado que a destruição dos recursos naturais está inserida na produção capitalista e a relação dúbia da FUCONAMS com o Estado, não exclui a contribuição que o movimento ambientalista deu à sociedade sul-mato-grossense. A partir dessas conclusões, o texto encerra-se fazendo uma referência à geração de ambientalistas que deram os primeiros passos para criar o movimento sul-mato-grossense e que continuam na luta. Àqueles da segunda geração de ambientalistas que colocam o movimento do Estado em igualdade com o internacional, bem como os que estão ingressando nessas lutas, formando a terceira geração. A todos que ainda não foram objeto do capital devastador e que conseguem desenvolver práticas conservacionistas no pequeno quinhão onde vivem. Àqueles que são arrastados de seu rincão para dar lugar a empreendimentos rentáveis de cujos lucros não participam. Aos que se constituem em memória viva do movimento, pois carregam a raiz do ambientalismo e continuam atuando. São os que tornaram possível a realização desta pesquisa, os que exercem a militância em ONGs ambientalistas, os pesquisadores científicos e demais envolvidos. Em especial, aos ambientalistas locais e de outros estados que partiram mas que deixaram suas marcas no ambientalismo de Mato Grosso do Sul.

## REFERÊNCIAS

ABAIXO assinado, 25 mar. 1978, denunciando a caça e a pesca predatórias. Campo Grande-MS, 1978.

AB'SÁBER.A.N. Temos o direito de desconfiar. **Jornal da Tarde**, São Paulo, p. 13, 7 nov. 1980.

AÇÃO depredadora é ameaça à piracema. **Correio do Estado**, Campo Grande-MS, p.1, 11/12 dez. 1982.

A FÉ dos pioneiros enriqueceu uma região agreste. **Revista Campo Agropecuária**, Campo Grande-MS: Campo, ano 1, n. 5, p. 24, jan. 1979.

AGRICULTURA. plantio direto, racionalização do custo da lavoura? **Revista Campo Agropecuária**, Campo Grande-MS: Campo, ano 1, n. 1, p. 6, ago. 1978.

AS IDÉIAS do primeiro governador. **Revista Campo Agropecuária**, Campo Grande-MS: Campo, ano 1, n. 5, p. 15, jan. 1979.

ÁLCOOL: usinas colocam em risco toda a região. **Correio do Estado**, Campo Grande-MS, p. 5, 4 nov. 1980.

ALVES, Gilberto Luiz. **Mato Grosso do Sul: o universal e o singular**. Campo Grande –MS: Uniderp, 2003. 101p.

----- Universal e singular: em discussão a abordagem científica do regional In.: **Mato Grosso do Sul: o universal e o singular**. Campo Grande –MS: Uniderp, 2003, p.17-29.

AL veta a usina da morte. **Correio do Estado**, Campo Grande-MS, p.1, 25 nov. 1981.

AMARAL, Maria Eugênia Carvalho do. Ecologia. A ação dos inseticidas. **O Progresso**, Dourados-MS, p. 3, 17 jul. 1976.

----- O homem contra a natureza – até quando? **O Progresso**, Dourados-MS, p.1, 23 ago. 1975.

----- Ecologia para os jovens – novo plano do M.E.C. **O Progresso**, Dourados-MS, p.1, 1 maio 1976.

AMARAL, Maria Eugênia Carvalho do. **Entrevista**. Campo Grande-MS, 2004.

AQUINO Ana Lúcia Tostes de; MININNI-MEDINA, Nana, coords. **Educação ambiental**: curso básico a distância: questões ambientais: conceitos, história, problemas e alternativas. 2.ed. amp. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2001. 5v. 396p.

----- **Educação ambiental**: curso básico a distância: questões ambientais: conceitos, história, problemas e alternativas. 2.ed. amp. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2001, p. 49. 5v.

ARAÚJO, Reginaldo Alves. O comitê recebe adesões de todos os lados. In: **O paladino do pantanal**. 1.ed. Campo Grande-MS: Associação de Novos Escritores de MS, 2002. 114 p.

----- Barragens, outro crime a combater. In: **O paladino do pantanal**. 1.ed. Campo Grande-MS: Associação de Novos Escritores de MS, 2002. p. 79-81.

----- O comitê recebe adesões de todos os lados. In: **O paladino do pantanal**. 1.ed. Campo Grande-MS: Associação de Novos Escritores de MS, 2002, p. 82-85.

----- O luminoso abaixo-assinado. In: **O paladino do pantanal**. 1.ed. Campo Grande-MS: Associação de Novos Escritores de MS, 2002, p. 64-65.

----- O povo nas ruas. In: **O paladino do pantanal**. 1.ed. Campo Grande-MS: Associação de Novos Escritores de MS, 2002, p. 86-88.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CAÇA. [Carta, 20 ago. 1980 ao Comitê de Defesa do Pantanal solidarizando-se com o movimento de preservação do Pantanal]. São Paulo-SP, 1980.

ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE COXIM. [Convite de 13 de setembro de 1982 à FUCONAMS]. Coxim-MS, 1982.

ASSOCIAÇÃO DOS ENGENHEIROS AGRÔNOMOS DA GRANDE DOURADOS - AEAGRAN; ROTARY CLUBE DE DOURADOS. **Manifesto público em defesa do Pantanal, 31 mar. 1981**. Dourados-MS, 1981.

AUMENTA a adesão contra a Bodoquena. **Correio do Estado**, Campo Grande-MS, p. 5, 22 maio 1981.

AUTORIDADES mobilizam-se contra pesca predatória. **O pantaneiro**, Aquidauana-MS, p. 3, 27 maio 1978.

BACHA, Nelly Elias. **Indicação n. 770, 12 maio 1981**. [legislativo de Campo Grande-MS indica que seja feita moção de apoio ao Comitê de Defesa do Pantanal]. Campo Grande-MS, 1981.

BAGÉ. Câmara Municipal. **Ofício Circular nº 028/81** de 4 de novembro de 1981. Bagé-RS, 1981.

BARROS, Abílio Leite de. **Entrevista**. Campo Grande-MS, 2003.

BARROS, Abílio Leite de. **Gente pantaneira: crônicas da sua história.** Rio de Janeiro: Lacerda, 1998. 251 p.

-----. Da apresentação de uma gente com declaradas qualidades e uma admitida suspeição de juízo. In: **Gente pantaneira: crônicas da sua história.** Rio de Janeiro: Lacerda, 1998, p. 15-19.

-----. Digressões em relação às idéias ambientalistas e recordação de preocupantes passeatas: o paraíso não pode estar onde o homem nunca esteve. In: **Gente pantaneira: crônicas da sua história.** Rio de Janeiro: Lacerda, 1998, p. 225-230.

-----. Novo casamento marca segundo ato da narrativa: o filho do Barão, sem consultar seus direitos, se apossa da Fazenda Firme, que valia menos que uma bandeja de prata. In: **Gente pantaneira: crônicas da sua história.** Rio de Janeiro: Lacerda, 1998, p. 83-88.

BARROS, Francisco Anselmo Gomes de. **Entrevista.** Campo Grande-MS, 2002.

BARROS, Francisco Anselmo Gomes de. **Entrevista.** Campo Grande-MS, 2003.

BARROS, Francisco Anselmo Gomes de. **Terra, até quando?** Brasília: Senado Federal, jun. 1992. 119 p.

-----. Forças ocultas destróem o Pantanal. In: **Terra, até quando?** Brasília: Senado Federal, jun. 1992, p. 36.

-----. O Dr. Harry que eu conheci. In: **Terra, até quando?** Brasília: Senado Federal, jun. 1992, p. 65-66.

-----. O governador, as entidades de classe e os órgãos do governo. In: **Terra, até quando?** Brasília: Senado Federal, jun. 1992, p. 15-16.

-----. O governo de Mato Grosso decreta o fim do Pantanal. In: **Terra, até quando?** Brasília: Senado Federal, jun. 1992, p. 25-26.

-----. O "lobby" da natureza. In: **Terra, até quando?** Brasília: Senado Federal, jun. 1992, p. 55-56.

-----. O meio ambiente e a justiça. In: **Terra, até quando?** Brasília: Senado Federal, jun. 1992, p. 52-53.

-----. O meio ambiente e a nova república. In: **Terra, até quando?** Brasília: Senado Federal, jun. 1992, p. 29-30.

-----. Partido verde. In: **Terra, até quando?** Brasília: Senado Federal, jun. 1992, p. 39.

-----. Réquiem para nós outros. In: **Terra, até quando?** Brasília: Senado Federal, jun. 1992, p. 33-35.

----- . SUDECO compra a briga e coordena a defesa do Pantanal. In: **Terra, até quando?** Brasília: Senado Federal, jun. 1992, p. 46-47.

BARROS, Nilson de. **Entrevista**. Campo Grande-MS, 2002.

BARROS, Nilson de. **Entrevista**. Campo Grande-MS, 2003.

BATISTI, Luiz. **Ofício nº 061/81 de 30 de junho de 1981** [Ofício do legislativo de Mundo Novo-MS, encaminhado à FUCONAMS em apoio à luta contra a instalação da usina de álcool em Bodoquena]. Mundo Novo-MS, 1981.

BERRI, Silvio. **Ofício circular s/n.** [encaminhando à FUCONAMS, em 4 de junho de 1981, cópia do requerimento nº 17/81, de autoria do presidente do legislativo municipal de Amambai-MS]. Amambai-MS, 1981.

----- . **Requerimento nº 17/81 de 1 de junho de 1981** [do presidente do legislativo de Amambai-MS, encaminhado à SEMA–MINTER, ao Governo do Estado de Mato Grosso do Sul, ao INAMB, às Câmaras Municipais de Mato Grosso do Sul e à FUCONAMS apelando para a proibição da usina de álcool de Bodoquena]. Amambai-MS, 1981.

BODOQUENA: temos interesse em respeitar a vontade popular, afirma Pedrossian. **O Panorama**, Dourados-MS, 6 jun. 1981.

BODOQUENA um projeto polêmico no proálcool. **Folha de S. Paulo**, São Paulo-SP, 8 fev. 1981. caderno de economia.

BONFIM, Jerônimo Inácio. **Cresce a ameaça de destruição do Pantanal**. Campo Grande-MS, 1981.

BRAGATO, Mauro. **Moção** [do deputado estadual Mauro Bragato encaminhado à Presidência da República fazendo um apelo para a proibição da usina de álcool de Bodoquena, entregue à mesa em 22 de maio de 1981]. São Paulo-SP, 1981.

BRANCHER, Maria Helena. **Entrevista**. campo Grande-MS, 2002.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição 1988**: texto constitucional de 5 de outubro de 1988 com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais n. 1/92 a 22/99 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão n. 1 a 6/94. Ed. atual, em 1999. Brasília: Senado Federal, 1999, p. 127.

BRASIL. Lei complementar n. 31, de 11 de outubro de 1977. Cria o Estado de Mato Grosso do Sul. **Diário Oficial da União**, p. 13729, 1, 12 out. 1977. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br>> Acesso em: 6 abr. 2004.

BRASIL. Ministério de Educação e Desporto. Novas leis, para o ambiente e para a educação. In: CZAPSKI, Silvia. **A implantação da educação ambiental no Brasil**. Coordenação de Educação Ambiental.. Brasília-DF, 1998, p. 41.



BRASIL. Ministério do Interior. Secretaria Especial de Meio Ambiente. **Carta n. 104**, 10 abr. 1981. Brasília-DF, 1981.

BRASIL. Ministério do Interior. Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste. **OF/Nº 039/ SAP** [encaminhando relatório à FUCONAMS, em 25 ago. 1986]. Brasília-DF, 1986.

CAMPO Grande sediará o XXX Congresso de Botânica. **Correio do Estado**, Campo Grande-MS, p.3, 14 mar.1978.

CARDOSO, Valdir Pires. **Ofício n. 0349 – Sec, 4 maio 1981**. [Ofício do presidente do legislativo de Campo Grande-MS, informando à FUCONAMS da aprovação do requerimento nº 134, de autoria da Vereadora Nelly Bacha]. Campo Grande-MS, 1981.

CASSETI, Valter. A essência da questão ambiental. In: **Boletim Goiano da Geografia**. v. 11, n. 1, p. 1-23, jan./dez.1991.

CETESB multa usina poluidora. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro-RJ, 20 maio 1981.

CIENTISTA é contra grandes usinas no pantanal: álcool. **Diário da Serra**, Campo Grande-MS, p. 3, 31 out. 1980.

CIENTISTAS do mundo unem-se pelo pantanal. **Correio do Estado**, Campo Grande-MS, p.1, 2 jul.1981.

COMITÊ cobra definição do governo sobre usina. **O Estado de Mato Grosso do Sul**, Campo Grande-MS, 1 dez.1981.

O COMITÊ elogia o veto à poluição. **Correio do Estado**, Campo Grande-MS, p. 1, 13/14 jun.1981.

COMITÊ de Defesa do Pantanal tem adesão e apoio da ASBEF. **Correio do Estado**, Campo Grande-MS, p.1, 15 maio 1981.

COMITÊ DE DEFESA DO PANTANAL. **[Ata da reunião de 5 agosto de 1980]**. Campo Grande-MS, 1980.

COMITÊ DE DEFESA DO PANTANAL. **[Ata da reunião de 9 de abril de 1981]**. Campo Grande-MS, 1981.

COMITÊ DE DEFESA DO PANTANAL. **[Ata da reunião de 14 de abril de 1981]**. Campo Grande-MS, 1981.

COMITÊ DE DEFESA DO PANTANAL. **[Ata da reunião de 21 de maio de 1981]**. Campo Grande-MS, 1981.

COMITÊ DE DEFESA DO PANTANAL. **[Ata da reunião de 28 de maio de 1981]**. Campo Grande-MS, 1981.

COMITÊ DE DEFESA DO PANTANAL. **[Ata da reunião de 4 junho de 1981]**. Campo Grande-MS, 1981.

COMITÊ DE DEFESA DO PANTANAL. **[Ata da reunião de 12 de março de 1982]**. Campo Grande-MS, 1982.

COMITÊ DE DEFESA DO PANTANAL. **Ato público marca a desativação do Comitê Pró Pantanal**. [de 12 de março de 1982]. Campo Grande-MS, 1982.

COMITÊ DE DEFESA DO PANTANAL. **Bodoquena despreza justiça, povo e o INAMB**. [Carta de repúdio, 1981?].

COMITÊ DE DEFESA DO PANTANAL. **Carta**. [Aberta à sociedade, em 27 julho de 1981]. Campo Grande-MS, 1981.

COMITÊ DE DEFESA DO PANTANAL. **Carta ao nosso povo**. Campo Grande-MS, 1980.

COMITÊ DE DEFESA DO PANTANAL. **[Carta de 12 de fevereiro de 1981 ao Presidente João Baptista de Oliveira de Figueiredo]**. Campo Grande-MS, 1981.

COMITÊ DE DEFESA DO PANTANAL. **Manifesto ecológico** de 21 de setembro de 1981. Campo Grande-MS, 1981.

COMITÊ DE DEFESA DO PANTANAL. **Manifesto ecológico: Pantanal e as manobras procrastinadoras**. Campo Grande-MS, 1981.

COMITÊ DE DEFESA DO PANTANAL **Nota oficial** [de 9 de fevereiro de 1982]. Campo Grande-MS, 1982.

COMITÊ DE DEFESA DO PANTANAL. **[Relatório de atividades desenvolvidas em 1980]**. Campo Grande-MS, 1981.

CONGRESSO NACIONAL DE BOTÂNICA, 31., 1980, Itabuna-BA. **[Moção Estação Ecológica do Pantanal – Sul]**. Itabuna, 1980.

CONGRESSO NACIONAL DE BOTÂNICA, 30., 1978. Campo Grande-MS. **Revista Campo Agropecuária**, Campo Grande-MS: Campo, ano 1, n. 4, p. 24, dez. 1978.

CONGRESSO NACIONAL DE BOTÂNICA, 30., 1978. Campo Grande-MS. **Revista Campo Agropecuária**, Campo Grande-MS: Campo, ano 1, n. 6, p.5, fev. 1979 a.

CONGRESSO NACIONAL DE BOTÂNICA, 30., 1978. Campo Grande-MS. **Revista Campo Agropecuária**, Campo Grande-MS: Campo, ano 1, n. 6, p.5, fev. 1979 b.

CONGRESSO NACIONAL DE BOTÂNICA, 30., 1978. Campo Grande-MS. **Revista Campo Agropecuária**, Campo Grande-MS: Campo, ano 1, n. 6, p.6, fev. 1979.

CONGRESSO NACIONAL DE BOTÂNICA, 30., 1978. Campo Grande-MS. **Revista Campo Agropecuária**, Campo Grande-MS: Campo, ano 1, n. 6, p.9, fev. 1979 a.

CONGRESSO NACIONAL DE BOTÂNICA, 30., 1978. Campo Grande-MS. **Revista Campo Agropecuária**, Campo Grande-MS: Campo, ano 1, n. 6, p.9, fev. 1979 b.

CORRESPONDENCIA [de 2 de junho de 1981 destinada a Astúrio Ferreira dos Santos]. Nova Friburgo-RJ, 1981.

COXIM é contra frigorífico. **Correio do Estado**, Campo Grande-MS, p.11, 21 set. 1982.

DEVASTAÇÃO ameaça os rios de Coxim. **Diário da Serra**, Campo Grande-MS, p. 1, 11 dez. 1982.

DOURADENSES cantaram o pantanal. **O Progresso**, Dourados-MS, p. 3, 6/7 jun. 1981.

ECOLOGIA&AÇÃO (ECO.A). [Ata da reunião de 3 de junho de 1989]. Campo Grande-MS, 1989.

EDITORIAL. 1980. Campo Grande-MS. **Revista Campo Agropecuária**, Campo Grande-MS: Campo, ano 2, n. 18, p. 3, fev. 1980.

EMBRAPA.. Disponível em: <<http://www.cpap.embrapa.br/unidade.html>>. Acesso em: 24 dez. 2003.

ENCONTRO DE ASSOCIAÇÕES DE PROTEÇÃO AMBIENTAL E ENTIDADES DE CLASSE DE MS, 2., 1986, Campo Grande-MS. **Relatório**. Campo Grande-MS, 1986.

ENCONTRO NACIONAL DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE, 1., 1984, Campo Grande-MS. In: **Ambiente e Vida**, Campo Grande-MS, ano 1, n. 11, p. 3, dez. 1984.

O Estado de São Paulo, São Paulo-SP, 29 out. 1980. [**Construção de barragens**].

ESTATUTO DA FUCONAMS: extrato. **Diário Oficial de Mato Grosso do Sul**, Campo Grande-MS, ano 2, n. 332, p. 16, 6 maio 1980.

FABRI, José Pedroso. **Ofício n. 21-81/82, 24 mar. 1981**. [Ofício do legislativo de Campo Mourão-PR à FUCONAMS de adesão à campanha de Bodoquena]. Campo Mourão-PR, 1981.

FALSO Defensor do Pantanal. **Folheto explicativo**. Campo Grande-MS, 1981.

FARIA Alcides Bartolomeu. **Entrevista**. Campo Grande-MS, 2002.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986, p. 472

FIGUEIREDO demite Harry. **Correio do Estado**, Campo Grande-MS, p.1, 13 jun. 1979.

FIM da usina, um marco histórico. **Correio do Estado**, Campo Grande-MS, p. 3, 24 jun. 1981.

FINALMENTE, o Pantanal está salvo. **Jornal do Povo**, Campo Grande-MS, p. 6, 2 dez. 1981.

FÓRUM comemora retirada de projeto das usinas. **Jornal de Domingo**, Campo Grande-MS, p. 5, 14 dez. 2003.

FUCONAMS entregou Certificados aos “Colaboradores Eméritos da Ecologia”. **O Progresso**, Dourados-MS, 24 set. 1982.

FUCONAMS e Comissão Pró-Meio Ambiente/MS. **Mensagem a João Baptista Figueiredo e Marcelo Miranda Soares, em 5 jun. 1980**. Campo Grande-MS, 1980.

FUNDAÇÃO confirma que irá aos presidenciais. **Jornal da Cidade**, Campo Grande-MS, 21/27 out.1984.

GOVERNADOR na campanha pró-pantanal. **Executivo Plus**. Campo Grande, p.11, nov. 1984.

GOVERNADOR receberá denúncia da devastação da fauna do MS. **Correio do Estado**, Campo Grande-MS, p. 2, 20/21 maio 1978.

GOVERNO vai revogar decreto das usinas de álcool no Pantanal. **Correio do Estado**, Campo Grande-MS, p. 1, 8 out. 2003.

GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, a política e o estado moderno**. Tradução de Luiz Mário Gazzaneo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968, p. 1-187.

----- **Maquiavel, a política e o estado moderno**. Tradução de Luiz Mário Gazzaneo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968, p. 32.

----- **Maquiavel, a política e o estado moderno**. Tradução de Luiz Mário Gazzaneo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968, p. 83.

----- **Maquiavel, a política e o estado moderno**. Tradução de Luiz Mário Gazzaneo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968, p. 149.

GRUPO EM DEFESA DO MEIO AMBIENTE DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL [**Ata n. 1 da reunião para a criação da FUCONAMS, em 13 de novembro de 1979**]. Campo Grande-MS, 1979.

GRUPO EM DEFESA DO MEIO AMBIENTE DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL [**Ata n. 2, de 3 de dezembro de 1979**]. Campo Grande-MS, 1979.

IMPASSE entre INAMB e Comitê pró-pantanal. **Tribuna**, Campo Grande-MS, ano 3, p.1, 4 ago.1980.

INAMB quer comunidade participando. **O Repórter**, Campo Grande-MS, p. 6, 21/28 ago. 1980.

ÍNTEGRA do Projeto de Lei que proíbe as destilarias no Pantanal, de autoria do dep. Eng. Ary Rigo. **Correio Imobiliário**, Campo Grande-MS, p.4, 24 nov./4 dez. 1981.

JARDINAGEM. **Diário da Serra**, Campo Grande-MS, p. 3, 1 dez. 1976.

JUMBIERIS, Valter Hary. **Ofício nº 120.81 de 19 de junho de 1981** [do legislativo de Ivinhema-MS à FUCONAMS informando da aprovação do requerimento do vereador Silvio Berri]. Ivinhema-MS, jun. 1.981.

JUSTIÇA, INAMB e povo, desprezados. **Diário da Serra**, Campo Grande-MS, p. 3, 24 out. 1981

LEFF, Enrique. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. Tradução de Lúcia Mathilde Endlich Orth. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2001. 579 p.

----- **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. Tradução de Lúcia Mathilde Endlich Orth. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2001, p. 19.

LEGALIZAÇÃO da caça é solução para Pantanal. **Diário da Serra**, Campo Grande-MS, p.3, 10 out. 1982.

LEMOS, Edvar da Silva. **Entrevista**. Campo Grande-MS, 2004.

LOJISTAS defendem o pantanal. **Jornal Independente**, Campo Grande-MS, ano 3, n. 120, p. 1, 31 jul/1ago. 1980.

LOJA MAÇÔNICA JUSTIÇA, LIBERDADE E DISCIPLINA; LOJA MAÇÔNICA ANTONIO JOÃO; LOJA MAÇÔNICA ESTRELA DE DOURADOS. **Defesa do pantanal sul-mato-grossense – bacia do prata**: Manifesto público, 13 mar. 1981. Dourados-MS, 1981.

MAÇONS do Brasil apóiam comitê. **Correio do Estado**, Campo Grande-MS, p. 9, 4 ago. 1981.

MAIS poderes para a SEMA: de verdade? **Jornal da Cidade**, Campo Grande-MS, 24/30 jun. 1981.

MAIS um apelo do Comitê aos parlamentares. **Correio do Estado**, Campo Grande-MS, p. 9, 8 jun. 1981.

MARX, Karl; ENGELS, S Friedrich. **A ideologia alemã**: (L-Fuerbach). Tradução de José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira. .5. ed. São Paulo: Hucitec, São Paulo, 1986. 198 p.

-----. **A ideologia alemã**: (L-Fuerbach). Tradução de José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira. 5. ed. São Paulo: Hucitec, São Paulo, 1986, p. 57.

-----. **A ideologia alemã**: (L-Fuerbach). Tradução de José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira. 5. ed. São Paulo: Hucitec, São Paulo, 1986, p. 63- 64.

MARX, Karl. **O capital**: crítica à economia política (livro primeiro: o processo de produção do capital). 7 ed. São Paulo: DIFEL, difusão editorial SA, 1982. v.1, p. 41-422.

-----. A jornada de trabalho. In: **O capital**: crítica à economia política (livro primeiro: o processo de produção do capital). 7 ed. São Paulo: DIFEL, difusão editorial SA, 1982. v.1, p. 260-346.

-----. A mercadoria. In: **O capital**: crítica à economia política. (livro primeiro: o processo de produção do capital). Tradução de Reginaldo Sant'Anna. 7 ed. São Paulo: DIFEL, 1982. v. 1, p. 41-93.

MARX, Karl; Friedrich Engels. **Manifesto do partido comunista**. Prólogo de José Paulo Netto. São Paulo: Cortez, 1998, p. 4.

MATO GROSSO DO SUL. Assembléia Legislativa. **Projeto de lei que dispõe sobre a instalação de empreendimentos agroindustriais na Bacia do Alto Paraguai no Estado de Mato Grosso do Sul**, de autoria de Paulo Correa, de 25 de novembro de 2003. Campo Grande-MS, 2003.

MATO Grosso do Sul com todo o poder para desautorizar a usina. **Correio do Estado**, Campo Grande-MS, p.1, 24 jun. 1981.

MATO Grosso do Sul. Decreto nº 1 de 1 de janeiro de 1979. **Diário Oficial**: Estado de Mato Grosso do Sul, ano 1, n. 1, p. 19, 1 jan. 1979.

MATO Grosso do Sul. Decreto nº 9 de 1º de janeiro de 1979. **Diário Oficial**: Estado de Mato Grosso do Sul, ano 1, n. 1, p. 19, 1 jan. 1979.

MATO Grosso do Sul. Decreto nº 337 de 7 de novembro de 1979. **Diário Oficial**: Estado de Mato Grosso do Sul, ano 1, n. 214, p. 4, 7 nov. 1979.

MATO Grosso do Sul. Decreto nº 340 de 9 de novembro de 1979. **Diário Oficial**: Estado de Mato Grosso do Sul, ano 1, n. 216, p. 2, 7 nov. 1979.

MATO Grosso do Sul. Decreto nº 537 de 30 de abril de 1980. **Diário Oficial:** Estado de Mato Grosso do Sul, ano 2, n. 330, p. 2, 2 maio 1980.

MATO Grosso do Sul. Decreto nº 1.229 de 18 de setembro de 1981. **Diário Oficial:** Estado de Mato Grosso do Sul, ano 3, n. 675, p. 4, 21 set. 1981.

MATO GROSSO DO SUL, Decreto nº 1.581 de 25 de março de 1982. **Diário Oficial:** Estado de Mato Grosso do Sul, ano 4, n. 799, p.4, 26 mar. 1982

MATO Grosso do Sul. Lei nº 90 de 3 de junho de 1980. **Diário Oficial:** Estado de Mato Grosso do Sul, ano 2, n. 352, p. 1, 3 jun. 1980.

MATO Grosso do Sul. Lei nº 218 de 6 de maio de 1981. **Diário Oficial:** Estado de Mato Grosso do Sul, ano 3, n. 581, p. 3-4, 7 maio 1981.

MATO GROSSO DO SUL, Lei nº 328 de 25 de fevereiro de 1982. **Diário Oficial:** Estado de Mato Grosso do Sul, ano 4, n. 779, p.6., 26 fev. 1982.

MATO GROSSO é unânime no repúdio à usina Bodoquena. **Folha de São Bernardo**, São Bernardo do Campo-SP, 13 jun. 1981.

O MEIO ambiente já vem sendo debatido. **Correio do Estado**, Campo Grande-MS, p. 5, 2 jun.1981.

MILHARES de pessoas na manifestação em Dourados, contra usina de álcool. **O Panorama**, Dourados-MS, p. 9 , 6 jun.1981.

MULHERES brigam pelo pantanal. **Correio do Estado**, Campo Grande-MS, p. 16, 22 out. 1984.

NA SEMANA do meio ambiente: pantanal que menos importa. **Diário da Serra**, Campo Grande-MS, p.4, 3 jun. 1981.

NICOLAU, Leon Ramires. **Requerimento nº 15/81 de 8 de junho de 1981.** [Requerimento do legislativo de Itu-SP encaminhado à Presidência da República e Ministérios fazendo um apelo para a não instalação da usina de álcool de Bodoquena]. Itu-SP, 1981.

NO DEBATE o complexo é condenado. **Diário da Serra**, Campo Grande, p.1, 26 jun. 1980.

NOTÍCIAS UNESCO, dez. 2000. Disponível em: <<http://www.unesco.org.br/noticias/un1200/pantanal.asp>>. Acesso em: 9 abr. 2004.

OLIVEIRA, Antonio Carlos de. **Requerimento n. 98, 1980** [encaminhado ao presidente da Câmara dos Deputados, Flávio Márcilio e solicita que seja convocado o Ministro do Interior para prestar esclarecimentos sobre o projeto Bodoquena]. Brasília-DF, 1980.

OLIVEIRA, Arnaldo de. **Entrevista**. Campo Grande-MS, 2003.

OLIVEIRA, Lafayette Câmara. (diretor da Escola de 1 e 2 graus São Luis). **Ofício n. 32/81**. [Solicitação de materiais sobre Pantanal, 14 maio 1981]. Campo Grande-MS, 1981.

PANTANAL: a caminho da destruição. **Jornal do Povo**, Campo Grande-MS, p. 4, 10 maio 1981.

PANTANAL ganha outro defensor: comitê de defesa. **Jornal da Cidade**, Campo Grande-MS, p. 1, 8/14 jun. 1980 a.

PANTANAL pode se tornar um vasto deserto, diz ecólogo. **Diário da Serra**, Campo Grande-MS, p.3, 28 set. 1980 b.

PARAGUAI poderá entrar na luta contra usinas. **Diário da Serra**, Campo Grande-MS, p. 4, 20 jun.1981.

PARQUE ecológico do MS foi elogiado. **Correio do Estado**. Campo Grande-MS, p. 5, 22 jul. 1981.

PEDRO diz que estará contra usina de álcool se houver o menor risco. **Diário da Serra**, Campo Grande-MS, p.1, 6 jun. 1981.

PEDROSSIAN e seus compromissos com a defesa do meio ambiente. **Jornal da Cidade**, Campo Grande-MS, p. 7, 16/22 nov. 1980.

PEDROSSIAN, P. Em defesa do Pantanal: **Diário do Congresso Nacional**, Brasília-DF, 27 jun. 1980.

PESCA predatória: Aquidauana reage. **Tribuna**, Campo Grande-MS, p. 3, 8 jul. 1978.

PESCADORES profissionais proliferam no rio Taquari. **Diário da Serra**, Campo Grande, p. 3, 15 dez. 1982.

PODER legislativo cresce mediante a opinião pública, depois da aprovação do projeto que salva o pantanal. **O Repórter**, Campo Grande-MS, p.1, 28 nov./5 dez. 1981.

POVO exige, em ato público, o fim do projeto bodoquena. **Diário da Serra**, Campo Grande-MS, p. 1, 6 jun. 1981.

POVO sai as ruas para o protesto contra a usina. **Correio do Estado**, Campo Grande-MS, p. 9, 6/7 jun. 1981.

AS PROPOSTAS TIRADAS NO I ENCONTRO NACIONAL DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE, 1984, Campo Grande-MS. In: **Ambiente e Vida**, Campo Grande-MS, ano 1, n. 11, p. 1, dez. 1984



REGIMENTO DA FUCONAMS: extrato. **Diário Oficial de Mato Grosso do Sul**, Campo Grande-MS, ano 2, n. 335, p. 14, 9 maio 1980.

RESERVA ecológica terá maior fiscalização. **Diário da Serra**, Campo Grande-MS, p. 2, 27 maio 1984.

RIOS VIVOS. Disponível em < [http://www.riosvivos.org.br/canais.php?canal\\_id=1](http://www.riosvivos.org.br/canais.php?canal_id=1)>. Acesso em: 3 jan. 2004.

RONDON, Cândido de Castro. **Entrevista**. Campo Grande-MS, 2003.

SALVO o Pantanal: com votos do PDS e da oposição, Assembléia proíbe usinas na região. **Diário da Serra**, Campo Grande-MS, p.1, 25 nov.1981.

SANTOS, Astúrio Ferreira dos. Entrevista. In: **Comitê de Defesa do Pantanal**, Campo Grande-MS, p. 3, jun. 1982.

SANTOS, Astúrio Ferreira dos. **Entrevista**. Campo Grande-MS, 2003.

SANTOS, Astúrio Ferreira dos. **Entrevista**. Campo Grande-MS, 2004.

SANTOS, Astúrio Ferreira dos. **FCH/MS 010-82, 28 abril de 1982**. Campo Grande-MS, 1982.

SANTOS, Milton. **1992: Redescoberta da natureza**. São Paulo: Jí, amotas/FFLCH/USP, 1998. 16p.

----- . **1992: Redescoberta da natureza**. São Paulo: Jí, amotas/FFLCH/USP, 1998, p. 6-7.

SANTOS, Walter. **Entrevista**. Campo Grande-MS, 2002.

SEMANA DE BOTÂNICA E ECOLOGIA, 1977, Campo Grande-MS. **Programa**. Campo Grande-MS, 1977.

SENADO aprova Marcelo e MS já tem governador. **Correio do Estado**, Campo Grande-MS, p. 11, 28 jun. 1979.

SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DE CAMPO GRANDE. **Ofício n. 80/81, 2 jun. 1981**. Campo Grande-MS, 1981.

SIRVINSKAS, Luís Paulo. **Manual do Direito Ambiental**. São Paulo: Saraiva, 2002, p. 23.

SOBRE o pantanal. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 6 nov. 1980.

SOUZA, Osni Correa de. **Entrevista**. Campo Grande-MS, 2004.

SOUZA, Paulo Robson de. **Entrevista**. Campo Grande-MS, 2002.

THE RUTHLESS Alligator Poachers of Pantanal. **Newsweek**, New York, n. 10, p. 33, 7 mar. 1983.

UNIÃO DOS DEFENSORES DA TERRA – OIKOS. **Carta** [de Samuel Aldano de França a Astúrio Ferreira dos Santos, em 14 de dezembro de 1982]. São Paulo-SP, 1982.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO. Centro de Ciências Biológicas. **[Ofício 29 jun. 1978 encaminhando o Plano de trabalho referente à área de jardinagem do Campus da UEMT]**. Campo Grande-MS, 1978.

A USINA da morte fica sem decisão. **Correio do Estado**, Campo Grande-MS, p. 1, 23 out. 1981.

A USINA da morte pode estar no fim. **Correio do Estado**, Campo Grande-MS, p. 1, 17 jun. 1981.

USINAS de álcool ameaçam o Pantanal. **Diário da Serra**, Campo Grande-MS, p. 3, 6 out. 1984.

USINAS de álcool voltam a tirar o sono dos ecologistas . **O Repórter**, Campo Grande-MS, p.4, 18/24 out. 1984.

VALENTE, Ana Lúcia. **Educação na Bélgica e tendências globais: seriam as ONGs os novos braços do Estado?** Campo Grande-MS: UFMS, [19—].

VENTURA, V. J.; RAMBELLI, A .M. **Legislação federal sobre o meio ambiente**. 3.ed. rev. e atual. Taubaté, SP: Vana, 1999. p.283-292.

VINHOTO ameaça flora e fauna do Pantanal Mato-Grossense. **O Globo**, Rio de Janeiro-RJ, 21 out. 1984.

VINHOTO mata gado e peixes nos rios de Mato Grosso do Sul. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro-RJ, 4 set. 1981. 1 caderno.

VINHOTO poderá destruir flora do pantanal. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 9 jul. 1980.

VIOLA, Eduardo. O movimento ambientalista no Brasil (1971-1991): da denúncia e conscientização pública para a institucionalização e o desenvolvimento sustentável. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS, 15., 1991, Caxambu, MG/ trabalho apresentado, Caxambu-MG, 1991.

“XERIFES verdes” voltarão para proteger praça em dia de feira. **Diário da Serra**, Campo Grande-MS, p. 8, 24 abr. 1979. 2 caderno.